

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**FRANCINE HERPICH**

**A PERSPECTIVA SOCIAL DOS MORADORES ATINGIDOS PELA  
IMPLANTAÇÃO DA HIDRELÉTRICA BAIXO IGUAÇU**

**DISSERTAÇÃO**

**PATO BRANCO**

**2014**

FRANCINE HERPICH

**A PERSPECTIVA SOCIAL DOS MORADORES ATINGIDOS PELA  
IMPLANTAÇÃO DA HIDRELÉTRICA BAIXO IGUAÇU**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Área de Concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável.  
Orientador: Prof. Dra. Norma Kiyota

PATO BRANCO  
2014



## **TERMO DE APROVAÇÃO Nº 62**

### **Título da Dissertação**

**A Perspectiva Social dos Moradores Atingidos pela Implantação da Hidrelétrica  
Baixo Iguaçu**

### **Autora**

**Francine Herpich**

Esta dissertação foi apresentada às 9 horas do dia 21 de julho de 2014, como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Linha de Pesquisa Ambiente e Sustentabilidade – no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A autora foi arguida pela Banca Examinadora abaixo assinada, a qual, após deliberação, considerou o trabalho aprovado.

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Norma Kiyota – IAPAR  
Orientadora

Prof. Dr. Carlos Augusto Locatelli - UFSC  
Examinador

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Hieda Maria Pagliosa Corona - UTFPR  
Examinadora

Prof. Dr. Miguel Angelo Perondi – UTFPR  
Examinador

Visto da Coordenação

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria de Lourdes Bernartt  
Vice-Coordenadora do PPGDR

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer, primeiramente, à minha orientadora Norma Kiyota, pela paciência e pelo sorriso acolhedor que sempre manteve ao me receber e até mesmo, quando em ligações pude ouvi-la sorrir. Acredite Norma, esse jeito de ser faz toda a diferença e sua paciência deixa os corações aflitos, mais confortados.

Um agradecimento especial também à coordenação do PPGDR, em especial, ao coordenador prof. Miguel Ângelo Perondi, que compactua com a maneira acolhedora de ser. Em nome desse casal de mestres amplio meus agradecimentos aos demais professores que contribuíram imensamente para complexificar meu modo de ver o mundo. Cito, em especial, os professores Edival Sebastião Teixeira, Hieda Maria Pagliosa Corona, Maria de Lourdes Bernartt, Wilson Itamar Godoy e Nilvânia Aparecida de Mello, pelos quais guardo admiração e carinho.

Ainda, se faz necessário agradecer à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e ao Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), pelo apoio institucional na realização desta pesquisa; à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa de estudo; e aos membros da Banca Examinadora, que contribuíram para os rumos deste estudo, professores Carlos Augusto Locatelli da UFSC, Hieda Maria Pagliosa Corona e Miguel Ângelo Perondi, ambos da UTFPR.

Preciso estender os agradecimentos aos colegas de classe, companheiros de crescimento. Levo um pouco deles e eles um pouco de mim, juntos buscamos alargar a janela que nos permite ler o mundo. Este muito obrigada tem dois nomes muito especiais, Quecoi Sani e Mamadi Indjai, colegas estrangeiros, assim gostam de serem chamados, que me lembraram que para viver é preciso tão pouco: amigos, família e um coração gigante são mais do que suficiente. Espero revê-los em breve!

Este muito obrigada tem ainda o nome de Jaqueline Menegazzo Franceschetto, amiga dos debates complexos, do crescimento compartilhado, do conviver em Pato Branco, o que traz tanta saudade.

O obrigada ainda não podia deixar de ter os nomes de minha família. Marlise Schmitt, minha querida mãe que, muitas vezes, teve paciência para ouvir minhas ideias e indefinições. Meus irmãos Maikon e Fabrício Herpich que sempre me apoiaram. O 'pequeno', como carinhosamente chamamos o Fabrício, que de certa forma foi influenciado nessa empreitada de mestrado e tem se saído, de longe, mais talentoso que a irmã mais velha. Ao meu pai Vilson Herpich e minha madrastra Geni de Souza que também sempre me apoiaram. Amo todos vocês!

Um agradecimento ao André Vilani, que tem aquecido meu coração nessa época de existência, um pouco fria. Aos novos colegas de profissão, que têm me permitido dividir as recentes experiências, muitos deles acabam por serem de certa forma forçados a escutar minhas reflexões sobre as mazelas sociais, que tenho presenciado diariamente.

Não poderia deixar de agradecer às centenas de famílias atingidas com as quais convivi nos cinco anos em que trabalhei na área de implantação de hidrelétricas. Anos de muito crescimento, de trocas de informações, de aprender a admirar a profissão de agricultor. Agradecimentos pela intensa experiência de alteridade, de identificação com meus avós e com a cultura gaúcha que tanto lembra a lida rural. A convivência com esses agricultores, os entrevistados e aqueles com quem trabalhei anteriormente, ajudaram a construir minhas escolhas ideológicas e com certeza estas experiências marcaram demasiadamente.

“Na perspectiva dos chamados “atingidos” pelos projetos de desenvolvimento, o lugar é referência para a construção de suas identidades políticas, ele significa, sobretudo, a retomada do controle de seu próprio destino” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2010, p.457)

## RESUMO

HERPICH, Francine. **A perspectiva social dos moradores atingidos pela implantação da Hidrelétrica Baixo Iguaçu.** 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2014.

Esta pesquisa buscou compreender a perspectiva social dos moradores atingidos pela Hidrelétrica Baixo Iguaçu, com base em teorias de Young (2000; 2006) e Hannigan (1995). O estudo de campo foi realizado com moradores atingidos dos municípios paranaenses de Capitão Leônidas Marques, Capanema, Nova Prata do Iguaçu, Realeza e Planalto. O objetivo foi averiguar a perspectiva social construída pelos moradores atingidos daquele local, em um período limitado para esta pesquisa, devido ao processo de implantação da hidrelétrica ainda estar em andamento. A metodologia utilizada foi: revisão bibliográfica, entrevistas semiestruturadas com os moradores e com as lideranças e análise de conteúdo. No segundo segmento, apresentou-se a contextualização do cenário - as teorias utilizadas e a revisão de literatura sobre a implantação de uma hidrelétrica, as teorias do desenvolvimento que situam este cenário, os conflitos gerados pelos diferentes usos da terra e o licenciamento ambiental. No terceiro segmento, o estudo foi centrado no ator da pesquisa: o morador atingido. Quem são esses moradores e quais são os movimentos sociais e as lutas de resistência. No quarto segmento, os dados foram apresentados, com temas como a indenização; as incertezas; as perdas dos moradores atingidos; as relações comunitárias e a participação no processo. Por fim, pode-se concluir que a perspectiva social dos atingidos pela implantação da hidrelétrica Baixo Iguaçu é construída a partir de sentimentos de ansiedade e insegurança, em que percebem desvantagens no processo, como prejuízos econômicos, psicológicos e sociais, principalmente, oriundos do tempo de espera para a resolução dos conflitos e da conclusão do processo de implantação da hidrelétrica.

**Palavras-chave:** Hidrelétricas; moradores atingidos; perspectiva social.

## **ABSTRACT**

HERPICH, Francine. **The social perspective of the residents affected by the implementation of Hydroelectric Baixo Iguaçu.** 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2014.

This research sought to understand the social perspective of residents affected by the Baixo Iguaçu Hydroelectric based on theories of Young (2000; 2006) and Hannigan (1995). The field study was conducted with affected residents of the municipalities of Paraná Capitão Leonidas Marques, Capanema, Nova Prata do Iguaçu, Realeza and Planalto. The objective was to evaluate the social perspective built by affected residents of that place, in a cropped period for this research due to the deployment of the hydroelectric process being that the conflict is still ongoing. A methodology used literature review, semi-structured interviews with residents and leaders and content analysis. In the second segment, presented the context of the scenario - the theories used and the literature review on the implementation of a hydroelectric, development theories that situate this scenario, conflicts generated by different land uses and environmental licensing. In the third segment, the study was focused on the actor's research, the resident hit. Who are these residents, what are the social movements and resistance struggles. In part four, the data were presented with issues like compensation; uncertainties; losses of affected residents; community relations and participation in the process. Finally, we can conclude that the social perspective of those affected by the implementation of hydroelectric Baixo Iguaçu is constructed from feelings of anxiety and insecurity, they realizes disadvantages in the process, such as economic, psychological and social damage, mainly coming from the waiting time for the resolution of conflicts and completion of the process of implementation of hydroelectric.

**Keywords:** Hydroelectric; affected residents; social perspective.



## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS ATINGIDOS PELA UHE BAIXO IGUAÇU POR MUNICÍPIO.....	59
GRÁFICO 2 – IDADE DOS ATINGIDOS PELA UHE BAIXO IGUAÇU ENTREVISTADOS.....	64
GRÁFICO 3 – NÚMERO DE MORADORES ATINGIDOS PELA UHE BAIXO IGUAÇU POR UNIDADE DE PRODUÇÃO.....	65
GRÁFICO 4 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA DOS ESTABELECIMENTOS DOS ATINGIDOS PELA UHE BAIXO IGUAÇU ENTREVISTADOS .....	66
GRÁFICO 5 – TEMPO, EM ANOS, QUE AS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS RESIDEM NA ÁREA A SER ATINGIDA PELA HIDRELÉTRICA BAIXO IGUAÇU ..	98

## **LISTA DE SIGLAS**

ADAHBI Associação dos Atingidos pela Hidrelétrica Baixo Iguaçu  
ANEEL Agência Nacional de Energia Elétrica  
CDDPH Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana  
CE Comissão Especial  
CEMIG Companhia Energética de Minas Gerais  
CIMI Conselho Indigenista Missionário  
CMB Comissão Mundial de Barragens  
DUP Decreto de Utilidade Pública  
EIAs Estudos de Impactos Ambientais  
FETRAF/SUL Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul  
FUNAI Fundação Nacional do Índio  
IBAMA Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IAP Instituto Ambiental do Paraná  
ICMBio Instituto Chico Mendes de Controle da Biodiversidade  
ISA Instituto Socioambiental  
LI Licença de Instalação  
LO Licença de Operação  
LP Licença Prévia  
MAB Movimento dos Atingidos por Barragens  
MP Ministério Público  
ONU Organização das Nações Unidas  
PAC Programa de Aceleração do Crescimento  
PCHs Pequenas Centrais Hidrelétricas  
PIB Produto Interno Bruto  
PNE Plano Nacional de Energia  
RIMA Relatório de Impacto Ambiental  
SDDH Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos  
UHE Usina Hidrelétrica  
UP Unidade de Produção

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	CONTEXTUALIZAÇÃO DO CENÁRIO.....	15
	2.1 Amparo teórico metodológico .....	15
	2.1.1 A análise de conteúdo .....	15
	2.1.2 A construção do problema social.....	18
	2.1.3 A perspectiva social .....	22
	2.1.4 A condição de agricultor familiar .....	27
	2.2 A revisão de literatura .....	29
	2.2.1 A conjuntura das implantações de hidrelétricas.....	29
	2.2.2 O desenvolvimento .....	32
	2.2.3 Os conflitos .....	35
	2.2.4 O licenciamento ambiental.....	40
3	AS POPULAÇÕES ATINGIDAS PELA IMPLANTAÇÃO DE HIDRELÉTRICAS ....	43
	3.1 Os impactos sociais .....	43
	3.2 O conceito de atingido .....	47
	3.3 A resistência .....	54
4	ANÁLISE DOS DADOS.....	58
	4.1 Contextualização do local de estudo.....	58
	4.2 Procedimentos metodológicos .....	61
	4.3 O corpus da pesquisa .....	63
	4.4 A indenização .....	70
	4.5 Problemas gerados pela incerteza da concretização da obra.....	83
	4.6 As perdas.....	93
	4.7 As relações comunitárias.....	96
	4.8 A participação no processo.....	99
	4.9 A perspectiva social dos atingidos .....	109
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	113
	REFERÊNCIAS.....	118
	ANEXOS .....	123

## 1 INTRODUÇÃO

Por meio da produção cultural e artística de uma sociedade pode se ter uma ideia do modo que determinados assuntos são representados. Um exemplo é a música da dupla Sá e Guarabyra que aborda a implantação da hidrelétrica de Sobradinho, localizada no Rio São Francisco, Bahia, inaugurada em 1979 e construída em meio ao contexto da ditadura militar. A dupla escreveu:

“O homem chega, já desfaz a natureza  
Tira gente, põe represa, diz que tudo vai mudar  
O São Francisco lá pra cima da Bahia  
Diz que dia menos dia vai subir bem devagar  
E passo a passo vai cumprindo a profecia do beato que dizia que o sertão ia alagar  
O sertão vai virar mar, dá no coração  
O medo que algum dia o mar também vire sertão...” (SÁ E GUARABYRA, 1979).

Pela letra, pode-se perceber que já naquela época o assunto gerava polêmica, sem esquecer que a energia é uma necessidade diária e ainda, é considerada um importante gargalo do desenvolvimento. No país, a política federal é de continuar a priorizar investimentos no setor de geração de energia por meio da água, mesmo que existam alternativas melhor aceitas socialmente, como a geração de energias eólica e solar.

A região Sudoeste possui um dos maiores potenciais hidráulicos do estado do Paraná, o que atrai investidores há tempos. Estão em funcionamento atualmente, nesta região, as hidrelétricas: Foz do Areia, Segredo, Salto Santiago, Salto Osório, Salto Caxias e Foz do Chopim 1. Existem também Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs: São Pedro, Anhambi, Estrela e Caminfra. Ainda, estão em processo de licenciamento os empreendimentos: Olírio Piva, Águas de São Francisco, Vila Gálupu, Canhandão, Invernadinha, Bedin, Alcast, Salto Grande, São João, Cachoeirinha, Engenho Velho, Butiá, Paiol Grande e Brascam. Também, existem cerca de sessenta projetos em fase de estudo para averiguar a viabilidade ambiental.

Muitas famílias já foram atingidas pela implantação de hidrelétricas nesta região, por isso é fundamental aperfeiçoar o cuidado com a população afetada. Ademais, considerando o contexto nacional, regional e a legislação vigente, acredita-se que o espaço acadêmico pode contribuir com a investigação de processos como estes.

O objetivo geral desta dissertação foi investigar a perspectiva social construída pelos moradores atingidos pela implantação da hidrelétrica Baixo Iguaçu. E, como objetivos específicos, buscou-se: conceituar quem são os moradores atingidos pelo processo; identificar como a condição de agricultor familiar influencia a perspectiva social dos atingidos; e investigar os problemas ocasionados pela implantação da hidrelétrica de acordo com os moradores.

Inicialmente, por meio da revisão de literatura, buscou-se identificar quais os problemas encontrados na área de construção da Hidrelétrica Baixo Iguaçu, bem como, em outras hidrelétricas já investigadas, a fim de se ter um comparativo entre o que aconteceu anteriormente e o que foi encontrado em campo.

Com base em teorias de Young (2000; 2006) e Hannigan (1995), buscou-se o olhar do principal envolvido no processo, o morador atingido. Além do que, teve-se a pretensão de preencher uma lacuna nos estudos sobre o tema, os quais, muitas vezes, não evidenciam o principal ator do contexto - o morador impactado pela construção de uma hidrelétrica. Grande parte das pesquisas já realizadas busca explicitar a cena como um todo. Já, neste estudo, optou-se pela percepção do morador, na tentativa de compreender a perspectiva social deste ator sobre o processo.

A respeito do objeto desta pesquisa é preciso explicar que o processo de implantação da hidrelétrica Baixo Iguaçu ainda está acontecendo. Para este estudo, foi delimitado o período de tempo que abrange o recebimento da Licença de Instalação e o início das negociações com as famílias atingidas.

As pesquisas de campo com os moradores atingidos ocorreram em julho de 2013, porém o processo de implantação e mudança das famílias ainda não tinha sido finalizado na metade de 2014. Nota-se que o tempo nesse tipo de obra influencia as percepções e opiniões dos entrevistados, por tal motivo, novos estudos com os mesmos agricultores poderiam aprofundar as conclusões sobre estes processos sociais.

O texto desta dissertação inicia-se com a apresentação do cenário, com as teorias que amparam a investigação e com a revisão de literatura sobre as implantações de hidrelétricas. Na sequência, apresentam-se os impactos sociais oriundos da construção e do alagamento das áreas, o perfil dos moradores atingidos e também, são citadas, as lutas de resistência.

Finalmente, apresenta-se a análise dos dados acompanhada da explicação do corpus da pesquisa, bem como, a explanação sobre os entrevistados e sobre a forma como foram feitas as escolhas dos moradores atingidos para participar da pesquisa. Após esta etapa, expõem-se a análise de conteúdo das entrevistas por meio de categorias assim descritas: a indenização; os problemas gerados pela incerteza da concretização da obra; as perdas; as relações comunitárias e a participação no processo.

Por fim, buscou-se esquematizar a perspectiva social dos atingidos pela implantação da hidrelétrica Baixo Iguaçu, não com o intuito de separar as conclusões e sim de organizar as informações. Com o amparo dos teóricos estudados e das lideranças e moradores entrevistados, buscou-se ampliar a interpretação deste cenário, objeto da pesquisa.

## **2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CENÁRIO**

Neste capítulo o leitor poderá conferir as informações sobre a construção da pesquisa e os procedimentos metodológicos adotados para a investigação, a fim de se aproximar da trajetória percorrida. O amparo teórico metodológico escolhido é apresentado, incluindo-se as teorias que dão suporte ao trabalho como a análise de conteúdo, a construção dos problemas, a perspectiva social e o conceito de agricultor familiar.

Na sequência se apresenta a revisão de literatura a fim de situar o leitor quanto ao panorama das implantações de hidrelétricas. Neste sentido, elementos do contexto são resgatados para iniciar o debate sobre a temática. Em um segundo momento, situa-se o tema na discussão sobre o desenvolvimento e, posteriormente, aborda-se o processo de implantação de hidrelétricas e os conflitos entre os diferentes envolvidos. Finalmente, destaca-se o licenciamento ambiental e sua importância no processo de implantação de hidrelétricas.

### ***2.1 Amparo teórico metodológico***

#### **2.1.1 A análise de conteúdo**

Para a exploração das entrevistas foi utilizada a técnica da análise de conteúdo. Franco (2008) considera plausível utilizar o método de pesquisa amparado pela concepção da ciência que reconhece o papel ativo do sujeito na produção do conhecimento.

O estudo da língua - a semântica - será o alicerce da análise de conteúdo, entendida como investigação descritiva, analítica e interpretativa dos sentidos atribuídos às mensagens.

Para terem relevância teórica, as análises precisam de comparações contextuais, pois uma informação apenas descritiva será pouco válida. Assim, a junção da análise de conteúdo será realizada com as teorias da construção dos problemas e das perceptivas sociais mencionadas abaixo.

O início da análise de conteúdo será a mensagem, pois expressa perspectivas sociais originadas por processos sociocognitivos, que resultam da atividade psíquica, além de considerar o contexto dos produtores das mensagens, Franco (2008).

O exemplo do significado de um livro é lembrado para explicar a maneira que a linguagem é compreendida como uma construção real da sociedade, elaborada no dinamismo de intercâmbios entre o pensamento, a ação e a linguagem. A palavra livro terá certo sentido para leitores alfabetizados, enquanto que para pessoas não alfabetizadas, o termo até pode ser entendido com o mesmo significado, mas o seu sentido pode ser totalmente diferente (Franco, 2008).

Para organizar o trabalho foi preciso seguir três passos apontados por Bardin (1977): primeiro foi necessário fazer uma pré-análise, depois, a exploração do material e em terceiro lugar, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A primeira fase, intitulada de pré-análise, foi de planejamento e organização. Neste momento, foram escolhidos os documentos e formulados os objetivos, por meio da leitura dos materiais disponíveis como documentos e entrevistas.

Na fase de exploração do material, foi realizada a administração das decisões tomadas anteriormente. Aqui aconteceram as operações de codificação e o início da análise de conteúdo. A mensagem, ou seja, a fala do agricultor atingido anuncia as perspectivas sociais geradas por processos sociocognitivos, resultantes da atividade psíquica do sujeito.

A terceira fase compreendeu o tratamento dos resultados, na qual aconteceu a transformação dos resultados chamados de “brutos” para significativos, ou seja, válidos. Seguindo Bardin (2000, p. 101), quando este afirmou que “o analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas”.

Segundo o mesmo autor, quando partirmos da mensagem, na busca pelas causas e efeitos, o método ganha significado a partir de três pressupostos básicos. Primeiro: toda mensagem possui elementos sobre seu autor. Segundo: o autor é um selecionador e isso não é arbitrário e este também é um produto social dependente do seu contexto. Terceiro: a teoria empregada orienta a concepção de realidade do autor.



O trabalho intelectual do pesquisador estará nas operações de classificação e comparação das mensagens, que resultam em semelhanças e diferenças. O propósito da análise é descobrir as características do texto, as causas ou antecedentes e os efeitos da mensagem.

A categorização não é obrigatória, entretanto, a maioria dos trabalhos organiza-se dessa forma, inclusive este. Esta se resume em operações de classificação dos elementos de um todo – no caso as respostas dos entrevistados. A categorização aconteceu por aproximação e semelhanças, ou seja, analogias. Bardin (1977, p. 118) afirma que:

as categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos. O critério de categorização pode ser semântico (categorias temáticas: por exemplo, todos os temas que significam a ansiedade, ficam agrupados na categoria 'ansiedade', enquanto que os que significam a descontração ficam agrupados sob o título conceptual 'descontração'), sintético (os verbos, os adjetivos), léxico (classificação das palavras segundo o seu sentido, com emparelhamento dos sinônimos e dos sentidos próximos) e expressivo (por exemplo, categorias que classificam as diversas perturbações da linguagem).

A categorização é um processo longo e, normalmente, as primeiras categorias sugeridas são melhoradas posteriormente, para que ao final se consiga chegar a versões mais completas, conforme Franco (2008). E, para a elaboração, pode-se seguir dois caminhos: criar as categorias *a priori* ou não definidas *a priori*.

No caso da formulação de categorias *a priori*, o pesquisador busca uma resposta específica. A mesma autora cita, como exemplo, o caso de se fazer uma pesquisa a qual exige respostas que expressem determinadas e já conhecidas posturas. Essas posturas são as categorias. No caso das respostas que não se enquadram nas categorias que devem ser encontradas, elas serão descartadas por não interessarem à investigação.

A segunda forma, selecionada para este trabalho, é a não definição das categorias com antecedência, por não se saber de antemão as respostas que devem ser encontradas. Nessa forma, as categorias “emergem da ‘fala’, do discurso, do conteúdo das respostas e implicam constante ida e volta do material de análise à teoria” (FRANCO, 2008, p. 61).

Para iniciar as definições descreveram-se os sentidos dados pelos respondentes, para depois classificar as convergências e divergências das

respostas. “As categorias vão sendo criadas à medida que surgem nas respostas, para depois serem interpretadas à luz das teorias explicativas” (FRANCO, 2008, p. 62). Franco (2008) ainda explica que do ponto de vista operacional, normalmente se inicia com grande quantidade de categorias. Caso isso ocorra, deve-se encontrar princípios de organização, para se chegar a categorias mais amplas e por fim, módulos interpretativos menos fragmentados. Uma das vantagens dessa forma de elaboração é a riqueza de dados novos que podem aparecer.

Para se chegar a um conjunto de categorias satisfatórias, Franco (2008) explica que é importante analisar princípios como a exclusão mútua, ou seja, a homogeneidade das categorias, pois cada uma só pode ter uma dimensão de análise. A segunda qualidade da categoria é a pertinência, “o sistema de categorias deve, também, refletir as intenções da investigação, as questões do analista e/ou corresponder às características das mensagens” (FRANCO, 2008, p. 67). E, por último, a produtividade, a qual significa que a categoria é produtiva se houver a possibilidade de se chegar a resultados férteis (como novidades sobre o assunto, informações relevantes etc.). Os resultados das análises das entrevistas desta dissertação foram produzidos a partir dessas premissas.

### 2.1.2 A construção do problema social

Um problema nunca se materializa por si próprio e sim, precisa ser definido como tal, sendo papel das pessoas e organizações a definição do que será um problema (HANNIGAN, 1995). Para exemplificar esse fato, o autor lembra que várias cidades sofreram muito tempo com a poluição, sem reconhecer o fato como problemático. Somente quando perceberam o que acontecia como algo preocupante, é que foi tomada alguma medida para se encontrar soluções.

Hannigan (1995) trabalha com a ideia de que os problemas ambientais são parecidos com os problemas sociais em geral. A base do seu estudo determinado pela perspectiva social construcionista, é conseguir examinar a ascensão e muitas vezes a queda de problemas ambientais. E, nesse contexto, vê que o debate ambiental revela não só a ausência de certezas (como as energias futuras), como também o fato de algumas certezas serem contraditórias.

Ao encontro dessa ideia - de que um problema só será ambiental quando for social também - o pesquisador trabalha a importância de se ouvir os atores sociais. É relevante que as pesquisas “centram inteiramente na interpretação e práticas dos participantes no problema da construção social” (HANNIGAN, 1995, p. 49), porque para o grande enredo histórico pode ser um problema social, mas para o autor pode ser o contrário. A importância está em questionar: esse fato é um problema social para quem?

Em sua pesquisa, se pode observar que a forma como o conhecimento e os riscos ambientais são conceituados, acabam por ser canalizados pelas estruturas do poder econômico e político. Entretanto, “a percepção é mais do que simplesmente uma função de poder; depende de um grande número de outros fatores que se relacionam com a cultura e o conhecimento” (HANNIGAN, 1995, p. 57).

É preciso advertir que a construção de um problema está no mundo do significado, focando no entendimento desses problemas sociais. E, ainda, as preocupações não são constantes, podem variar conforme o tempo. Por isso, para entender os problemas sociais de hoje é preciso compreender como os atores sociais percebem esses problemas.

Ao trabalhar com as tarefas e os autores fundamentais que formulam a problemática ambiental, Hannigan (1995) coloca a ciência e a comunicação social no centro da construção dos problemas. Nesse viés, o construtivismo não será somente visto como uma posição teórica, e sim, uma ferramenta analítica.

Nesse sentido, é possível focar o estudo dos problemas sociais em três itens. O primeiro item integra os próprios problemas, depois os formuladores dessas exigências, ou seja, os autores que percebem o problema social e sua solução e, por fim, como terceiro ponto, o processo de criação das reivindicações.

A primeira forma de estudo concentra-se naquilo que os grupos sociais entendem como ofensivo e indesejável. Questões como “O que é dito sobre o problema? Como é que o problema está a ser tipificado? Qual é a retórica da criação das exigências e como é que as exigências são apresentadas por forma a persuadir o seu público?” (HANNIGAN, 1995, p. 50) foram alvo das investigações.

O mesmo autor citou exemplos de estudos que se centravam na retórica, como a linguagem era utilizada para a criação das exigências. Da mesma forma, os dados são a base que moldam os discursos, as garantias são justificativas e as conclusões explicam como erradicar o determinado problema social, o que resulta,

frequentemente, na proposição de novas políticas sociais ou novas agências que possam dar conta da temática.

Ainda, de acordo com o mesmo autor, foram considerados os modelos que possuem um poder persuasivo na criação das exigências, baseando-se em estereótipos. Também, os idiomas retóricos, que seriam grupos de imagens que dão um significado moral às exigências, como a retórica da perda, retórica da insensatez, retórica da calamidade (como as epidemias), retórica do perigo, que aparecem nos discursos dos envolvidos nos problemas. Os motivos retóricos são as metáforas como, por exemplo, quando a AIDS é comparada e citada como uma praga, ressaltando-se algum aspecto do problema sobrecarregado de significado.

Como segunda forma de investigação, pôde-se focar nos criadores das exigências. Nesse caso foi importante investigar se os mesmos eram filiados a organizações, movimentos sociais, e quais eram seus interesses e os interesses de terceiros. Também, sua identificação como agricultor ajudou a determinar as formulações do significado de problema social, ao dar pistas sobre como o sujeito se posiciona no mundo.

Ao pensar no processo de criação das exigências – terceiro item proposto para o estudo dos problemas sociais – Hannigan (2005) resgata as suposições de que, primeiramente, aparece a determinação do problema, depois sua legitimação e, por último, a demonstração desse problema. Assim, a arena do discurso público é o lugar para avaliar as definições do que é um problema social.

Outra observação que merece destaque é o fato de que os problemas são rotineiramente originados no domínio da ciência, porque nem sempre eles são percebidos pelas populações e alguns deles não têm relação com a experiência cotidiana. Por outro lado, alguns problemas podem estar diretamente relacionados com a vida diária. Hannigan (1995) evidencia o caso dos agricultores e funcionários que trabalham na área rural, como exemplo de atores que podem perceber determinados problemas ambientais que alteram suas rotinas, porque esses conhecimentos dependem da observação e a observação se dá ao longo de gerações que vivem nos locais.

Segundo o autor, para receber atenção da sociedade, o problema precisa ter novidade, ser importante e compreensível. Na construção desses problemas socioambientais serão usadas figuras como, por exemplo, a redução da camada de

ozônio que passou a ser chamada de buraco, para que com uma linguagem visual, chamasse mais atenção.

O mesmo autor cita ainda, que um acontecimento dá origem a uma questão ambiental quando chama a atenção da imprensa, envolve o governo e suas decisões, é um fenômeno recorrente e abrange um número significativo de cidadãos e seus interesses. E, esse problema só passa a ser legitimado por meio de múltiplas retóricas, como de áreas da comunicação social, da ciência e do público.

Assim, para Hannigan (1995), são cinco os fatores que facilitam a divulgação de um problema ambiental, pela mídia: 1. A problemática precisa ecoar nos conceitos culturais vigentes; 2. Precisa passar pelas agendas política e científica para ganhar legitimidade; 3. Aqueles que possuem dramas sociais sempre terão mais repercussão; 4. A questão precisa estar acontecendo no presente e; 5. Ganham força aqueles problemas relacionados a ações internacionais.

Nesse viés, o autor afirma que na construção do problema, a ciência serve para validar a questão. Sem contar que os cientistas vão agir como porteiros que procuram novos problemas para lhes atribuir credibilidade. Entretanto, muitas vezes, a prova científica é problemática para os políticos responsáveis pelas políticas públicas, pois as interpretações da ciência, muitas vezes, são frágeis, ou seja, os resultados são relativos, não absolutos, apresentando dificuldade de aceitação no campo da política, minado por conflitos de interesses.

Sem contar que os problemas ambientais não aparecem repentinamente, sem antecedentes como os debates e as investigações científicas. Nesse contexto, o cientista terá primeiramente o papel de analisar as tendências, produzir as teorias e, posteriormente, testá-las. Depois irá divulgá-las e fazer o papel de analista político aplicado, atuando no processo de formulação das políticas ambientais e desempenhando o papel de contestação.

Com o passar do tempo, a sociologia percebeu a necessidade de incluir a justiça social nas ações ambientais. Em muitos países, o movimento ambiental costumava, anteriormente, agir em questões muito limitadas, muitas vezes esses temas refletiam a população de classe média branca, que dominava os movimentos (HANNIGAN, 1995). Sem contar que as ações, no início dos movimentos ambientalistas, focavam nas áreas de natureza intocada, enquanto muitas comunidades de índios e agricultores podiam sofrer com a poluição e contaminação, desde que esse fenômeno não ocorresse nas áreas de florestas.

Foi somente nos anos 1980 que surgiu o movimento de justiça ambiental em comunidades negras dos EUA, as quais sofriam com a proximidade dos aterros tóxicos e incineradores em suas zonas residenciais. Com a evolução do debate se percebeu que a sociedade e a natureza juntas se constroem (HANNIGAN, 1995).

Para o mesmo autor, o ambiente é local de repertórios e ações de contestação e definição, por isso o centro da nova sociologia ambiental é a “compreensão de como as alegações, concernindo as condições ambientais, são reunidas apresentadas e contestadas” (HANNIGAN, 1995, p. 243). Entretanto, o autor explica que críticas são feitas à formulação social construcionista, porque alguns pesquisadores trabalham exclusivamente com as interpretações e práticas dos participantes envolvidos no problema social, enquanto outros incentivam o uso de informações empíricas como o mais apropriado para a análise dos problemas.

O mesmo autor ainda defende que o papel do sociólogo construtivista não está tanto em procurar um novo modelo que faz a ponte entre o ecossistema e as variáveis sociais e, sim, muito mais, centra-se no exercício de retorno às questões como o poder e a percepção. Dessa forma, “as mudanças biofísicas no ambiente são significativas apenas na medida em que os grupos culturais afetados por elas venham a reconhecê-las” (HANNIGAN, 1995, p. 245).

Em seu livro, Hannigan (1995) juntou elementos e atores que formulam os problemas ambientais e reconhece que não é uma tarefa simples e direta, porque “problemas diferentes surgem de formas diferentes em diferentes contextos” (HANNIGAN, 1995, p.246). Sugere que a perspectiva social construcionista incorpore um realce sobre as relações de poder. Também, outro caminho pouco investigado é o relacionado à retórica e a linguagem simbólica utilizada para apresentar as reivindicações, pois é dessa forma que o problema é formulado socialmente. Esses mecanismos retóricos são importantes porque fazem a ponte entre as diferentes arenas, tanto na linguagem como nas representações visuais.

### 2.1.3 A perspectiva social

Em sociedades de massa a democracia é descentralizada, acontece por meio da perspectiva e isso não a enfraquece. A perspectiva é necessária porque é

impossível alguém estar ao mesmo tempo em todos os organismos que tomam decisões que podem influenciar suas vidas, (YOUNG, 2000; 2006).

Esse ponto de vista não pode acontecer nas individualidades, ou seja, cada um será representado por alguns “aspectos da experiência de vida, da identidade, das crenças ou atividades mediante os quais uma pessoa tem afinidade com outras” (YOUNG, 2000, p. 158), o que ocorre no caso das lideranças da ADAHBI e do MAB entrevistadas nesta pesquisa. Os modos que alguém pode ser representado são os interesses, as opiniões e as perspectivas.

Será por meio da perspectiva que os grupos sociais oprimidos conseguirão espaço, porque ela não atribui interesses e opiniões comuns a todos. Young (2000; 2006) exemplifica como alguém se sente representado no processo político: ou será pelos mesmos interesses de quem o representa; ou pelos princípios e valores que norteiam as decisões; e ainda, quando pelo menos alguma deliberação ou discussão expressa alguma experiência social igual ao seu seguidor, em razão da posição social semelhante em um grupo.

A autora começa definindo interesse “como aquilo que afeta ou é importante para os horizontes de vida dos indivíduos ou para as metas das organizações” (YOUNG, 2000, p. 158). Os interesses estão mais no campo dos meios que se usa para alcançar um fim e faz parte do processo de livre associação na democracia para que as pessoas possam pressionar politicamente em prol dos seus interesses e, ainda, juntar-se com outros que possuem interesses parecidos para, dessa forma, influenciar a política.

Já, opiniões são definidas como “os princípios, valores e prioridades assumidos por uma pessoa na medida em que fundamentam e condicionam seu juízo sobre quais políticas devem ser seguidas” (YOUNG, 2000, p. 160). Por meio desses conceitos é que a sociologia política vai explicar como pessoas com diversas crenças e opiniões conseguem se manter politicamente articuladas. Ao exemplificar, a autora cita as opiniões vinculadas à igreja, ou ainda, opiniões fundadas em determinada cultura, ou estabelecidas por um sistema econômico. O maior exemplo de união por meio de opiniões são os partidos políticos, eles “frequentemente elaboram programas que, menos que expressar os interesses de um determinado eleitorado, organizam os temas políticos do dia segundo princípios, valores e prioridades que eles se propõem a representar de forma geral” (YOUNG, 2000, p. 161).

Young (2000; 2006) desenvolve a ideia de que em grupos sociais nem sempre existem atributos comuns a todos os seus participantes. E, sim, deveria se partir de uma lógica ligada à relação, “em que os indivíduos seriam compreendidos como posicionados nas estruturas dos grupos sociais” (YOUNG, 2000, p. 161), sem que isso necessariamente demonstre sua identidade.

A autora nomeará de *perspectiva social* o fenômeno em que “pessoas diferentemente posicionadas têm diferentes experiências, histórias e compreensões sociais, derivadas daquele posicionamento” (YOUNG, 2000, p. 162). E mais,

conforme suas posições sociais, as pessoas estão sintonizadas com determinados tipos de significados e relacionamentos sociais, com os quais outras pessoas estão menos sintonizadas. Eventualmente estas últimas não estão posicionadas sequer de forma a ter consciência deles. A partir das suas posições sociais as pessoas têm compreensões diferenciadas dos eventos sociais e de suas consequências (YOUNG, 2000, p. 162).

Essas posições sociais podem ser originadas de outras pessoas do grupo, como também podem ser diferentes dos pares. Para a autora, essas posições sociais vão produzir experiências particulares e interpretações específicas dos processos sociais e seus resultados. Por isso, afirma Young:

A ideia de perspectiva social sugere que agentes que estão “próximos” no campo social têm pontos de vista semelhantes sobre esse campo e sobre o que ocorre em seu âmbito, enquanto aqueles que estão socialmente distantes tendem a ver as coisas de modo diverso. Embora diferentes, essas perspectivas sociais não são necessariamente incompatíveis. (YOUNG, 2000, p. 163).

Outro ponto importante é que cada perspectiva social será particular e parcial, quando colocada em relação ao todo do campo social. E, será a partir dessas perceptivas individuais que alguns aspectos da realidade vão se sobressair, tornando-se mais visíveis. Por esse motivo, também, a perspectiva social não consegue comportar um conteúdo determinado, e sim, “consiste num conjunto de questões, experiências e pressupostos mediante os quais mais propriamente se iniciam raciocínios do que se extraem conclusões” (YOUNG, 2000, p. 163).

A autora ainda exemplifica ser possível que duas pessoas compartilhem de igual perspectiva social, mas podem viver a experiência de seus posicionamentos de maneira diferente. Dessa forma,



a perspectiva social é o ponto de vista que os membros de um grupo mantêm sobre os processos sociais em função das posições que neles ocupam. As perspectivas podem ser vivenciadas de um modo mais ou menos autoconsciente. As experiências culturais de povos ou de grupos religiosos diferenciados, bem como de grupos que reagem a uma história de injustiças ou de opressão estrutural, frequentemente lhes conferem interpretações refinadas acerca de suas próprias situações e de suas relações com outros grupos. A perspectiva pode se revelar em histórias e em canções, em brincadeiras e em jogos de palavras, assim como em formas de expressão mais assertivas e analíticas (YOUNG, 2000, p. 164).

Outra observação é que a perspectiva estará muito mais ligada ao modo de olhar um processo social, entretanto não buscará determinar o que se vê. Por isso, ao trabalhar com essa teoria é preciso buscar captar a sensibilidade da experiência do posicionamento em um grupo, sem especificar o conteúdo que resulta na união.

Essas múltiplas perspectivas pelas quais as pessoas enxergam a sociedade, podem reforçar e fortalecer umas às outras. “De modo que essa multiplicidade pode produzir ambiguidades ou confusões na sua experiência e compreensão da vida social, ou então ajudá-la a formar uma imagem compósita dos processos sociais” (YOUNG, 2000, p. 167).

Também, os conceitos de opiniões, interesses e perspectivas não são nitidamente distintos. A perspectiva se amarra à visão de grupo compartilhada, em que aparecem as diferentes interpretações dos interesses. Mesmo com um similar posicionamento social, podem-se descobrir diferentes interesses entre esses indivíduos. Por isso,

a partir de uma determinada perspectiva social um representante coloca certos tipos de questões, relata certos tipos de experiências, retoma uma determinada linha de narrativa histórica ou expressa um certo modo de olhar as posições de outrem. Isso contribui decisivamente para a inclusão de diferentes pessoas no processo de tomada de decisões e chama a atenção para possíveis efeitos das políticas propostas sobre os diferentes grupos (YOUNG, 2000, p. 168).

É preciso observar que as diferentes perspectivas não podem ser vistas como conflitantes, mas sim, reunidas, pois podem oferecer questões adicionais e compreensões mais plenas daquele contexto. Outra advertência é que essas perspectivas não podem ser medidas.

Sobre os grupos sociais excluídos, a autora lembra que os grupos dominantes ditam as discussões e as decisões políticas, conseqüentemente, são esses mesmos membros que definem as prioridades políticas. Observar pelo viés da

perspectiva social as representações dos grupos minoritários, segundo Young (2000; 2006), é considerar que essa perspectiva emerge das estruturas sociais que posicionam de forma parecida as pessoas daquele contexto, caso elas queiram ou não.

A perspectiva não é, muitas vezes, conscientemente reconhecida como um modo específico de se enxergar o mundo, mas sim, é adotada como neutra e universal. “Em virtude de seus posicionamentos sociais, os membros dos grupos estruturalmente diferenciados frequentemente têm compreensões diferentes acerca das causas dos problemas e conflitos e dos possíveis efeitos das soluções propostas” (YOUNG, 2000, p. 175).

Esta dissertação não está na dimensão da política institucionalizada, porém, Young (2000; 2006) ressalta que não são somente nas legislaturas e nos organismos que a teoria da perspectiva social pode ser aplicada. E, sim,

o processo de autorização e responsabilização que constitui a prática representativa não deve enfim ser confinado aos organismos públicos oficiais. Já assinalei aqui que a livre associação da sociedade civil contribui para a formação e a expressão de interesses e opiniões. A sociedade civil também é uma importante instância de consolidação e expressão de perspectivas sociais (YOUNG, 2000, p. 187).

Enfim, o exercício de análise desta pesquisa focará na maneira como o problema social da implantação de uma hidrelétrica é construído, conforme as ideias de Hannigan (1995). E, ainda, a forma como o grupo percebe o que acontece – a perspectiva social – conforme as formulações de Young (2000; 2006). O objetivo é encontrar os pontos em comum desses dois teóricos que ajudarão a construir os resultados do estudo.

Reconhece-se que Hannigan vai trabalhar com questões ambientais, mas em seu trabalho o autor não separa o social do ambiental, pelo contrário, enfatiza a necessidade de presença do social na formulação dos problemas, por isso justifica-se sua teoria neste estudo. Também, Young permite espaço para a perspectiva social que não está nos organismos de política institucionalizados, sendo o foco do trabalho desta autora, e que ampara a questão da perspectiva social dos atores envolvidos na temática desta pesquisa.

#### 2.1.4 A condição de agricultor familiar

Devido ao contexto da região sudoeste do Paraná, em que a agricultura familiar representa grande parte das unidades de produção e, no caso dos entrevistados da pesquisa - 56% deles possuem até 40 hectares - buscou-se investigar como é essa realidade. Esses agricultores adotam maneiras de produção que contam com a diversificação dos estabelecimentos, presente em 100% das unidades de produção dos moradores entrevistados.

Ao se estudar a categoria agricultor familiar sabe-se, primeiramente, que a família proprietária das terras será a responsável também pelo trabalho na unidade de produção. Wanderley (1996) explica que essa associação não é apenas um detalhe, “o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente” (Wanderley, 1996, p. 2). Para a mesma autora, esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais e

não se trata apenas de identificar as formas de obtenção do consumo, por meio do próprio trabalho, mas do reconhecimento da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família, através das formas de colaboração dos seus membros no trabalho coletivo – dentro e fora do estabelecimento familiar –, das expectativas quanto ao encaminhamento profissional dos filhos, das regras referentes às uniões matrimoniais, à transmissão sucessória, etc. (WANDERLEY, 2003, p. 46).

Wanderley (2003) cita estudos sobre como a modificação da produção, alterou também a organização social da civilização camponesa. Por exemplo, o saber tradicional transmitido de geração em geração passou a ser insuficiente depois da introdução do trator nos estabelecimentos. Sem contar que, atualmente, a produção rural exige conhecimentos técnicos, o que resultou no abandono da atividade por alguns agricultores, em razão das dificuldades em aprender todas as mudanças (WANDERLEY, 2003).

Entretanto, “a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar” (WANDERLEY, 2003, p. 48). A família continua sendo o fim principal, no seu planejamento de produção e reprodução.

Outro fator é a característica da diversificação produtiva e da aplicação do princípio da alternatividade, o que não significa que os agricultores familiares não estejam interessados em investir na sua atividade, explica Wanderley (2003). Vários estudos pelo mundo, citados pela mesma autora, comprovaram que a diversificação da produção para o autoconsumo é um objetivo, entretanto as famílias possuem, além da subsistência, a capacidade de investimento, o que aumenta proporcionalmente a integração da unidade de produção aos mercados modernos.

Sobre a diversificação, destaca-se ainda que a pluriatividade é “uma estratégia da família, com a finalidade de – diversificando suas atividades, fora do estabelecimento – assegurar a reprodução desse e sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos” (WANDERLEY, 2003, p. 52). Outra característica levantada pela mesma autora, são os trabalhos externos, que podem ser realizados em outras terras, ou na área urbana, a fim de complementar a renda.

Para Wanderley (1996), essa característica não se trata apenas do viés de que muitas unidades de produção não conseguem gerar renda suficiente para manter a família, mas sim, procura compreender este equilíbrio precário e instável. Não se pode esquecer que as sociedades camponesas possuem laços de integração com a sociedade urbana, entre esses, destacam-se os mercantis (WANDERLEY, 2003). No total, 18 membros das famílias entrevistadas afirmaram possuir outro tipo de renda externa, alguns em serviços relacionados à agricultura, como, por exemplo: motoristas, funcionários de cooperativas, funcionário de agropecuária, prestador de serviço com máquinas. Outros, em funções não relacionadas ao ambiente rural como: professor, vendedor, etc.

Chayanov (1974) explica que a mão de obra é o elemento organizativo de qualquer processo de produção e no caso da agricultura familiar, a composição e o tamanho da família determinam essa força de trabalho. Também conclui que cada membro da família, segundo sua idade, fica responsável por diferentes fases dos afazeres, variando de acordo com a força de trabalho, a necessidade de demanda, a relação consumidor trabalhador, aplicando princípios da cooperação. O mesmo autor ainda acrescenta que o estímulo inicial da família trabalhadora é satisfazer as necessidades de consumo.

Na análise das entrevistas deste estudo, utiliza-se o conceito de agricultor familiar, que determina a forma de produção nas propriedades, para melhor caracterizar e compreender o público entrevistado.

## 2.2 A revisão de literatura

### 2.2.1 A conjuntura das implantações de hidrelétricas

Dos anos 1980 a 1990, levantar dúvidas em relação às hidrelétricas era sinônimo de questionar o próprio desenvolvimento. Na época, a geração de energia hidráulica era sinônimo de fonte sustentável, competitiva e limpa. No século XX, várias construções foram justificadas em prol do crescimento econômico e, no século XXI, essa estratégia encontrou sobrevida com o conceito de desenvolvimento sustentável, no qual a hidroeletricidade passa a ser, também, considerada renovável. Conforme autores como Locatelli (2011), o cenário mundial influenciou o setor elétrico do Brasil, suas políticas públicas e as respostas da sociedade em relação a esse tema.

Mesmo com o questionamento de vários setores da sociedade civil, sobre o modelo de geração de energia elétrica do país, o Plano Nacional de Energia - PNE 2030 (BRASIL, 2007), planejamento integrado dos recursos energéticos realizado no âmbito do governo brasileiro, concluiu que mesmo com a provável diversificação da matriz energética, a energia hidrelétrica continuará sendo preponderante. O documento apresenta argumentos como o de que o potencial hidrelétrico é de 260 GW, sendo que apenas 68% desse potencial foi inventariado. Entretanto, há críticas ao PNE alegando que a sociedade não foi consultada na elaboração do estudo.

Além disso, nos últimos anos tem se observado a retomada dos grandes projetos de infraestrutura, como a transposição do rio São Francisco e as grandes hidrelétricas. Zhouri, Laschefski e Pereira (2005) afirmam que essas ações lembram a política do governo militar chamada de integração nacional, contudo, essa atual retomada não pretende incentivar somente o crescimento do mercado interno, busca também, a integração internacional.

Na tentativa de não se repetir os erros do passado, observa-se que as empresas procuram atender às cobranças das instituições de crédito internacionais, apontando em seus planejamentos, a inclusão do envolvimento da sociedade, com o objetivo de buscar um desenvolvimento sustentável, entretanto, isto ainda está longe do que ocorre na prática.

A crítica é feita porque o meio ambiente não é uma “realidade objetiva, instância separada e externa às dinâmicas sociais e políticas da sociedade” (ZHOURI, LASCHEFSKI E PEREIRA, 2005, p. 12). Para esses autores, os conflitos ambientais ultrapassam as resoluções técnicas que são propostas de forma hegemônica.

Em uma pesquisa, o Banco Mundial (2008) no Relatório N° 40995-BR, examinou os marcos legais e institucionais do licenciamento ambiental de empreendimentos hidrelétricos do país, incluindo alguns estudos de caso. Chegou à conclusão de que a maioria dos problemas associados ao licenciamento ambiental no Brasil ocorre na primeira fase, que consiste na Licença Prévia (LP). Entre os problemas apontados constam a falta de um planejamento adequado do governo, a má qualidade dos Estudos de Impactos Ambientais (EIAs) preparados pelos proponentes do projeto, a falta de um sistema adequado para resolução de conflitos, a ausência de regras claras para a compensação social e a falta de profissionais da área social no órgão ambiental federal.

Ao abordar as organizações envolvidas, o Banco Mundial reconhece o papel relevante do Ministério Público (MP) no sistema ambiental do país. Segundo o relatório, dentre os atores envolvidos no processo de licenciamento ambiental, o MP é a instituição com a equipe melhor instruída, com maiores recursos e amplos poderes<sup>1</sup>.

O relatório destacou ainda a autonomia dos membros do MP, o que é considerado pelo Banco Mundial um fator relevante no exame da implementação do processo de licenciamento ambiental no Brasil. Entretanto, na prática, muitas vezes, o peso do poder político acaba se sobressaindo à atuação do Ministério Público, como ocorreu no caso da hidrelétrica de Belo Monte, que mesmo com onze ações civis públicas contrárias, acabou sendo licenciada.

Quando o Banco Mundial analisou os aspectos institucionais dos órgãos licenciadores, chegou à conclusão de que possuem recursos humanos e financeiros insuficientes para atender às crescentes necessidades do país. Um exemplo citado no documento foi a unidade de coordenação de licenciamento para hidrelétricas do

---

<sup>1</sup> Dados do MP Federal e do Estado de São Paulo sugerem que os promotores possuem amplo poder para influenciar nos processos, como na escolha da matriz energética; organização territorial; desenvolvimento econômico regional; estabelecimento de preferências econômicas e ambientais; valoração ou não dos impactos (BANCO MUNDIAL, 2008).

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que na época não possuía profissionais especializados na área social. Dos 83 funcionários de nível superior lotados, em 2008, na Diretoria de Licenciamento do IBAMA, em Brasília, apenas cinco possuíam formação em Ciências Sociais (BANCO MUNDIAL, 2008)<sup>2</sup>.

O relatório adverte que é preciso considerar que os aspectos sociais relativos aos empreendimentos hidrelétricos têm grande relevância para os prazos implicados no processo de licenciamento ambiental. O estudo demonstrou também que os custos reais dos temas ambientais e sociais estão na ordem de 15% a 20% do total dos investimentos de uma hidrelétrica, segundo média calculada nos estudos de caso do relatório.

Entre as recomendações do Banco Mundial (2008) está a criação e promoção de mecanismos de resolução de conflitos entre os atores do processo de licenciamento. A instituição vê como positiva a especialização do Poder Judiciário, onde as varas ambientais especializadas, que reúnem os magistrados com conhecimento na área ambiental, podem ser uma alternativa para uma ação mais segura, rápida e eficaz.

O documento enfatiza a necessidade de se considerar as questões sociais e ambientais, juntamente com os aspectos econômicos, técnicos e financeiros, desde o início da elaboração do licenciamento. E, inclusive, aponta a necessidade de criar mecanismos que permitam a participação dos diferentes grupos de interesse.

Conforme o relatório, um processo de divulgação e consulta deveria estar voltado às instituições, organizações governamentais, comunidades locais, à sociedade civil e ao público em geral. Como sugestão, aponta a disponibilização das informações na página do IBAMA, na internet, e a realização de reuniões específicas para comentários e sugestões.

---

<sup>2</sup> Entretanto é preciso considerar que em 2007, um ano antes do estudo do Banco Mundial, foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio pela Lei 11.516. Na época, uma série de funcionários do IBAMA migrou para a autarquia diminuindo dessa forma a quantidade de profissionais com formação na área social.

### 2.2.2 O desenvolvimento

Atualmente, populações diretamente atingidas por grandes obras de infraestrutura questionam o modelo desenvolvimentista pregado no país. Muitos atingidos se sentem injustiçados quando ouvem de um juiz que precisa entregar sua terra para a empresa que possui uma concessão pública, mesmo sem ter concordado com os valores que serão pagos pelo seu patrimônio. Alguns empreendedores ainda fazem uso, de forma autoritária, do Decreto de Utilidade pública - DUP, em vez de procurar alternativas democráticas como a negociação e o diálogo, assunto melhor discutido na análise das entrevistas de campo desta pesquisa.

Revisando os conceitos de desenvolvimento, a teoria nos apresenta que este deveria ir além da riqueza material. “O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos” (SACHS, 2004, p. 13).

Quando se trabalha com esse tema é preciso lembrar que ele não é neutro e está relacionado aos interesses econômicos e sociais. O mesmo autor aborda metodologias para se agir nesses casos e, segundo ele, a estratégia prática une o social, o ecológico e o tecnológico, com o objetivo de se chegar ao desenvolvimento.

Também é preciso lembrar que focar no setor elétrico do Brasil, hoje, é analisar a retomada das construções de grandes usinas hidrelétricas. França (2012) ao investigar alternativas para a produção de energia, concebidas no interior do sistema produtivo dominante, considerou o cenário incerto e complexo. A autora delineou alguns dos motivos que levaram o país a diversificar sua matriz energética: as pressões internacionais para limitar o uso de recursos fósseis e, ainda, a dificuldade em se obter novas licenças ambientais para a implantação de hidrelétricas, que as concessionárias dizem enfrentar, especialmente devido aos custos sociais.

O apagão de novembro de 2009, que prejudicou a distribuição de energia em dezoito estados brasileiros, marcou o atual momento energético brasileiro. O incidente forçou a sociedade a refletir sobre como a energia está incorporada no seu dia-a-dia. Segundo notícias da época (MAGENTA e VARGAS, 2009), muitos



funcionários dependentes do metrô não conseguiram voltar de seus trabalhos, indústrias foram prejudicadas, entre muitos outros efeitos de menor vulto.

Os primeiros sinais dos problemas de abastecimento do Brasil revelaram-se, ainda em 2001, o que denunciou a falta de investimentos para a geração e transmissão de energia no país. O fato é que a força que está por trás do nosso modo de viver é a energia, a qual proporciona o crescimento das indústrias e maior conforto às casas. Porém, a energia é também um dos elementos centrais da discussão sobre a crise ambiental, porque a grande maioria dos modos de produção desta são causadores de impactos ao ambiente e à sociedade.

Nesse contexto, o termo *desenvolvimento sustentável* acrescentará à dimensão de sustentabilidade ambiental, à dimensão social. “Ela é baseada no duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras” (SACHS, 2004, p. 15). Aparecem então os cinco pilares do desenvolvimento sustentável: 1. Social; 2. Ambiental; 3. Territorial; 4. Econômico e; 5. Político, em que a governança democrática é um valor fundador.

Entre as alternativas para se alcançar o desenvolvimento sustentável, segundo Sachs (2004), primeiramente está a necessidade do gerenciamento de crises, a qual precisa de uma mudança de paradigma, onde o crescimento buscado deve ser baseado na mobilização dos recursos internos. E as condições para se pensar um crescimento sustentável, baseado no emprego, são: a) capacidade local de planejamento - com identificação dos gargalos que precisam ser superados; b) estímulo às iniciativas locais; c) reabilitação do sistema financeiro nacional, para atender às empresas e obras públicas; d) reforma na tributação que criasse o Imposto de Valor Adicionado sobre o consumo - os bens essenciais seriam isentos, mas os artigos de luxo seriam tributados, para que os salários baixos fossem subsidiados pelo imposto (SACHS, 2004).

Segundo Sachs (2004, p. 18), “o objetivo supremo é o emprego decente e/ou auto emprego para todos – trata-se da melhor forma de assegurar simultaneamente a sustentabilidade social e o crescimento econômico”. Aliado ao emprego, o autor sugere políticas complementares como a exploração de oportunidades de crescimento induzido, como as obras públicas, a construção civil, os serviços sociais, e os empregos ligados à conservação de energia, recursos e reciclagem.

O autor também sugere a criação de políticas públicas para consolidar e modernizar a agricultura familiar; a promoção de ações para melhorar a condição de trabalhadores autônomos e microempresas; a utilização de compras governamentais para promover as pequenas empresas; o fortalecimento das indústrias de grande porte para que sejam competitivas (pois, para o autor, não se pode negligenciar a inserção na economia global). Por fim, expõe a necessidade dos países periféricos participarem dos organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a fim de lutar pelo comércio justo.

Outra forma de conceituar o desenvolvimento, trabalhada por Sachs, é por meio dos direitos humanos, que seriam: direitos políticos, civis e cívicos; direitos econômicos, sociais e culturais, onde o trabalho digno precisa ser destacado por motivos intrínsecos e instrumentais; e direitos coletivos ao meio ambiente e ao desenvolvimento. A igualdade, a equidade e a solidariedade aparecem embutidas no conceito de desenvolvimento, distanciando-se, dessa forma, do reducionismo do pensamento economicista.

“Em vez de maximizar o crescimento do PIB, o objetivo maior se torna promover a igualdade e maximizar a vantagem daqueles que vivem nas piores condições, de forma a reduzir a pobreza” (SACHS, 2004, p. 14). Ou seja, colocar o conceito de equidade em prática, que significa tratar de forma desigual os desiguais, fazendo com que os mais fracos sejam favorecidos por meio de ações afirmativas.

Ao resgatarmos estudos, como os citados acima, a pergunta que se sobressai é: será que a implantação de uma hidrelétrica é sustentável? O que se pode observar é que o país como um todo tem um longo caminho a percorrer quando se trata de grandes obras de infraestrutura. Muitas vezes, os projetos ainda são licenciados apesar da falta de estudos, de restrições legais e da resistência dos moradores.

Ao abordar o desenvolvimento, Sen (2000) diferencia duas formas encontradas nas análises econômicas. Na primeira forma, várias preocupações são esquecidas como, o fornecimento de serviços sociais para a população, os direitos e a democracia. Já, na segunda forma, acontecem trocas reciprocamente benéficas, com organizações em prol da segurança social, levando-se em conta as liberdades, e, foi nessa segunda forma que o autor se dedicou.

O desenvolvimento, então, será um processo de alargamento das liberdades reais das pessoas. A ideia básica é de que a expansão da liberdade humana é o

principal fim e o principal meio do desenvolvimento. O autor elucida que o papel da liberdade é constitutivo, que se relaciona à importância dela para enriquecer a vida humana, evitando-se, dessa forma, a fome e a morte prematura e, também, aumentando as liberdades que estão relacionadas a conhecimentos de base como a leitura e a matemática, a participação política e a liberdade de expressão.

A perspectiva é instrumental e, por isso, o autor elenca cinco liberdades que merecem atenção: 1. Liberdades políticas; 2. Facilidades econômicas; 3. Oportunidades sociais; 4. Garantias de transparência e; 5. Segurança protetora. Essas liberdades devem colaborar para uma vida mais livre, sem esquecer o vínculo entre elas, por isso a importância do conjunto.

Para Sen (2000), o crescimento econômico não deixa de ser importante, pois ele não só eleva as rendas individuais, como também aumenta os ganhos do Estado que pode, então, investir em seguridade social. Ao se trazer essa teoria para o objeto em estudo, podemos pressupor que a implantação de grandes projetos precisa buscar a expansão das liberdades dos moradores diretamente impactados pelas construções, almejando processos menos autoritários, já que almejam o bem comum.

Anteriormente, o conceito de desenvolvimento era visto apenas pelo viés econômico, em que o crescimento era medido pela quantidade de indústrias e obras de infraestrutura. Isso talvez, ajude a explicar os conflitos ocorridos na área de implantação de hidrelétricas, em que os empreendedores estavam inseridos no contexto do desenvolvimento apenas econômico, enquanto as populações atingidas questionavam o processo como um todo.

### 2.2.3 Os conflitos

No local de estudo foram vários os conflitos envolvendo a população. Inicialmente, os moradores organizaram a Associação dos Atingidos pela Hidrelétrica Baixo Iguaçu – ADAHBI, em que as lideranças conseguiam realizar o diálogo com a concessionária no local. Inclusive, os representantes da Associação acompanharam uma série de trabalhos de campo como a produção do caderno de preços, as marcações e etc.

Posterior à emissão da Licença de Instalação, parece que a Neoenergia não encontrou mais vantagens na relação com a ADAHBI, afastando-se das lideranças e não mais participando das reuniões do grupo. É importante considerar que, inicialmente, os moradores se posicionavam e agiam de modo mais pacífico no que se refere à participação no processo. Logo após o início das negociações, a ADAHBI se posicionou contrária aos critérios dos empreendedores e realizou uma série de reuniões, passeatas e manifestações.

Entre as motivações dos conflitos no local estão: os valores das indenizações; as formas de pagamento; as áreas dos reassentamentos; os investimentos de compensação no aparato público como compensações financeiras para a saúde e segurança; as incertezas dos moradores quanto ao processo como um todo; entre outras.

Ao se estudar o contexto global dos conflitos, percebeu-se que foi a partir dos anos 1960 que se começou a tentar superar o par dicotômico: sociedade *versus* natureza, com o objetivo de incluir a cultura (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010). Anteriormente, a sociedade não era vista como parte da natureza e, sim, o ambiental era considerado algo intocável, que não contava com a participação do homem. É nesse período que também se faz a crítica à sociedade industrial. Entretanto, esses movimentos foram vistos como fatalistas e rotulados como opositores ao progresso.

Somente com o agravamento da poluição e a escassez de alguns recursos que se chamou à atenção da sociedade industrial. A evolução das discussões consolidou o termo *desenvolvimento sustentável* na década de 1990, o qual considera a sociedade como parte do meio ambiente reconhecendo, também, a crise ambiental.

Segundo os mesmos autores, o conceito popular era o do ambientalismo de resultados, que objetiva reformar sob o aspecto da economia hegemônica como, por exemplo, o conceito criado do comércio de carbono. A natureza era algo externo à sociedade e às relações sociais, que foi convertida a algo que pode ser manejado, de modo a não impedir o crescimento e o desenvolvimento. Inclusive, na elaboração de estudos e projetos, raramente se têm notícias de estudos que levaram à inviabilização ou redefinição de algum empreendimento, somente a adequação do meio ambiente e da sociedade ao que foi proposto.

A adequação ambiental atribuiu ao mercado a capacidade de resolver a degradação (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010). Esse tipo de visão é contrária à ideia

de transformação para a sustentabilidade, em que a finalidade de certo empreendimento deveria ser questionada, assim como, o potencial ecológico e a condição sociocultural da população atingida.

No caso de uma sociedade diversa e desigual como a brasileira, os conflitos em torno dos territórios ultrapassam a valorização monetária, prevista em ações de compensação ou de mitigação. Existem assimetrias e o conflito eclode quando existem diferentes interesses na utilização do território.

Zhour, Laschefski e Pereira (2005) destacam que projetos como hidrelétricas, mineração e monoculturas homogeneizam o espaço, por isso podem ser causadores de injustiças às camadas mais vulneráveis da sociedade.

Foi somente nos anos 1980 que se difundiu a ideia de uso sustentável da natureza e se reconheceu os povos das florestas como os índios, ribeirinhos, seringueiros, entre outros. Para Zhour e Laschefski (2010), o assassinato de Chico Mendes, em 1988, representou simbolicamente o auge dos conflitos ambientais e, ainda, marcou a nova concepção socioambiental. Essa nova visão deixa de lado a concepção de natureza intocada, para integrar os grupos sociais que vivem naquele lugar. Atualmente, as concepções de desenvolvimento preveem o tripé economia-ecologia-equidade social.

Para os mesmos autores, a política atual que retomou os grandes projetos de infraestrutura, repete um modelo de desenvolvimento anterior às discussões da Eco-92, em que se deixa de lado uma série de vitórias adquiridas com o passar dos anos como o licenciamento, os direitos dos povos tradicionais e os planos de mitigação e compensação ambiental.

Ainda se observa que cada vez mais os governos cedem às grandes corporações, porque dependem delas para geração de empregos e impostos, fazendo com que a valoração dos estabelecimentos aconteça como um valor de troca, esquecendo assim o valor de uso do território, o simbólico. Por isso, nos conflitos ambientais territoriais, o estabelecimento de consensos será mais difícil, porque se tratam de diferentes grupos com formas distintas de apropriação do espaço.

Para os autores Zhour e Laschefski (2010), esses conflitos podem até colocar em questão o próprio conceito de desenvolvimento, assim como revelam a luta pela autonomia de grupos que se mantêm à margem do modelo urbano e industrial de sociedade e das instituições reguladoras do Estado moderno.

São poucas as indústrias barrageiras que buscam custear a reorganização da vida socioeconômica dos moradores diretamente atingidos pelas obras em assentamentos rurais e urbanos, segundo Sevá Filho (2010). Sem esquecer, por exemplo, da lista de monumentos naturais inundados pelas mega-hidrelétricas como, as Sete Quedas de Guaíra, sob o lago de Itaipu, outro impacto relacionado com o território.

O território é local de disputas pelo poder, assim, o Estado tem o papel de normatizar a ocupação do espaço. Entretanto Pereira e Penido (2010) afirmam que no caso brasileiro os políticos agem para a manutenção do *status quo*, destituindo o indivíduo e a participação da coletividade.

Para as mesmas autoras, as concepções de desenvolvimento impulsionadas pelo crescimento e progresso do governo brasileiro, indicam uma mobilização para a não participação das pessoas. Como, por exemplo, o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC (2011) que é de natureza desenvolvimentista e não incluiu as discussões das áreas social e ambiental, sem contar que negligenciou as questões de sustentabilidade ambiental.

Pereira e Penido (2010) apresentam exemplos sobre o descaso em relação à participação dos moradores e o conflito de interesses existentes nesse tipo de processo. Nos projetos Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira, o IBAMA considerou os projetos inviáveis tanto ambientalmente, quanto socialmente. Entretanto, no final de 2007, a licença prévia foi concedida pelo próprio IBAMA. “A concessão dessa licença evidenciou o descaso e a deslegitimação de outras formas de apropriação da natureza” (PEREIRA e PENIDO, 2010, p. 263).

Outro exemplo é a hidrelétrica de Irapé, concluída em 2005 pelo governo de Minas Gerais e pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). Nesse caso, percebeu-se que as condicionantes aprovadas em uma determinada fase do licenciamento eram simplesmente postergadas, indicando o descumprimento da legislação ambiental.

Apareceram problemas como a não implementação dos Termos de Acordo para realizar os reassentamentos das famílias. Entre os problemas estavam as terras impróprias para a produção, a falta de água nos estabelecimentos (a não ser a bombeada a preços altos, pois utiliza energia elétrica) e as infraestruturas precárias. Sem contar, a demora em iniciar o reassentamento e a distância entre os estabelecimentos, limitando o convívio social.

As mesmas autoras concluem que são poucos os espaços que permitem uma ação de contestação verdadeiramente política, menor ainda é a possibilidade de participação popular prática nas decisões. O discurso de participação no campo das políticas ambientais não passa de algo ilusório, como forma de controle social, “a participação pode constituir um instrumento de cerceamento e tutela, ao definir o grau e as formas de envolvimento social” (PEREIRA E PENIDO, 2010, p. 267).

Historicamente, o encontro de Altamira realizado em 1989 é considerado um marco do socioambientalismo brasileiro. Nesse evento foi lançada a Campanha Nacional em Defesa dos Povos e da Floresta Amazônica. Até hoje, as imagens da índia Kayapó, chamada Tuíra, protestando com a lâmina do seu facão encostado no rosto do diretor da Eletronorte, circula como representação desse encontro, segundo o resgate histórico do processo de implantação da hidrelétrica Belo Monte (FLEURY, 2011).

Depois desse encontro, que foi fortemente divulgado tanto em nível nacional, quanto internacional e, ainda, devido à recessão da economia, o projeto Belo Monte foi esquecido. Somente no final dos anos 1990 e início de 2000 volta-se à ideia de construir a hidrelétrica. Foram muitos os protestos de movimentos sociais, assim como impeditivos manifestados pelo Ministério Público.

Ao todo são 30 anos de disputas contra o projeto, formada por uma rede

articulando grupos sociais diversos – indígenas, ribeirinhos, autoridades políticas, ambientalistas, socioambientalistas, celebridades -, relatórios e pareceres técnicos, instituições governamentais, organizações da sociedade civil, a floresta amazônica e a bacia do Rio Xingu, é associada, de forma controversa, disputando-se a definição sobre quais são os usos e apropriações desejáveis para o território (FLEURY, 2011, p. 10).

Para a pesquisadora, há algo mais que um simples conflito, porque índios de diferentes etnias se uniram. Ao movimento, somaram-se as visões de mulheres agricultoras, organizações ambientalistas e até a visão de um diretor de Hollywood foi divulgada.

Os grupos que se manifestam a favor da construção da Belo Monte foram rotulados como os do governo. Estão, nesse primeiro grupo, as instituições ligadas ao governo federal – presidente, representantes de secretarias como a de Articulação Social e Presidência da República, também, o Ministério de Minas e Energia, a Empresa de Pesquisa Energética, o IBAMA, a Fundação Nacional do

Índio (FUNAI), as prefeituras, o consórcio vencedor do leilão Norte Energia e a associação Fort Xingu.

Do lado contrário ao empreendimento, está o Movimento Xingu Vivo para Sempre – apoiado pelo Instituto Socioambiental (ISA), Amazon Watch e a International Rivers. Ainda, está ligada ao Xingu Vivo, a Igreja Católica com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Desde setembro de 2009, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) também marcou presença na cena. Os índios se organizaram, chegaram a acordos ou mantiveram resistência em cada comunidade, contando com o apoio da FUNAI.

Outro grupo atingido é o dos moradores da periferia de Altamira, que ficaram sem moradias devido ao preço exorbitante dos aluguéis depois da chegada da obra. Fleury (2011) aponta como decisivo o direcionamento do Ministério Público Federal, mediante onze ações civis públicas contra a obra, participações dos promotores em seminários e, ainda, um blog explicativo para informar sobre cada ação. Soma-se à luta, também, a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos e a ONG Terra de Direitos.

Globalmente, um ano marcante foi o de 1977, quando foi criada na Suíça, a Comissão Mundial de Barragens (CMB), vinculada ao Banco Mundial, com a participação de ONGs e de moradores atingidos. Segundo informação do site do MAB, um fato que marcou a história do movimento aconteceu em 2009, quando, no lançamento do Plano Safra daquele ano, o então presidente Lula reconheceu que o Estado brasileiro tem uma dívida histórica com os atingidos por barragens.

#### 2.2.4 O licenciamento ambiental

Outro ponto importante a ser abordado é a legislação ambiental para a implantação de hidrelétricas. Percebe-se uma evolução das normatizações com o passar dos anos, entretanto, o custo social desse tipo de empreendimento está entre os aspectos mais questionados, pois não se tem certeza da dimensão dos impactos sociais que podem vir a ser causados e a legislação não dá conta da complexidade do assunto.

O processo de licenciamento de empreendimentos com grande potencial poluidor ainda é concretizado de forma autoritária. Isso se observa na prática e em



estudos realizados sobre a participação dos interessados nos processos (MATIELLO, 2011), como, por exemplo, o fato de que o único canal oficial que uma associação de moradores possui para tentar modificar o que é aprovado pelos órgãos licenciadores é a audiência pública, sendo que este canal é insuficiente para aprofundar a discussão. A imprensa, quando cede lugar aos atingidos, acaba sendo o canal alternativo encontrado pelos que se sentem injustiçados.

O processo de implantação de hidrelétricas evolui conforme a concessão das licenças ambientais, as quais são de responsabilidade dos órgãos ambientais estaduais ou, dependendo do empreendimento, o responsável será o IBAMA, com abrangência nacional. Cada etapa do licenciamento ambiental de uma hidrelétrica funciona como um direcionador dos rumos do conflito, que colocam em disputa os diferentes autores.

O processo inicia com a Licença Prévia (LP), na sequência, a Licença de Instalação (LI) e, por último, a Licença de Operação (LO). As licenças seriam a síntese das negociações, tanto técnicas quanto políticas, que foram feitas antes de sua emissão (FLEURY, 2011).

As Audiências Públicas acontecem antes da liberação da Licença Prévia e com a supervisão do Ministério Público. Recentemente, o Instituto Ambiental do Paraná - IAP retomou a realização de reuniões preliminares nas comunidades atingidas, a fim de esclarecer pontos a serem discutidos nas Audiências Públicas. Outro estado que adota essa medida é Minas Gerais.

É interessante lembrar que esse tipo de obra acontece com o aval do Decreto de Utilidade Pública – DUP<sup>3</sup>. O DUP concede o direito às concessionárias de construírem a hidrelétrica, apesar das reivindicações contrárias dos moradores envolvidos.

Os processos de licenciamento ambiental perpetuam quadros de injustiças ambientais, na medida em que negam a condição dos sujeitos. As decisões tomam como base o paradigma da modernização ecológica dominante. Nesse sentido, o mercado possui a capacidade de resolver a degradação por meio de compensações. O que Zhouri e Oliveira (2005) chamam de “paradigma da adequação ambiental”,

---

<sup>3</sup> O DUP foi criado pelo Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre as desapropriações de áreas por motivo de utilidade pública. No Artigo 5º aparecem os casos e na letra ‘f’ são citados os aproveitamentos industriais de águas e de energia hidráulica.

que propõe superar a crise ambiental sem deixar de lado a modernização e sem alterar o modo capitalista.

Nesse paradigma da adequação ambiental, a obra assume lugar central e o ambiente é percebido como externalidade, que deve ser adaptado aos objetivos do projeto. Os ajustes tecnológicos, por meio das medidas mitigatórias e compensatórias que são assumidas nas licenças, cumprem a função de adequação. E, em nenhum momento, a viabilidade socioambiental da obra é um ponto a ser discutido, segundo Zhouri e Oliveira (2005).

Entretanto, muitas vezes, os significados das populações atingidas colidem com a ideologia desenvolvimentista. “A pluralidade de sentidos atribuídos ao território no local contrasta, portanto, com a concepção homogeneizante de desenvolvimento” (ZHOURI e OLIVEIRA, 2005, p. 55), formulada, muitas vezes, em nome da ideia de nação, em que o bem de todos – a energia – é maior que o bem do morador impactado.

Enquanto as concessionárias tentam desmerecer o lugar, caracterizando-o como pobre, alguns moradores contrários ressaltam as riquezas naturais e os costumes. Para os moradores, as unidades de produção são vistas como patrimônios, já, para os que acreditam que o Estado é o guardião dos interesses do país, as áreas são vistas como recursos estratégicos ou mercadorias.

Além de que, em muitas comunidades rurais, também aparece a questão da não divisão das terras. A “noção de ‘patrimônio’ vai além da hegemônica ideia de propriedade, pois implica sujeitos e direitos coletivos, bem como restrições para a simples venda mercantil” (ZHOURI e OLIVEIRA, 2005, p.59). Por exemplo, irmãos, herdeiros de uma terra, que só a vendem para os outros irmãos, fazendo com que o patrimônio continue na família por muitas gerações.

O fato de o valor econômico ser a única forma legítima de representação é criticado, pois outros grupos sociais atribuem diversos significados ao seu local de moradia e produção.

Somente com a apropriação alternativa da natureza e com a inclusão desses diversos significados, é que será possível pensar em desenvolvimento e riqueza com justiça ambiental.

### **3 AS POPULAÇÕES ATINGIDAS PELA IMPLANTAÇÃO DE HIDRELÉTRICAS**

Este segmento se dedica à revisão bibliográfica de estudos sobre as populações atingidas pelos projetos de implantações de hidrelétricas, resgatando pesquisas sobre os impactos sociais ocasionados, conceituando quem foi enquadrado como atingido e ainda, no último item, como foi a resistência e o movimento social contrário a este tipo de projeto.

#### ***3.1 Os impactos sociais***

Diversos impactos sociais podem ocorrer na implantação de uma hidrelétrica. Entre os mais comuns estão os impactos culturais, as alterações nos relacionamentos entre os vizinhos, os patrimoniais, do ponto de vista da desapropriação, os psicológicos, devido às mudanças abruptas, entre outros.

O que acontece é que, em muitas obras de implantações de hidrelétricas, as informações são escassas e, quando as primeiras desapropriações começam a ser realizadas, todo o processo decisório já aconteceu, sem que os interesses dos moradores atingidos fossem considerados. Matiello (2011) relembra que, em 1974, o canteiro de obras de Itaipu já estava sendo instalado e os agricultores que viriam a ser desapropriados, nem sequer imaginavam que seriam atingidos. Este é apenas um exemplo, entre tantas outras obras, em que os prazos de indenização não foram cumpridos, neste caso pelo governo, representado pela empresa Itaipu Binacional, no oeste do Paraná.

Os preços sugeridos para os estabelecimentos eram injustos, sem critérios definidos para a indenização e as empresas não esclareciam as dúvidas dos moradores. Infelizmente, Matiello concluiu que dos anos 1970 até o início do século atual, os projetos continuam sendo conduzidos de forma autoritária e tecnocrática.

Neste contexto, é preciso expor que um evento fundador como a construção de uma hidrelétrica possibilita o surgimento de outras narrativas e significados para os atores sociais. Este tipo de obra não gera apenas mudanças físicas nos

territórios, mas impulsiona novas práticas sociais e representações para a população atingida (FRANÇA, 2012).

Segundo França (2012), a hidrelétrica de Itaipu, por exemplo, transformou e construiu o oeste paranaense, com a chegada e posterior saída de trabalhadores e suas famílias, com diferentes discursos e culturas que foram e continuam sendo ressignificadas, sem contar, todas as intervenções materiais que a região sofreu. A autora pesquisou dados históricos desta implantação e conseguiu provar diversos impactos cumulativos que apareceram na região. Dentre eles, o crescimento populacional de Foz do Iguaçu, o baixo nível de escolaridade da população migrante e os impactos sobre o clima.

A autora conclui que é necessário repensar as formas de produção e o consumo de energia, para opções menos nocivas ao ambiente. Além do mais, buscar o incentivo a modos eficazes de gestão de territórios seguindo conceitos sustentáveis que considerem as particularidades internas das regiões. Outra sugestão da autora são as alternativas, em pequena escala, para a produção energética, as quais não possuem um custo benefício tão vantajoso, mas podem complementar o sistema dominante.

Locatelli (2011) também faz menção aos impactos sociais, explicando que além da questão financeira é preciso observar as relações sociais que foram prejudicadas, no caso das famílias separadas e das comunidades extintas. Ocorrem ainda, perdas de patrimônio imaterial (no que se refere à memória coletiva) e à qualidade do meio ambiente. No caso do objeto de estudo do autor, a Bacia do Rio Uruguai foi transformada, com o passar dos anos, em uma cascata de hidrelétricas, onde foi grande a perda imaterial das populações locais.

Outra constatação é que muitos estudos de impactos ambientais – como EIAs e/ou RIMAs - realizados pelas concessionárias, acabam por desqualificar o ambiente onde as hidrelétricas são propostas, tentando desta forma mostrar a invisibilidade das populações (Zhourri e Oliveira, 2005). Sem contar que até mesmo as descrições tratam dos bens imóveis, ou seja, algo que se troca e que pode ser comercializado, o que reduz as famílias a objetos. Neste sentido, até o termo 'atingido por barragem' é considerado pelo MAB como um termo que transmite uma

posição de passividade, ou seja, que se afasta da noção de cidadão ativo incentivada pelo movimento (Entrevista representante MAB<sup>4</sup>, 2013).

Uma forma de facilitar o debate seria a maior disponibilização de informações na internet sobre os processos, por todos os autores envolvidos, supõe Locatelli (2011). Caso isto fosse uma nova exigência legal, ela beneficiaria a participação de um conjunto de cidadãos, atualmente, não participantes do processo. Já que a mídia tradicional nem sempre proporciona um espaço igual para as organizações da sociedade civil, comparado com o espaço da concessionária das hidrelétricas, talvez a internet pudesse ser um espaço mais democrático, esclarece o mesmo autor.

Sem contar que nesse sistema de poder, dominado pelo Estado e pela concessionária, sobram poucas alternativas para os moradores atingidos, a não ser o contato direto, a ida ao escritório, as visitas de funcionários, etc. Além disso, há muitos temas mal tratados ou silenciados, como

[...] a confiabilidade dos estudos realizados, as perdas da biodiversidade local, a área efetivamente afetada, a definição dos atingidos, a situação dessa população, especialmente dos que se desestruturaram; o significado social, o desaparecimento de importantes comunidades e redes de sociabilidade, com grande significado histórico; as perdas arqueológicas, a invisibilização da questão indígena, os impactos a jusante da barragem principal e da casa de força, questões ligadas à saúde pública e individual, a energia efetivamente gerada e seus impactos nos *royalties*, o custo social, ambiental e econômico da obra (LOCATELLI, 2011, p. 379).

Além destes temas silenciados, o mesmo autor percebe que a comunicação torna-se uma peça central e indispensável nas negociações. Por isso, a necessidade de compreensão, por parte dos atores envolvidos, de que a comunicação não está alheia aos processos sociais, pelo contrário, é constitutiva deles.

Na visão de Locatelli (2011), a comunicação tem o poder de deslocar os atores para distintas posições, podendo assim criar situações de mais controle ou maior participação da sociedade civil nas decisões cotidianas do projeto. Também, serão nos espaços criados pela comunicação, que poderiam estar as opções de acesso à informação e participação na esfera pública e midiática.

---

<sup>4</sup> Foi optado por denominar as lideranças não pelos seus nomes e sim pelas instituições que representam, com a finalidade de preservar suas identidades, assim como os moradores entrevistados também foram preservados com o uso de nomes fictícios.

Em paralelo a estas ideias, Silva e Silva (2011) observaram que atualmente a comunicação é utilizada como forma de desarticular a movimentação dos moradores atingidos, fazendo com que os projetos sejam concretizados por meio do discurso do desenvolvimento nacional e da necessidade de geração de energia para que o crescimento econômico continue no país.

A pesquisa de Rossato (2008) que corrobora com esta suposição, concluiu que o rádio está no centro da disputa pela hegemonia e é justamente este o principal aparato para a manutenção do *status quo* na área política, social e econômica. Por isso, este meio era visto como vilão pelo MAB, no local de estudo da autora - Usina Barra Grande. No caso, os entrevistados buscavam formas de deslegitimar os conteúdos veiculados a respeito das ações do próprio movimento social, sem contar que afirmavam que as emissoras eram todas aliadas ao consórcio proprietário da hidrelétrica (ROSSATO, 2008).

Como oposição à classe dominante – formada pelo consórcio Baesa, proprietário da Hidrelétrica Barra Grande, juntamente com as rádios – o MAB não buscava seu espaço nesses veículos, pois isso seria reconhecer a credibilidade que essas rádios não possuíam, de acordo com Rossato (2008). Uma das alternativas vislumbradas pelo movimento naquela época seria a implantação de rádios comunitárias, que não sofreriam tanto o assédio econômico como as comerciais, nas quais diversos programas eram patrocinados pela concessionária.

Vários aspectos descobertos pela mesma autora ainda ocorrem atualmente, como o fato dos empreendedores negociarem em particular com cada família, dificultando as lutas dos movimentos sociais; também os relatos das ações violentas (tanto por parte do MAB, como pela repressão da polícia). Para Rossato (2008), a problemática do morador envolvido em projetos de implantação de hidrelétricas não se resume ao perder sua terra e sim, a perda de sua condição de camponês e condição política de sujeito.

Outra preocupação é o fato de que os projetos de desenvolvimento que demandam o uso de muita tecnologia são geradores de riscos sociais e ambientais. De acordo com França (2012), seria a percepção do perigo devido à incerteza. Entretanto, esta percepção varia de um grupo para outro, porque nas implantações de hidrelétricas, os atores sociais não são os mesmos, bem como, são distintos os interesses e as motivações. De um lado as concessionárias e os políticos querem a

expansão do setor energético, enquanto que a população atingida, os movimentos ambientais e sociais alertam sobre os riscos que obras deste tipo podem acarretar.

Os grandes projetos seguem o modelo de desenvolvimento hegemônico (FRANÇA, 2012), com atenção ao mercado para a obtenção de crescimento econômico, possibilitado também pela segurança energética. Muitas vezes estes projetos acabam sendo agressivos com o meio natural e social, porque se apropriam dos recursos naturais, do território e do uso dos recursos hídricos.

Na revisão bibliográfica da mesma autora se sobressaíram os seguintes impactos gerados pelo deslocamento das famílias: alteração dos modos de produção, das redes de solidariedade comuns entre os agricultores, podendo aumentar a situação de pobreza e a insegurança alimentar. Estas ideias serão melhor trabalhadas no decorrer deste capítulo.

### **3.2 O conceito de atingido**

Em sua pesquisa, Silva e Silva (2011) elucidam o que significa o termo atingido para as Ciências Humanas. Atingido é aquele morador que sofre os efeitos da construção e posterior funcionamento das hidrelétricas. Cita dois casos: aqueles que são proprietários das terras e aqueles que trabalhavam nas áreas inundadas ou próximas e que tem suas relações de trabalho modificadas. Os mesmos autores enumeram uma série de relações de trabalho finalizadas em virtude das implantações de hidrelétricas como:

comerciantes fornecedores de produtos a moradores das áreas antes da inundação, trabalhadores-artesãos que se utilizavam dos recursos naturais como matéria-prima para produção de seus produtos, trabalhadores assalariados, enfim, cada área inundada possui especificidades e particularidades quanto aos deslocamentos (SILVA e SILVA, 2011, p. 398).

No caso do local de estudo, os mesmos autores exemplificam que as famílias do assentamento Olhos D'água, localizado em Uberlândia, não eram proprietárias de terras e, sim, trabalhavam para um sistema patronal, do qual recebiam mensalmente pelo trabalho realizado e, também, cultivavam terras não utilizadas pelo proprietário para seu sustento. Os produtos gerados pelo cultivo familiar nunca eram vendidos. Depois de serem assentados devido ao alagamento

de suas antigas moradias, continuaram a prática de não vender os produtos a terceiros. Em caso de excedentes, os alimentos eram doados ou, muitas vezes, perdidos. Estas famílias estavam acostumadas com a relação patronal e, portanto, sua produção não era (e continua não sendo) voltada ao comércio, mas sim para o consumo (SILVA E SILVA, 2011).

Outro ponto relevante que se repetiu nas falas dos moradores foi a perda simbólica do rio, o qual foi substituído por um rego d'água que passa pelas chácaras do assentamento. Além de ser lugar de pesca, o rio era também o lugar de encontrar os vizinhos nas horas de folga, representando o elo social da comunidade (SILVA e SILVA, 2011). Esta relação parece ser tão forte que vários proprietários inventaram alternativas rudimentares para a criação de peixes na pequena vala onde passa a água.

Os autores destacam que, apesar desses antigos não proprietários de terra hoje possuem estabelecimentos com escrituras e todos os direitos legais, parece ter acontecido uma desterritorialização cultural, devido às perdas culturais que esta comunidade teve com relação à falta do rio. Seria como se o assentamento fosse um não lugar, onde as pessoas não se identificam com o espaço em que vivem.

A geografia explica que este tipo de processo pode acontecer a todo o momento e com facilidade, sem contar que uma nova reterritorialização também pode ocorrer. Um exemplo que os mesmos autores citaram, foi de um morador que reconstruiu sua identidade a partir da presença de uma antiga casa no lote. Foi este o parâmetro de escolha deste morador que parece ter reconstruído sua referência espacial e de identidade.

Silva e Silva (2011) concluíram que os moradores do assentamento Olhos D'água sofreram, principalmente, pelo deslocamento econômico, devido ao fato de suas relações de trabalho terem terminado com a chegada das usinas. Os proprietários das terras onde trabalhavam foram indenizados pelo princípio territorial-patrimonialista, enquanto que os trabalhadores e arrendatários foram indenizados pela relação de trabalho interrompida.

Antes, estes moradores eram assalariados e, hoje, são proprietários. Entretanto, isto não significou uma melhora para eles, porque a maioria não consegue sobreviver do que produz em suas pequenas unidades de produção, precisando complementar a renda trabalhando fora de suas áreas.



Para Vainer (2008), o conceito de atingido se trata muito mais do reconhecimento dos direitos daqueles detentores, ultrapassando a ideia estritamente econômica. Compreende-se que o conceito é uma “categoria social em disputa, a noção de atingido varia no tempo e no espaço, conforme os contextos políticos e culturais e, porque não dizê-lo, em consonância com o desenrolar e desenlace dos conflitos opondo diferentes atores sociais” (VAINER, 2008, p. 3).

Este conceito evoluiu juntamente com a noção de direitos humanos, sem esquecer que a noção está inserida em uma trajetória de lutas e conflitos. Primeiramente, a ideia de atingido estava ligada somente à concepção de território e patrimônio, em que os empreendedores adquiriam os territórios. Faziam isso seguindo o tradicional direito brasileiro, em que o interesse público da obra concede o direito de desapropriação. Nesta abordagem, não se reconheciam impactos sociais ou ambientais, ou seja, a abordagem reconhecia somente os proprietários de terras, logo, o problema era apenas patrimonial fundiário.

Vainer (2008) aponta que, na prática, se indenizava somente as benfeitorias, o que, às vezes, incluiu também ocupantes que tivessem alguma benfeitoria. Esta concepção fica evidente ao se perceber que as empresas deixavam a questão com o departamento de patrimônio imobiliário. Nesta abordagem patrimonial “o que há é o direito de desapropriação por utilidade pública, exercido pelo empreendedor” (VAINER, 2008, p. 5).

Foi somente com o surgimento do licenciamento ambiental que a questão dos impactos aparece na legislação brasileira. Sem contar, a luta das populações atingidas, o que contribuiu para a evolução das percepções nos últimos anos.

Uma segunda concepção trabalhada pelo autor é a ideia do atingido ser o inundado, ou seja, como ele mesmo chamou de “concepção hídrica”. Mesmo, muitas vezes, reconhecendo os ocupantes, os seguidores deste viés vão restringir a área do empreendimento ao local alagado, passando a ser nomeado como deslocado compulsório ou, como chamado pelo Banco Mundial, “reassentado involuntário”.

Esta ideia de valorização hídrica foi reforçada com as compensações financeiras aos municípios que possuem áreas inundadas. Entretanto, esta questão é contraditória porque não necessariamente o município com área alagada, será aquele mais impactado pelo empreendimento. Muitas vezes, um município localizado próximo ao canteiro de obras pode sofrer maiores impactos. A falha desta segunda concepção está em não considerar impactos de populações não atingidas

pela água, o que, para Vainer (2008), desconsidera casos que podem ser até dramáticos.

Para o mesmo autor, a única forma de superar as concepções que se baseiam no direito do empreendedor, e não nos direitos das populações atingidas, é entender a natureza do processo social deflagrado pela implantação da hidrelétrica. Esta terceira concepção considera o empreendimento como deflagrador de mudanças sociais. As Ciências Sociais procuram investigar as transformações sociais, entretanto, a noção de impacto social parece limitada para dar conta da complexidade deste objeto.

Sem contar que nas usinas hidrelétricas somam-se ainda outros atores, que influenciam política e economicamente. Por isso

entender o processo como mudança social implica, igualmente, considerar que há dimensões não estritamente pecuniárias ou materiais. Há perdas que são resultantes da própria desestruturação de relações preexistentes, da eliminação de práticas, da perda de valores e recursos imateriais (religiosos, culturais). Assim, por exemplo, a dispersão de um grupo familiar extenso, ou a inundação de lugares com importância simbólica – religiosa, por exemplo – para um determinado grupo social (VAINER, 2008, p. 7).

Vários são os exemplos de perdas não econômicas quando se fala em populações tradicionais, indígenas, entre outras culturas. O Banco Mundial, entre outros organismos internacionais, aponta para uma superação da perspectiva patrimonialista que se reduz ao físico. Por isso, o autor acredita que é necessário ir além dessas concepções patrimoniais e hídricas.

A ideia do Banco Mundial é trabalhar com a noção de “economicamente deslocados”. No caso, existiriam duas reconstruções: a primeira se dedicaria aos deslocamentos físicos, onde seria necessário incluir, além dos moradores diretamente atingidos pelo enchimento do reservatório, aqueles que perderam o acesso a recursos produtivos de uso comum como, por exemplo, a lenha e a caça. Já, no segundo caso, se enquadrariam os deslocamentos econômicos, como, por exemplo, um comerciante que perde seus clientes ou o motorista que recolhia leite e que agora perdeu sua linha por falta de trabalhadores no local.

Na evolução do conceito de atingido é necessário enfatizar também o reconhecimento dos direitos dos não proprietários. Vainer (2008) esclarece que a falta do título legal da terra não é justificativa para excluir qualquer pessoa do censo e, posterior compensação financeira.

Em paralelo às concepções resgatadas acima, estão os esclarecimentos do conceito de atingido utilizados pela Comissão Mundial de Barragens (CMB, 2000), que engloba as pessoas que sofreram deslocamento físico ou modificação dos modos de vida. Os deslocamentos ocorrem não apenas pelo enchimento do reservatório, mas também pela instalação de outras obras de infraestrutura. No que se refere às modificações dos modos de vida, a comissão cita as terras e a alteração do ecossistema dos rios, que podem afetar os recursos disponíveis nestas áreas e, conseqüentemente, as atividades produtivas dos moradores. Estas alterações nos meios tradicionais de vida, incluindo a agricultura, a pesca, a pecuária e a extração vegetal, podem provocar não apenas rupturas na economia local, mas o deslocamento das populações.

A questão do tempo é ampliada para cuidar das populações que ficam a jusante do barramento e que podem sofrer impactos depois de concluída a obra (VAINER, 2008). Também, aquelas comunidades envolvidas em projetos acessórios como as linhas de transmissão e acessos, precisam ser integradas às políticas de reparação.

Em 1992, a Eletrobrás começa a considerar a mudança social, considerando as questões culturais, sociais, econômicas e territoriais, nos seus planejamentos de meio ambiente. Vainer (2008) relembra que a empresa, líder do setor, reconhece que todos que forem afetados pelos seus empreendimentos serão ressarcidos pelos danos causados. Este posicionamento, na época, foi importante porque as empresas insistiam na concepção territorial-patrimonialista e hídrica.

A Eletrobrás definiu que a metodologia de seus estudos deveria contemplar:

1. As áreas com impactos sobre os meios físico e biótico, definidas em lei e que dizem respeito aos ecossistemas impactados;
2. As áreas com relações sociais, econômicas e culturais afetadas (regiões funcionais) e;
3. As áreas das bacias que contribuem com o reservatório das hidrelétricas; demonstrando os esforços da época para ampliar a área de influência direta, passível de desapropriação por interesse público, para casos que ultrapassam a bacia hidrográfica (VAINER, 2008).

Entretanto, o mesmo autor afirma que foram as lutas dos atingidos que garantiram que ao menos parte destas diretrizes da Eletrobrás fosse cumprida na prática, concluindo que os problemas não estão na falta de conceitos e pesquisas, mas na insistência das empresas em querer utilizar concepções ultrapassadas, em prol da economia nas indenizações.

Atualmente, refletir sobre quem são os atingidos por hidrelétricas é ponderar sobre uma parcela da população brasileira, considerando o cenário de crescimento econômico e, conseqüentemente, o aumento da demanda por energia. “Na perspectiva dos chamados “atingidos” pelos projetos de desenvolvimento, o lugar é referência para a construção de suas identidades políticas, ele significa, sobretudo, a retomada do controle de seu próprio destino” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2010, p. 457).

Outra tentativa de refletir sobre a temática foi por meio da criação de uma Comissão Especial chamada ‘Atingidos por Barragens’ que, em 2010, redigiu um Sumário Executivo, no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH)<sup>5</sup>. Uma das conseqüências da luta dos movimentos sociais, corroboradas pelas investigações do Conselho, foi a assinatura do Decreto nº 7.342, de 26 de outubro de 2010, que instituiu o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica e a criação do Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, Brasil (2010).

O Art. 2º do Decreto merece destaque, pois determina quem será contemplado no cadastro socioeconômico previsto no art. 1º. Devem ser cadastrados os integrantes de populações sujeitos aos seguintes impactos:

I - perda de propriedade ou da posse de imóvel localizado no polígono do empreendimento; II - perda da capacidade produtiva das terras de parcela remanescente de imóvel que faça limite com o polígono do empreendimento e por ele tenha sido parcialmente atingido; III - perda de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros, inviabilizando a atividade extrativa ou produtiva; IV - perda de fontes de renda e trabalho das quais os atingidos dependam economicamente, em virtude da ruptura de vínculo com áreas do polígono do empreendimento; V - prejuízos comprovados às atividades produtivas locais, com inviabilização de estabelecimento; VI - inviabilização do acesso ou de atividade de manejo dos recursos naturais e pesqueiros localizados nas áreas do polígono do empreendimento, incluindo as terras de domínio público e uso coletivo, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações; e VII - prejuízos comprovados às atividades produtivas locais a jusante e a montante do reservatório, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações (BRASIL, 2010).

---

<sup>5</sup> O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana foi criado pela Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964. Posteriormente, passou a denominar-se Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH. Tem por finalidade a promoção e a defesa dos direitos humanos, mediante ações preventivas, protetivas, reparadoras e sancionadoras das condutas e situações de ameaça ou violação desses direitos, finalidades definidas pela Lei nº 12.986, de 2 junho de 2014. Membros representantes de órgãos públicos e da sociedade civil integram o CNDH.

E por fim, em parágrafo único, o Decreto determina que o polígono do empreendimento abranja áreas sujeitas à desapropriação ou negociação direta entre proprietário e empreendedor, incluindo as áreas reservadas ao canteiro de obras, ao enchimento do reservatório, a área de preservação permanente, as vias de acesso e demais obras acessórias do empreendimento.

Além do Decreto, a Comissão Especial (CE), ao final dos seus trabalhos, realizou uma série de recomendações, dentre elas está o direito à informação e à participação. Sugere que as instituições públicas envolvidas em qualquer fase da implantação ou operação de barragens realizem ampla divulgação, através dos meios de comunicação de massa e internet, dos projetos específicos associados à construção de hidrelétricas. Sugere ainda, que os órgãos ambientais de âmbito federal ou estadual fiscalizem e, sempre que houver necessidade, intervenham no sentido de assegurar o caráter público da comunicação social, para que aja uma maior responsabilização dos funcionários públicos em caso de crime de sonegação, omissão ou informação enganosa.

No item quatro do Sumário Executivo, a CE recomenda o acesso público e gratuito ao banco de dados com todas as informações técnicas e econômicas relativas ao licenciamento. Já, como sétimo ponto, destaca que o CDDPH, em colaboração com Universidades, Ministério Público, Defensoria Pública e organizações civis, deve promover estudos para a elaboração de propostas de normas, meios e procedimentos que permitam às populações atingidas e suas organizações, disporem de assessoria técnica. Outra recomendação trata da divulgação de informações referentes ao planejamento, implementação e operação de barragens e seus impactos, como forma de orientação social (BRASIL, 2010).

Este Decreto é considerado um avanço da legislação no que tange aos atingidos. Até então, não havia uma legislação específica que assegurasse os direitos da população atingida por barragens, tampouco um órgão público encarregado de realizar as indenizações e reassentamentos.

Ainda é cedo para se medir os efeitos deste Decreto. Anteriormente, as definições de quem era considerado atingido e a forma de indenização eram decisões tomadas pelas empresas construtoras. Com o decreto, um comitê interministerial - formado por representantes dos ministérios de Minas e Energia, Pesca e Aquicultura e Meio Ambiente e pela Secretaria Geral da Presidência - vai fiscalizar o cumprimento do cadastramento.

### **3.3 A resistência**

Ao tratar das lutas de resistência, Rothman (2010) explica que os esforços são grandes, pois o modelo dominante de desenvolvimento, somado à política neoliberal, faz com que os projetos de infraestrutura e apropriação da natureza na América Latina ameacem o ambiente e a sociedade. Várias lutas sociais hoje são lutas pelo significado do espaço, como no caso dos movimentos contrários às barragens e às monoculturas do agrodiesel. O setor elétrico não se mostra diferente de outros setores econômicos, em que o território é recurso e esta é a visão hegemônica.

Zhour e Oliveira (2010) estudaram as audiências públicas realizadas para a implantação da Hidrelétrica de Murta e constataram que os técnicos da concessionária utilizavam linguagem técnica, não conhecida pela maioria dos agricultores com palavras distanciadas do cotidiano das comunidades. Este tipo de estratégia era utilizado para obscurecer os impactos e até diminuí-los, sem contar que o território passa a ser reduzido a um conjunto material, em que existem apenas benfeitorias e edificações.

Por meio da análise de discursos, as mesmas autoras concluíram que o setor elétrico constrói uma visão que busca esvaziar a resistência dos moradores atingidos, enquanto que o movimento contrário procura provar a inviabilidade da implantação da hidrelétrica e o seu direito de resistir. Ainda acrescentam que uma convergência dos discursos contribuiria para apagar o conflito, despolitizando a participação social.

Conclui-se que os sujeitos que passam por conflitos, como os ameaçados pelo deslocamento, percebem a necessidade de rever seus projetos e as potencialidades dos estabelecimentos. “A produção da localidade é marcada, então, pela ativação da memória coletiva como instrumento de luta na afirmação da legitimidade da ocupação histórica da terra” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2010, p. 455).

De modo geral, as medidas compensatórias deste tipo de empreendimento parecem procurar esvaziar a complexidade das relações com o território e acabam sendo reduzidas a um conjunto de imóveis que podem ser indenizados e remanejados. A partir disso, os sentidos locais incomensuráveis são medidos de forma econômica pelas concessionárias (ZHOURI; OLIVEIRA, 2010).

Entretanto, o conflito na implantação de uma hidrelétrica “transcende a dimensão objetiva da reprodução de necessidades básicas e das relações de poder, ao incluir outra dimensão – subjetiva e simbólica, identitária, afetiva e cultural” (PEREIRA E PENIDO, 2010, p. 258), que diz respeito à prática social. Existem sentimentos, valores e preferências transmitidas pelas gerações - que atribuem um valor simbólico à terra, ao rio, às florestas - que atuam na formação das identidades locais.

Essa perda ou modificação dos referenciais espaciais acaba por resultar em um desenraizamento e uma destruição da identidade tanto individual, quanto coletiva desses sujeitos, gerando vários conflitos, principalmente, pelo fato de que as concessionárias não valorizam o valor simbólico do território. Para Pereira e Penido (2010), as hidrelétricas provocam a desterritorialização, que resulta em precarização da vida dos moradores atingidos. Por outro lado, os reassentamentos buscam uma reterritorialização, entretanto, restringindo-se ao novo espaço, porque o sujeito já não possui mais o seu modo de vida, seus valores culturais e sua vizinhança.

O processo de implantação de uma hidrelétrica segue uma hierarquia conforme os diferentes poderes econômicos, o que não é novidade por integrar o sistema econômico vigente. Entre estes poderes, a concessionária possui destaque, porque foi legitimada pelo Estado por meio da concessão que autoriza a exploração da água para geração de eletricidade. No estudo de Baron (2012) sobre o Consórcio Foz do Chapecó, em conjunto com a concessionária, estão as empresas que produziram o EIA e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da hidrelétrica. Do lado oposto ao capital econômico, está o MAB. Além destes, os prefeitos têm interesse nos royalties gerados pelo empreendimento, assim, dos treze municípios envolvidos, apenas dois dirigentes eram contrários.

Neste estudo de caso, o autor observou a estratégia da concessionária de isolar o MAB na região. Para isso, foram realizadas reuniões nos municípios atingidos com o objetivo de construir um fórum representativo para a negociação. As plenárias foram realizadas em cada município, onde participaram atingidos proprietários e não proprietários, bem como lideranças, representantes do poder público, dirigentes do comércio, dos sindicatos rurais, do MAB, de associações, como a Associação Mista dos Atingidos pela Barragem de Foz do Chapecó (Amista).

Até mesmo a criação da Amista era uma estratégia do consórcio que por meio de Comitês Municipais de Negociação, organizados pela empresa, resultou na

definição dos critérios para as indenizações e na formalização do acordo para o remanejamento da população. Baron (2012) constatou em sua tese que o consórcio se apresentou como uma empresa participativa, quando, na prática, toda esta organização foi tendenciosa, com o objetivo de controlar a resistência e a atuação do MAB.

Em resgate histórico sobre o MAB, Rossato (2008) lembra que em 1989 foi realizado o 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, onde se fez um levantamento das lutas e experiências dos diversos grupos espalhados pelo país. Em março de 1991, em Brasília, aconteceu o 1º Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens, com o propósito de formar um movimento nacional.

O MAB, como organização social, existe apenas no Brasil e, atualmente, está organizado em dezesseis estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Piauí, Goiás, Tocantins, Maranhão, Pará e Rondônia (ROSSATO, 2008). Entretanto, em outras partes do mundo existem grupos de resistência à construção de hidrelétricas.

Em relatório considerado histórico, a World Commission on Dams (2000), em português - Comissão Mundial de Barragens (CMB) chegou a conclusões de como planejar e implementar projetos que podem alcançar os benefícios desejados, sem prejudicar os moradores diretamente envolvidos e o meio ambiente local. Os resultados estão baseados em valores como a equidade, a sustentabilidade, a eficiência, o processo decisório participativo e a responsabilidade.

A CMB (2000) propõe uma abordagem de direitos e riscos que sirva para identificar todos os grupos legítimos envolvidos na negociação, bem como as opções e os acordos que envolvem o assunto. Entre as prioridades estratégicas estão a conquista da aceitação pública, a avaliação abrangente das opções, o aproveitamento das barragens existentes, a preservação de rios e meios de subsistência, o reconhecimento de direitos adquiridos, o compartilhamento de benefícios, a garantia de cumprimento das leis, o desenvolvimento e a segurança. E, ainda, a produção de critérios e diretrizes para boas práticas relacionadas às prioridades estratégicas – abrangendo desde a análise do ciclo de vida e de fluxos ambientais, até análises de riscos de empobrecimento.

As recomendações da CMB (2000) oferecem oportunidade para avanços que nenhuma perspectiva isolada é capaz, assegurando que a tomada de decisões sobre os recursos hídricos e energéticos possam refletir numa abordagem capaz de



assegurar as dimensões sociais, ambientais e econômicas do desenvolvimento, ampliando assim o grau de transparência e certeza para todos os envolvidos. Desta forma, o espaço de resistência, de contestação, de participação dos movimentos sociais e dos moradores atingidos, estará garantido.

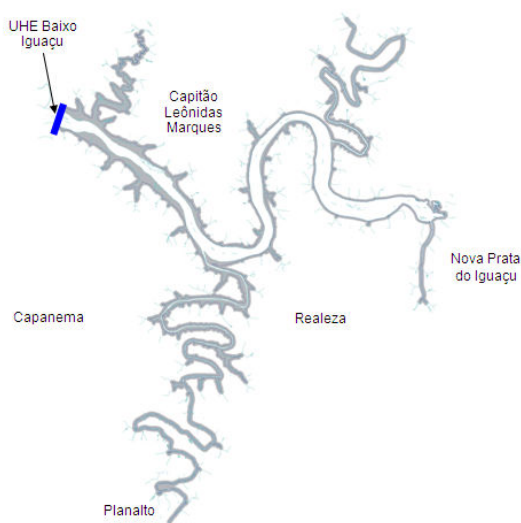
## 4 ANÁLISE DOS DADOS

### 4.1 Contextualização do local de estudo

Como espaço de construção empírica para o presente trabalho, selecionou-se a Hidrelétrica Baixo Iguaçu, a qual será implantada no Rio Iguaçu, abrangendo áreas dos municípios paranaenses de Capanema, Capitão Leônidas Marques, Nova Prata do Iguaçu, Planalto e Realeza. Esta Usina Hidrelétrica (UHE) planeja aproveitar o último trecho do Rio Iguaçu plausível para esta atividade, pois logo abaixo se encontra o Parque Nacional do Iguaçu, uma área de preservação ambiental que não prevê a geração hidroelétrica.

Atualmente, a Hidrelétrica Baixo Iguaçu possui a Licença de Instalação (LI, 2013), emitida pelo IAP em 17 de junho de 2013. A empresa detentora da concessão é a Neoenergia, com 70% da concessão, sendo que a Companhia Paranaense de Energia - Copel detém os outros 30%, formando juntas a Geração Céu Azul S.A..

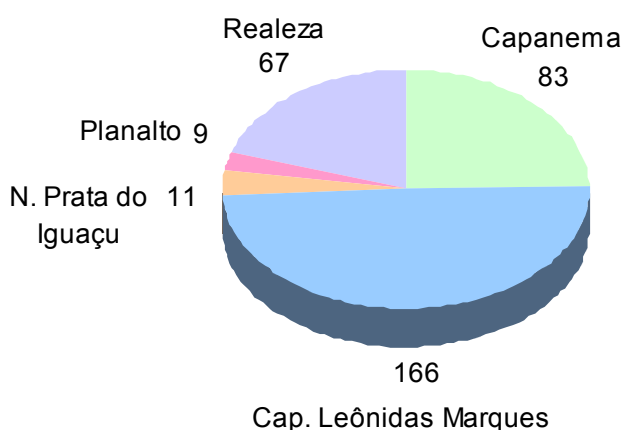
A maior parte dos estabelecimentos que sofrerão algum impacto está localizada em Capitão Leônidas Marques, município que compõe toda a margem direita do futuro reservatório, segundo o RIMA (2008), como pode ser observado no Mapa 1:



**Mapa 1: Área de influência direta – reservatório e faixa de proteção**  
Fonte: Rima (2008, p. 60)

Segundo o RIMA (2008), 359 famílias devem ser indenizadas. Entretanto, para esta pesquisa, foram entrevistadas 25 famílias. Este número total de atingidos é questionado pelos moradores, os quais afirmam que os documentos possuem erros, como por exemplo, agricultores que vieram para a região depois de 2008, filhos que não foram considerados e arrendatários que nem fazem parte deste número. Sem contar que alguns agricultores afirmam - pelo conhecimento adquirido nos anos em que residem no local, acompanhando as variações do Rio Iguaçu - que mais vizinhos serão atingidos.

Por fim, também não se pode afirmar um número exato de estabelecimentos atingidos porque a marcação em campo ainda não tinha sido realizada quando foi finalizada esta pesquisa. Na época da elaboração do Rima (2008), os estabelecimentos atingidos se dividiam conforme pode ser observado no Gráfico 1:



**Gráfico 1: Número de estabelecimentos atingidos pela UHE Baixo Iguaçu por município**  
**Fonte: Rima (2008)**

Segundo o RIMA (2008), em 2004, residiam nestes estabelecimentos, 359 famílias, das quais, 150 eram proprietárias de terras e 209 não proprietárias (em geral parentes, empregados, arrendatários e agregados). A distribuição destas famílias, por município, é descrita na Tabela 1.

Tabela 1: Número de famílias existente na área a ser diretamente atingida pela UHE Baixo Iguaçu, segundo o Pré-cadastro de 2004 produzido pela Engevix Engenharia S/A

Famílias residentes	Capanema	Cap. Leônidas Marques	Nova Prata do Iguaçu	Planalto	Realeza	Total
Proprietárias	44	71	5	6	24	150
Não proprietárias	48	118	3	8	32	209
<b>Total</b>	<b>92</b>	<b>189</b>	<b>8</b>	<b>14</b>	<b>56</b>	<b>359</b>

Fonte: Rima (2008)

Dentro deste número total de 359 famílias, está a sede do Distrito de Marmelândia que será impactada pela elevação do Rio Iguaçu e do Córrego Tamanduá, com a formação do reservatório. Por ser uma área urbana, a faixa de proteção ao seu redor é de 30 metros, sendo que nas áreas rurais, a faixa deve ser de 100 metros.

Marmelândia é distrito de Realeza, composto pela área rural e uma sede urbana. Em 2000, a sede distrital urbana possuía 193 habitantes, distribuídos em 48 domicílios, entretanto, nem todos os domicílios serão impactados pela construção. Como no período de realização desta pesquisa a marcação da área atingida não tinha sido concluída, não se tem a informação de quantas residências da área urbana serão atingidas.

A Hidrelétrica terá a potência de 350 MW (megawatts), que representa a capacidade de fornecer energia elétrica para uma cidade com cerca de 600 mil habitantes. Seu custo estimado é de R\$ 1,6 bilhão e o tempo de construção previsto é de 44 meses, sendo que a área alagada prevista é de 13 km<sup>2</sup> (RIMA, 2008).

As informações acima foram destacadas porque esta dissertação foi concebida conforme o método Estudo de Caso. Yin (2005) esclarece que este modelo é utilizado para se responder “questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real” (YIN, 2005, p. 19), como o caso da implantação da Hidrelétrica Baixo Iguaçu.

Normalmente, esta metodologia é utilizada para entender fenômenos sociais complexos. “Em outras palavras, o estudo de caso como estratégia de pesquisa compreende um método que abrange tudo – tratando da lógica de planejamento, das técnicas de coleta de dados e das abordagens específicas à análise dos

mesmos” (YIN, 2005, p. 33). A metodologia é vista como uma estratégia de pesquisa ampla e por isso optou-se por usar este método no presente estudo.

#### **4.2 Procedimentos metodológicos**

O primeiro passo foi investigar na bibliografia existente, como acontecem as construções das hidrelétricas, os conflitos existentes neste tipo de obra e o desenvolvimento almejado no contexto da geração de energia elétrica. Para isso, realizou-se uma revisão bibliográfica por meio de estudos concretizados sobre o tema, a partir de documentos, livros, artigos científicos e sites.

A temática da implantação de hidrelétricas voltou à cena científica recentemente, assim, os esforços foram concentrados na busca de pesquisas realizadas nos últimos anos. “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2008, p. 50).

Com base nisto, buscou-se autores que já atuam na temática, com o intuito de aprimorar o conhecimento vivido em campo pela autora deste trabalho, que atuou por cerca de cinco anos em projetos na área de cumprimento da legislação socioambiental de implantações de hidrelétricas nos estados de Goiás e do Paraná. Fato que também instigou a realização deste estudo.

O segundo passo foi a pesquisa de campo nas comunidades rurais abrangidas pela Hidrelétrica Baixo Iguaçu. Primeiramente, durante a fase exploratória, objetivou-se conhecer alguns moradores e uma pequena parte da situação da área atingida.

Nesta etapa exploratória, que aconteceu em dezembro de 2012 e abril de 2013, também foi possível participar de reuniões sobre a implantação da Hidrelétrica, com as lideranças políticas municipais, agricultores atingidos e representantes da concessionária. Estas participações possibilitaram o esclarecimento de dúvidas e a coleta de materiais como documentos oficiais, fotos, listas e mapas.

O terceiro passo foi a aplicação das entrevistas semiestruturadas, utilizando-se um roteiro contendo questões fechadas e abertas. As entrevistas foram gravadas, com a autorização formal dos entrevistados, por meio de documento escrito,

assinado e lido em gravação de áudio durante a coleta das informações. Este instrumento metodológico foi utilizado para averiguar qual a perspectiva social dos moradores em relação à implantação da Hidrelétrica Baixo Iguaçu.

É importante acrescentar que tanto a pesquisadora, como o carro usado para acesso às comunidades rurais atingidas estavam identificados. Foram utilizados colete e “adesivo” referente ao programa de pós-graduação da universidade. A necessidade de identificação foi prevista pela organização dos moradores, a ADAHBI, e confirmada em campo e foi fundamental para a boa receptividade dos moradores, já que o assunto da hidrelétrica, para grande parte deles, está sendo um tema conflituoso e desagradável.

As pesquisas foram realizadas com aqueles moradores identificados pela ADAHBI, sendo que a pesquisadora se dirigiu sozinha até as casas das famílias, a fim de evitar interferências no posicionamento das mesmas, ocasionadas pela presença de outras pessoas.

Como já mencionado, para a escolha dos entrevistados, contou-se com o auxílio da diretoria da ADAHBI, a qual descreveu rapidamente as famílias. Foi utilizada uma listagem constando as famílias atingidas, a qual possuía informações como quantidade de terras e comunidade do estabelecimento. A partir desta descrição, procurou-se selecionar moradores que representassem diferentes comunidades impactadas e diferentes níveis econômicos.

No critério de diferentes situações financeiras, foi considerada, primeiramente, a quantidade de terra do estabelecimento. E, em segundo lugar, foi observada a variedade das atividades como: produção leiteira, avicultura, gado de corte, produção de grãos, etc. Buscou-se entrevistar famílias com diferentes sistemas produtivos e, também, as pluriativas, isto é, aquelas que possuem membros atuando em atividades agrícolas e não agrícolas.

Foram entrevistadas dez famílias atingidas de Capitão Leônidas Marques, oito de Capanema, quatro de Realeza, duas de Planalto e uma de Nova Prata do Iguaçu. A fim de preservar a identidade de todos os entrevistados, optou-se por nomes fictícios. Também, na identificação das falas das lideranças, foram citadas apenas as instituições que estas representaram.

### **4.3 O corpus da pesquisa**

As entrevistas com os atingidos foram aplicadas durante o mês de julho de 2013, abrangendo 25 famílias atingidas pela implantação da Hidrelétrica Baixo Iguaçu. Do total, 21 famílias entrevistadas são proprietárias e 04 não são donas de terras. Entre os que não são proprietários, foram entrevistados dois arrendatários e dois funcionários. Entre os proprietários, encontraram-se casos mistos de três proprietários e arrendatários e um proprietário e um funcionário, simultaneamente. Também, em outubro de 2013, três lideranças foram ouvidas, a fim de complementar as informações anteriormente coletadas.

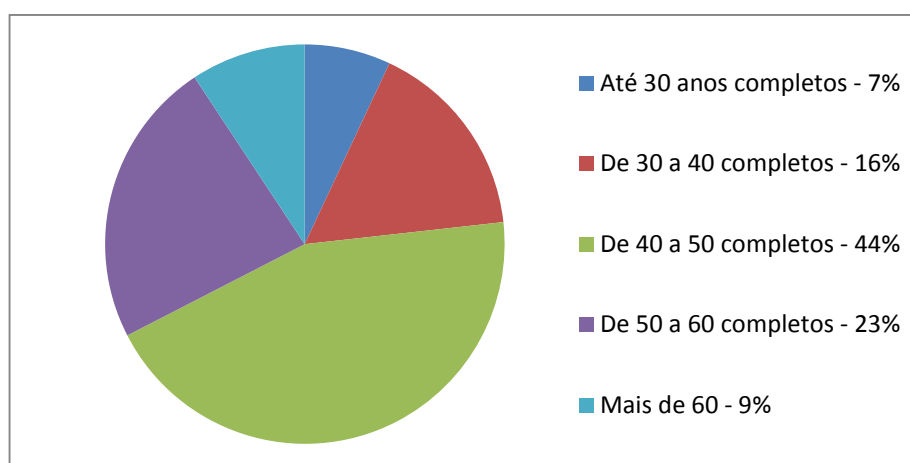
A maioria dos entrevistados diretamente atingidos reside na área, ou seja, 16 famílias do total de 25 famílias entrevistadas. Das 09 famílias que não residem no local, 04 residem em um estabelecimento rural próximo à área atingida e, as 05 restantes, na área urbana. Destas, 04 foram entrevistadas em Capitão Leônidas Marques e 01 em Capanema. Este resultado condiz com a realidade local, porque a área urbana de Capitão Leônidas Marques é próxima da área rural atingida, o que acaba incentivando as famílias a fixar residência nas cidades. Alguns estabelecimentos distam apenas 3 km da cidade, com fácil acesso, com estradas asfaltadas em plena área rural. Já, em Capanema, a situação é contrária, pois a área diretamente atingida fica localizada distante do centro urbano.

As comunidades rurais de Capitão Leônidas Marques foram representadas por: quatro famílias da Linha São Luiz; uma da Linha Porto Três Irmãos; uma da Comunidade São Braz; uma da Linha Capanema; uma da Comunidade São João; uma da Linha Hortelã; uma da Linha Alto Caçula; e uma da Linha Alto Alegre. Faz-se necessário observar que citam-se onze famílias das comunidades, mas apenas dez foram ouvidas. Explica-se o fato pois, o número de comunidades rurais é maior que o número de famílias pelo motivo de um proprietário possuir dois estabelecimentos em diferentes comunidades sendo que ambos serão atingidos.

Já em Capanema, foram ouvidas as seguintes famílias das comunidades: quatro da Comunidade Marechal Lott; uma da Vargem Bonita; uma da Linha Brizola; e duas da Linha Jacaré. Em Realeza, as comunidades foram representadas por: uma família da Linha Zutião; duas de Marmelândia; e uma de Vista Alegre. Em Planalto foram ouvidas duas famílias da Linha São Vicente e, em Nova Prata do Iguaçu, houve a participação de uma família da Barra do Quieto.

Entre as lideranças entrevistadas para esta pesquisa, uma representa o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, a qual passou a participar da discussão no segundo semestre de 2013. Também, foi ouvido um assessor da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul – FETRAF/SUL, que faz parte do Comitê da Bacia do Baixo Iguaçu, além de líderes da ADAHBI, representados pelas entrevistas com membros da diretoria e do conselho, cujas opiniões estão diluídas, algumas vezes como líderes e outras, como moradores atingidos pelo processo.

Foi incentivada, durante a aplicação das entrevistas, a participação de toda a família. Entretanto, os homens ainda parecem ter a palavra final em muitas casas. Para melhor compreender os entrevistados, foram colocadas no Gráfico 2, as idades dos casais ou do responsável pela gestão do estabelecimento - em caso dos entrevistados solteiros, viúvos ou divorciados:



**Gráfico 2 – Idade dos atingidos pela UHE Baixo Iguaçu entrevistados**  
**Fonte: Pesquisa de Campo, 2013**

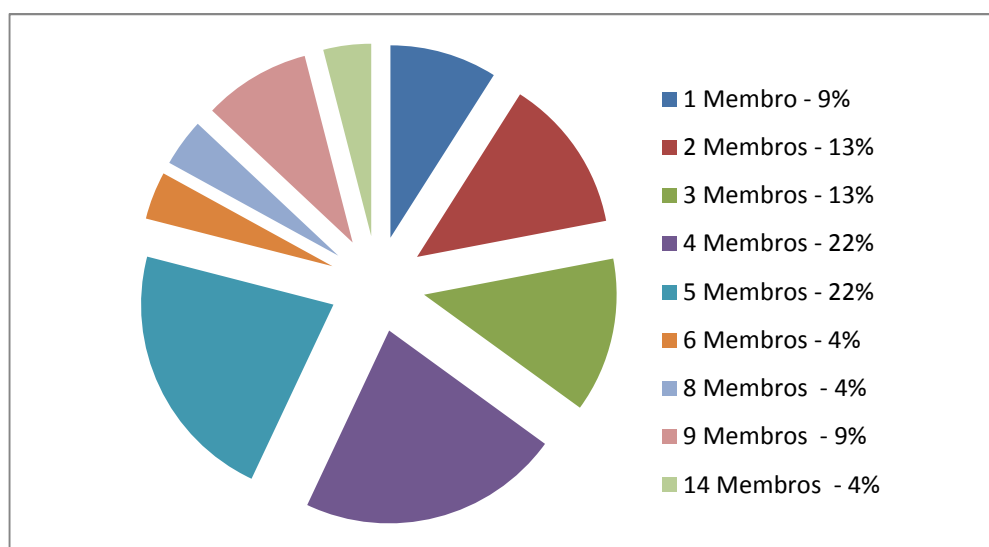
Do total, foram entrevistadas 25 famílias de diferentes unidades de produção, mas o número dos membros participantes das entrevistas é maior porque, em algumas casas, participaram mais de um membro da família. Ao todo, três agricultores possuem até 30 anos; sete, de 30 a 40 anos; dezenove, de 40 a 50 anos; dez, de 50 a 60 anos e quatro com mais de 60 anos. É possível comentar que a maioria dos entrevistados está em idade produtiva.

Já, entre os filhos e demais parentes que residem nos estabelecimentos, dezessete possuem até 10 anos; doze, de 10 a 17 anos, considerando que o jovem ainda estuda em média até os 17 anos. Entre os maiores de idade, encontraram-se



filhos e parentes: quinze, de 18 a 30 anos; sete, com idade de 31 a 40 anos; cinco, de 40 a 50 anos; dois, de 50 a 60 e cinco com mais de 60 anos. Entre o grupo dos idosos é comum encontrarmos pais e tios já aposentados. E, por fim, no grupo de meia idade é comum serem encontrados filhos casados, residindo com suas famílias no mesmo estabelecimento do pai, característica comum na área rural, em que a mesma unidade de produção permanece na família com o passar das gerações.

Ao se analisar a quantidade de moradores por estabelecimento, pode-se observar que a maioria possui dois, três, quatro e cinco membros (entre filhos e outros parentes). Dos 25 estabelecimentos, 16 possuem, em média, este número de moradores. Números inferiores ou superiores a estes são mais raros, conforme é possível visualizar no Gráfico 3:



**Gráfico 3 – Número de moradores atingidos pela UHE Baixo Iguaçu por unidade de produção**  
**Fonte: Pesquisa de Campo, 2013**

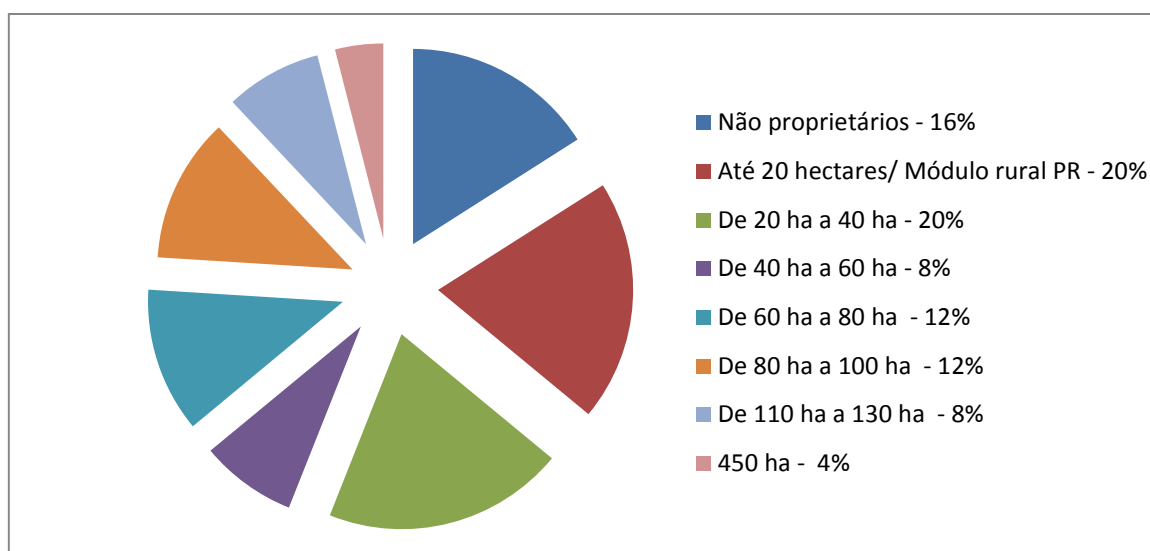
Considerando o estado civil dos entrevistados, 20 participantes são casados; 02 são solteiros; 02 divorciados e 01 viúvo. Ao que se refere ao tempo de serviço, do total dos entrevistados - considerando o chefe da família, cônjuge, filhos, agregados e netos, 37 deles dedicam seu tempo integral à unidade de produção - UP; 11 apresentam tempo parcial fora e dentro da UP; 07 em tempo parcial na UP + trabalho doméstico; 03 em tempo parcial na UP + estudo; 07 em tempo integral fora da UP; 04 somente trabalho doméstico; 16 somente estudam; 08 idosos com apenas tempo parcial na UP; e 01 não trabalha por ser pessoa com déficit cognitivo.

Ao investigar a escolaridade, percebe-se que dezessete dos entrevistados não completaram o ensino fundamental; sete concluíram o oitavo ano do ensino

fundamental; um completou o 2º ano do ensino médio; doze completaram todo o ensino médio; um possui graduação completa e dois possuem curso de especialização. Ou seja, em porcentagem, 42,5% dos entrevistados possuem o ensino fundamental incompleto; 17,5% concluíram o ensino fundamental; 2,5% ensino médio incompleto, 30% concluiu o ensino médio; 2,5% têm graduação e 5% especialização.

Ao averiguar a escolaridade dos filhos e parentes que residem nos estabelecimentos: 7,7% não são alfabetizados; 32,3% possuem ensino fundamental incompleto; 21,5% concluíram o ensino fundamental; 6,15% não completaram o ensino médio, 21,5% concluíram o ensino médio; 7,7% têm graduação incompleta e 3% têm graduação completa.

Ao analisar a estrutura fundiária das famílias entrevistadas, quatro não são proprietários, dois estão na condição de funcionários e dois como arrendatários. Entre os proprietários foram somadas aquelas áreas arrendadas, pois são produzidas em conjunto com as áreas próprias, fazendo parte da renda familiar. Como citado anteriormente, são três os casos de proprietários e arrendatários simultaneamente; e um proprietário e funcionário simultaneamente. Como podemos observar no Gráfico 4, sobre a estrutura fundiária, 56% dos entrevistados possui até 40 ha.



**Gráfico 4 – Estrutura fundiária dos estabelecimentos dos atingidos pela UHE Baixo Iguaçu entrevistados**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

Considerando os produtos que compõem os sistemas de produção, vinte e duas famílias apresentam pastagem em seu estabelecimento; vinte famílias cultivam milho; quatorze, eucalipto; treze, cana-de-açúcar; onze, soja; doze, mandioca; oito, feijão; seis, trigo; uma, fumo; uma, uva e uma, pinhão manso. A produção de leite merece destaque, pois dezesseis famílias entrevistadas se dedicam à atividade. Na produção animal, vinte famílias criam bovinos de leite e/ou corte; dezoito criam galinhas; dezesseis criam suínos; duas, peixes; uma família cria patos e uma, ovelhas. E ainda, duas famílias se dedicam a atividades de olaria e serraria.

Este resultado condiz com a característica regional da agricultura familiar, em que a diversificação das atividades na unidade de produção é comum. Algumas famílias produzem para o autoconsumo, com a venda apenas do excedente e outras apresentam uma inserção maior no mercado, com a comercialização de soja, leite e alguns outros produtos em menor quantidade.

Entre as atividades específicas para o autoconsumo pode-se destacar a plantação de árvores frutíferas (pomar), hortaliças, legumes e verduras que são citadas por todas as famílias entrevistadas. Além disso, treze famílias afirmaram realizar a pesca para complementação da alimentação. Um dos entrevistados enfatizou que toda a alimentação da família é produzida na unidade de produção.

Ao se verificar o maquinário utilizado, destaca-se a presença de tratores, sendo que dezesseis famílias apontaram a existência destes nos próprios estabelecimentos ou em associação com vizinhos. Seis famílias possuem carretas agrícolas; quatro possuem pulverizadores; três têm ensiladeiras; duas possuem ceifas; duas têm plantadeiras de milho; duas, plantadeiras de soja; duas, semeadeiras; duas possuem plantadeiras, mas não especificaram para qual cultura; duas têm motores forrageiros; e duas, colheitadeiras. E ainda, é citada a presença de arado; carregadeira; esteira; plantadeira de trigo; olaria; serraria; retroescavadeira; escavadeira hidráulica; britador de pedra; grade, etc.

Já ao relatar as benfeitorias, vinte famílias citaram possuir galpões; vinte têm casas nas áreas; dezesseis possuem estrebarias; onze são donas de chiqueiros; nove de açudes; sete de galinheiros; quatro trabalham com aviários; quatro possuem mangueiras; três lembraram-se de citar os paióis; duas possuem confinamentos; duas citaram garagens; uma tem barracão; e uma lembrou-se da casa de embalagens de agrotóxicos.

Sobre os benefícios sociais, oito famílias citaram que possuem membros que recebem aposentadoria; quatro possuem membros que recebem pensão; uma possui auxílio doença e uma recebe uma bolsa de estudo.

Considerando os membros que possuem atividades agrícolas e não agrícolas fora da unidade de produção - UPs, como citado anteriormente, onze trabalham fora e dentro da UP e sete trabalham o tempo integral fora da UP. Entre as outras fontes de renda citadas estão: trabalho em agropecuária de propriedade da família; arrendamento de outras áreas de terras; atendimento em consultório odontológico; três citaram possuir empregos no setor público; loja de materiais de construção de propriedade da família; filhos que auxiliam financeiramente; três moradores citaram a prestação de serviço com máquina/ hora máquina; dois trabalham em outros estabelecimentos rurais; um recebe por arrendamento de 12 ha para terceiro; um trabalha na cooperativa agropecuária; um trabalha em frigorífico; um possui frigorífico de propriedade da família; um presta serviço para empresa de consultoria e um é motorista.

Ao se abordar sobre a participação social da família na comunidade local e/ou no município, vinte e quatro famílias disseram participar de alguma associação comunitária de produtores e/ou agricultores. Além disso, outros participam de experiências coletivas como: cooperativas de crédito, eletrificação ou produção, grupos relacionados ao lazer como clubes de futebol, bocha, etc. Associações vinculadas às igrejas, como pastorais e grupos de canto. Além de sindicatos de trabalhadores e clubes de mães. As organizações citadas foram: Coagro; Coopavel; Associação da Fruticultura; Associação de máquinas; ADAHBI; Cresol; Clube do vovô; Associação dos agricultores do Distrito de Marmelândia; Fundação de Desenvolvimento de Flor da Serra e Conselho Regional de Odontologia.

Por fim, a organização do trabalho nos estabelecimentos rurais caracteriza o corpus desta pesquisa, sendo que as famílias costumam dividir as atividades entre os membros, característica comum na agricultura familiar. Como, por exemplo, o morador que explica que “eu mexo com todo gado e a mulher me ajuda e também lida em casa” (Entrevista Silvério, 2013), ou ainda, “eu (mulher) fico mais na parte da ordenha, na verdade cuido das vacas e da casa. Os homens ajudam nas vacas e na roça” (Entrevista Dias, 2013). Dez dos entrevistados citaram, em especial, a tarefa masculina na unidade de produção, sendo função do homem cuidar das pastagens, do gado, da compra de ração, da doma de cavalos, da lavoura, do aviário, do leite,

dos trabalhos com as máquinas, da comercialização dos produtos agrícolas e dos negócios em geral, como, por exemplo, a família que possui uma olaria e uma britadeira. Do outro lado, citam como atividades das esposas, filhas e irmãs, o cuidado com a casa, a lida com o leite, a manutenção das parreiras de uva e da horta.

Ainda, no quesito organização do trabalho, a contratação de mão de obra externa para atividades na unidade de produção, apresenta como resultado: sete famílias contratam “por dia”, os chamados de diaristas ou peões. Isto é observado em trecho da entrevista: “mais para fazer silagem” (Entrevista Dias, 2013); Outros cinco moradores pagam outras pessoas para plantar, colher ou fazer silagem, “a gente paga o trator da associação que a gente tem para fazer a silagem”; Uma família apontou que a realização da troca de serviços entre vizinhos continua ocorrendo - “troca dias com o vizinho, hora máquina, eles ajudam nós, nós ajudamos eles” (Entrevista Freitas, 2013); Outras quatro famílias possuem funcionários para auxiliar no serviço; Duas arrendam seus estabelecimentos; e outras quatro não utilizam mão de obra externa para auxiliar no trabalho.

Ao relatar os investimentos na unidade de produção desde 2004, a maioria dos agricultores citou atividades normais como a adubação e a calagem. Ao todo, onze entrevistados citaram, entre outros investimentos, a melhoria das pastagens, a compra de animais, o empilhamento de pedras, a produção de drenos, a construção de casa, de sala de espera e de ordenha, a instalação de irrigação, de aviário, etc.

Por outro lado, outras famílias citaram o impasse que era a escolha dos investimentos, alguns dizem ter investido pensando nas futuras modificações causadas por parte da área que será alagada e terá que ser vendida. Sete famílias dizem ter deixado de investir nesses últimos dez anos. Pinheiro cita que “todo mundo queria melhorar a propriedade, mas fica assim sem saber” (Entrevista Pinheiro, 2013). Outro explica que deixou de investir, “não adianta investir, porque já assim eles estão querendo pagar pouco, vai investir mais...” (Entrevista Silvério, 2013), deixando de reformar o pasto, as cercas, a mangueira e a casa.

A análise de conteúdo das entrevistas foi realizada a partir de algumas etapas. Primeiramente, foram transcritas as gravações de áudio, a fim de facilitar a análise, o que Bardin (1977) chamou de pré-análise. Posteriormente, foram separadas as respostas de todos os entrevistados a fim de facilitar o exercício de comparação, o que Bardin (1977) considerou como segundo passo da análise de

conteúdo, a exploração do material. E, em um terceiro momento, seguindo o mesmo autor, foi realizado o tratamento dos resultados. Nesta última fase foram realizadas operações de classificação e comparação das mensagens, a fim de se encontrar as semelhanças e diferenças.

Depois do exercício de classificar as convergências e divergências das respostas, o material foi separado em categorias pela repetição de respostas e por pontos mais pertinentes a esta pesquisa, pois a escolha das categorias foi realizada durante o processo de análise. A partir deste exercício, surgiram categorias consideradas mais importantes devido ao número de vezes em que foram citadas pelos entrevistados. Estas categorias estão apresentadas na forma de subitens deste capítulo, a seguir.

#### **4.4 A indenização**

A indenização é a questão geradora da maior polêmica no processo, pois não se trata apenas de bens, mas do local onde vive a família, sendo referência de amizade e pertencimento à comunidade. Segundo o representante do MAB, a questão é controversa, porque trata sobre quais são os direitos das famílias e quem os define,

o que mais chama a atenção da sociedade é a indenização em dinheiro, mas tem outras pautas, inclusive lá a pauta do reassentamento é muito forte. Junto vêm outras questões como o valor da terra. No nosso ponto de vista não deva ser o critério o valor de mercado, porque inclusive do ponto de vista econômico não se admite essa concepção. O valor de mercado pressupõe a livre disposição de alguém que quer vender e a livre disposição de alguém que quer comprar, no caso não se tem uma situação desse tipo. Lá se tem a obrigatoriedade de alguém que tem que sair de onde vive, então não há nenhuma ação voluntária de querer vender a sua terra, pressupõe uma relação de imposição. Do ponto de vista da terra, nós partimos do pressuposto que a legislação vigente garante como direito o módulo fiscal mínimo, então deve partir daí a lógica do reassentamento e para quem vai procurar outra terra para sobreviver. São 20 hectares o módulo rural do Paraná, oito alqueires, isso o mínimo, o que a gente chama de uma unidade familiar (Entrevista representante MAB, 2013).

A questão sobre como devem ocorrer as indenizações parece não evoluir com o passar dos anos. Conforme Brasil (2010), o Estado Brasileiro reconheceu que tem uma dívida histórica com os moradores envolvidos nesse tipo de obra, por meio

da pesquisa realizada pela Comissão Especial chamada 'Atingidos por Barragens', a qual redigiu um Sumário Executivo, no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, fato lembrado pelo representante do MAB.

Segundo a liderança, há um padrão de violação de direitos humanos na construção de usinas e isto é intencional, “usa-se estratégias para que não sejam garantidos os direitos, para neutralizar e controlar os anseios, para que as pessoas não se organizem, não busquem garantir aquilo que é de direito delas” (Entrevista representante MAB, 2013).

Hannigan (1995) explica que um problema nunca se materializa por si mesmo, ou seja, para ser reconhecido como um problema as pessoas precisam reconhecê-lo como tal.

De acordo com a bibliografia estudada, as indenizações resultantes de processos de implantação de hidrelétricas já são reconhecidas como problemáticas e o que se viu em campo, não foi diferente. Cada família entrevistada apresentou seu ponto de vista do porque a questão se tornou um problema, assim como o representante do MAB, que também levantou a problemática. O primeiro ponto a ser observado é a noção de indenização justa. Justa para quem? Para o morador que precisará se mudar? Justa segundo os preços do mercado? Ou ainda, justa conforme o que a empresa quer pagar?

Um ponto que ajuda a construir a problemática diz respeito às incertezas que o processo apresentava no momento da fase das entrevistas de campo. Ao ser indagada sobre o que será atingido pela implantação da Hidrelétrica Baixo Iguaçu, a maioria citou a quantidade de terra, sendo que muitos explicaram não saber ao certo onde será a área atingida e se a unidade de produção continuará viável ou não. Este desconhecimento percebe-se na fala da família Souza,

eles não falam, uma hora é 50% da propriedade que será atingida, outra hora é um pedacinho. Dizem que querem primeiro comprar esse pedacinho para fazer o canteiro, depois comprar o resto para fazer o reflorestamento e vão nos tirar dali, mas durante a obra vamos ficar a 200 metros, as explosões vão ficar a 300 metros da minha família (Entrevista Souza, 2013).

Também pela fala dos Rodrigues se pode perceber insegurança:

“a gente não sabe, dizem que vão pagar os 100 metros do corredor. Ali em cima tem o marco que eles colocaram, para o lado de lá também, quase na entrada, uma briga, porque não queremos entregar nossa terra para eles” (Entrevista Rodrigues, 2013).

Outro morador, Sauer, esclarece que

“pelo levantamento a água vai ficar 30 metros daqui, fora a área de preservação que será de 30 metros porque aqui é área urbana. Vamos ver como vai ser, não sabemos se vamos poder ficar” (Entrevista Sauer, 2013).

Estas incertezas parecem aumentar a angústia na espera das famílias e, de certa forma, parece ser intencional por parte da empresa concessionária, como forma de desarticular a organização social do local.

Ainda, percebe-se o sentimento de desconfiança. Moradores contestam as marcações da área atingida realizada pela empresa, como na fala de Freitas:

Por enquanto eles falam que é só a terra que encosta no rio Capanema, mas tem outras sangas pra cima onde represa a água primeiro, por isso eu não sei como eles vão fazer. Dizem que só vão indenizar na beira do rio Capanema e da sanga Aririnha. Que nem agora que choveu, já subiu uns três a quatro metros. Quando o rio Capanema sobe nos barrancos, a sanga aumenta bastante. Dizem que é só quatorze famílias de Planalto, mas eu acho que vai passar, vai ser bem mais (Entrevista Freitas, 2013).

Alves, outro morador entrevistado, acrescenta que não se consegue ter diálogo com a empresa e sua fala corrobora com a problemática da falta de marcação das terras, levantada anteriormente por Freitas.

As cotas nas propriedades não foram marcadas, isso é outra coisa que eu me admiro, depois vai dar furos de muita área maior que vai ser atingida. A gente deveria ao menos saber. Mesmo no canteiro eles marcaram só parte das propriedades e nós estamos interessados em saber quanto que vai pegar da propriedade. E nos meus vizinhos vai atingir mais do que eles estão falando, porque são 50 e poucos anos que estou ali. Quando chove a mais a gente vê onde alaga. A gente conhece o rio há tanto tempo. Que vai aparecer muito mais gente que eles estão falando isso vai, porque dizem que os vizinhos não vão ser atingidos, mas o rio já sobe hoje quando chove. Eu acho que nós teríamos o direito de ver a marcação antes da proposta. Desse jeito, que planejamento a gente pode fazer? (Entrevista Alves, 2013).

Esta questão da marcação das áreas parece ser uma estratégia da empresa para postergar as decisões sobre o que será indenizado. A desconfiança dos moradores com a futura área que será atingida, prevista nos projetos, repete o que a bibliografia já registrou no passado, em que muitas concessionárias apresentavam projetos com áreas previstas abaixo do impacto real, a fim de diminuir os custos com compensações ambientais, pois estas são calculadas de acordo com a área atingida.



Ao indagar os entrevistados sobre como pretendem ser indenizados, muitos não sabem se serão indenizados totalmente ou parcialmente. Entretanto, a maioria pretende continuar na área rural. Dez famílias preferem permuta de terra, ou seja, a empresa poderia comprar outra área para trocar com o estabelecimento que será atingido. Outras oito famílias preferem receber a área total em dinheiro, sendo um valor justo que agregue terras e benfeitorias. Três famílias levantaram a questão dos arrendatários que deveriam ser indenizados, conforme suas opiniões. Uma família citou querer uma casa, atualmente esta não possui estabelecimento rural, apenas residem e cultivam poucos alimentos no terreno. Outras duas famílias manifestaram interesse em participar de um reassentamento organizado pela empresa.

Entre as observações sobre a forma de indenização foi ressaltada a demora de adequação em um novo estabelecimento, como, por exemplo, o tempo para a produção de pasto para o gado, fato que poderia prejudicar a produção de leite. Por isso, alguns agricultores citaram como sugestão o custeio da adaptação na nova unidade de produção, o que pode ser observado na fala de Kurtz, “vai parar um ano até fazer a estrebaria e crescer a pastagem, não é bem assim, quem tem dinheiro manda fazer, mas nós vamos ter que fazer nós mesmos” (Entrevista Kurtz, 2013).

Outra questão levantada como preocupante por algumas famílias é a questão dos arrendatários. Tomazine espera que seus arrendatários sejam indenizados,

[...] até acho que eles devem ser indenizados pelo lucro cessante, porque em Capitão não existem muitas terras para arrendar, então, eles vão ter prejuízo. E eu como proprietário, eu não vou explorar a empresa. Quero que o justo seja pago, que é o preço de mercado. A gente pede o que está escrito no EIA/RIMA que eles fizeram, que nas audiências públicas foi produzido, que as pessoas tenham a compensação por estar saindo. Na minha terra, eu chego em cinco minutos, tem que ter uma compensação por essa perda. Em Capitão agora não têm mais terras para comprar. E esses moradores que nós vamos perder, o comércio que vai ser prejudicado, são 350 famílias que vão embora (Entrevista Tomazine, 2013).

Hannigan (1995) ressalta que somente quando os atores sociais enxergam o que acontece como preocupante é que se pode encontrar uma solução. A questão dos arrendatários é reconhecida nas falas de alguns dos entrevistados, principalmente os moradores que arrendam suas terras ou aqueles que possuem terras arrendadas de terceiros e, de certa forma, dependem delas. É o caso de uma família que precisou de um financiamento para comprar um maquinário novo, e que

afirma precisar da produção das áreas arrendadas, pois o estabelecimento deles não é suficiente para suprir o sustento da família e as dívidas bancárias.

As ideias de Hannigan (1995) ainda vão ao encontro desta investigação ao abordar que um problema só será ambiental quando for social também. O contexto da implantação de uma hidrelétrica está institucionalizado na esfera ambiental, principalmente devido ao fato de que são os órgãos ambientais, como o IAP e o IBAMA, os licenciadores deste tipo de obra.

Entretanto, entre os ditos impactos ambientais, estão os sociais, que dizem respeito, principalmente, aos moradores que residem no local que será inundado. Como exemplo deste problema social, ressaltamos a fala de Silvério:

Eu quero que me coloquem em cima de uma área de terra que eu consiga sobreviver com a família. Porque eu vou procurar emprego aonde? Eu só sei fazer isso. Desde que me coloquem em uma área boa, seis, sete alqueires, bem caprichados. Eu falei para os caras quando eles foram lá, eu quero viver bem, porque hoje eu vivo bem. De repente, eu não ganho o que você ganha, mas eu posso estar vivendo melhor (Entrevista Silvério, 2013).

A questão da necessidade de mudança das famílias é tão complexa que ultrapassa questões econômicas, de laços comunitários e de pertencimento ao local. Por exemplo, a dependência de serviços públicos como o transporte coletivo para os filhos:

Aqui o ônibus passa na porta de casa. Tem que ver se para onde a gente vai, será assim, tem que ver tudo isso. Meus filhos, por exemplo, abrem a porta do ônibus, dão um pulo e estão dentro e o ônibus passa naquela estrada três vezes ao dia. Tem água encanada, luz, tudo arrumado (Entrevista Vargas, 2013).

Além da indenização propriamente dita, outra questão é sobre qual forma será paga esta indenização. Os próprios moradores se preocupam com os vizinhos, como se observa na fala de Ramos:

A gente precisaria de terra porque a gente vive disso, sabe trabalhar com isso. A gente trabalhou a vida inteira com isso e não tem como partir para outro negócio, estudo nós não temos. O povo queria ser indenizado ou com terra ou uma situação que a gente pense que seja capaz de ir lá e adquirir outra propriedade com o dinheiro que eles nos indenizarem. E nesse caso existem muitas situações que se for indenizar com terra, ele vai trabalhar e se colocar de novo em cima daquilo ali. Agora, vamos dizer, que tem um vizinho que não tem muita capacidade de fazer um negócio, ele pega um dinheiro na mão e a primeira bodega que ele chegar vai encher a cara e gastar. Isso que vai trazer bastante complicação para o povo, porque nem

todos sabem lidar com dinheiro. Tem pessoas que pegam e sabem aplicar, e tem pessoas que vão gastar tudo, vão comprar um cantinho, mas depois torram aquilo também. Acaba ficando na rua, daqui a cinco, seis anos, acaba ficando sem nada. Seria importante orientar o povo, que vai ter muita gente que vai entrar no desespero e isso acaba às vezes com uma família estruturada, que está ali trabalhando, tinha aquela vidinha, mas estava vivendo bem... Seria muito importante um tipo de acompanhamento, porque vai trazer bastante complicação futuramente, se não for bem explicado, bem feito, porque cada família tem uma situação (Entrevista Ramos, 2013).

Neste sentido, Hannigan (1995) destaca a importância de se ouvir os atores sociais e centrar a pesquisa nas interpretações e práticas dos participantes do problema, para então se chegar a uma construção social do que está acontecendo. Neste caso pode-se concluir que até entre os atores não existe consenso sobre qual a melhor forma de se efetuar a indenização – se com dinheiro ou por meio de terras, que seriam os assentamentos ou permutas de estabelecimentos.

A empresa também preferiu, até o momento, não divulgar os critérios sobre as indenizações, ou seja, que tipo de indenização cada família teria direito. A ausência de divulgação destas informações acaba por gerar mais ansiedade nas famílias atingidas, pois não sabem sequer se devem procurar por estabelecimentos à venda nas proximidades, a fim de se planejar para a futura mudança.

Prova disto é o resultado da pergunta “Você acha que vai mudar para onde?”. Nesta questão, as respostas foram espontâneas e, ao todo, sete famílias responderam não saber e não fazer ideia se terão que sair, pois não sabem se serão indenizados pelo estabelecimento inteiro ou apenas parte deste. Oito famílias manifestaram a vontade de ficar no município ou perto de onde residem atualmente. Outras quatro famílias especificaram a vontade de ficar na comunidade rural onde residem atualmente, sendo o principal motivo citado o fato de conhecerem os seus vizinhos. Duas famílias citaram a vontade de investir em terra. E, por último, uma família especificou que deseja participar de um reassentamento.

Para ilustrar esta questão cita-se a resposta da família Alves:

Não tem nem como a gente saber. Eu acho que eles já deveriam vir sinalizando alguma coisa. Não é só a benfeitoria em si, no nosso caso são dois anos para desmontar e montar de novo. E o que vai nos sustentar até lá? Já partiram para a ignorância no canteiro de obras, logo entraram na justiça. E se já foi agora para a justiça, vai todo o restante das propriedades também (Entrevista Alves, 2013).

É importante comentar que os conflitos na área ainda ocorrem e a fala de Alves (2013) ilustra de que forma as relações são construídas entre os agricultores. No caso, os laços são baseados na confiança e, no momento em que a empresa ignora o diálogo e resolve fazer a negociação por meio da justiça, o morador percebe o fato como uma quebra de confiança.

Ao trazer Young (2000; 2006) para contribuir no debate, relembra-se que será por meio da perspectiva que a representação de grupos sociais oprimidos acontecerá. A autora exemplifica sobre como alguém se sente representado no processo político: será pelos mesmos interesses; pelos princípios e valores que norteiam as decisões; ou ainda, quando pelo menos alguma deliberação ou discussão expressa alguma experiência social igual ao seu seguidor. Esta última forma é a que ocorre na área, porque as lideranças locais, tanto da ADAHBI, quanto do MAB, possuem experiências sociais semelhantes ao restante do grupo, ou seja, todos sofreram ou sofrem atualmente consequências relativas a processos de implantação de hidrelétricas.

Também, o representante da FETRAF/SUL entrevistado, possui experiências semelhantes no que diz respeito à agricultura familiar, sem contar o envolvimento com outras obras que já aconteceram na região e as lutas dos sindicatos ligados à agricultura familiar.

Neste estudo de caso, o *interesse* merece destaque, porque esta categoria define “como aquilo que afeta ou é importante para os horizontes de vida dos indivíduos” (YOUNG, 2000, p. 158). Ao perguntar para as famílias sobre como será a adaptação no novo local, pode-se concluir que suas perspectivas estão assentadas no sentimento de receio do novo, na certeza de que tudo será diferente e que a adaptação poderá ser difícil. Por outro lado, a maioria faz planos para a mudança.

Ao todo, sete famílias citaram seus planos para melhorar de vida, melhorar sua infraestrutura e modificar as rotinas de trabalho. Outras seis manifestaram que acreditam que será igual, que no novo local não vai mudar muito, porque a agricultura é a profissão que possuem. Outras três famílias se apresentam resistentes, citando a dificuldade de adaptação, que não gostariam de mudar e que precisarão fazer novos amigos. Para exemplificar é destacada a perspectiva da família Fernandes:

É um recomeço, tem que conviver para conseguir tirar um novo sistema. Não é só a gente conhecer as novas pessoas, as outras pessoas também vão ter que nos conhecer. É uma questão de chegar, fazer as coisas certas, de relacionamento e confiança. Aqui a gente não conhece só a comunidade, conhece metade de Capitão. É uma mudança muito brusca, você sair daqui e ir para outro lugar. É um giro de 360 graus. Talvez pra quem estuda na cidade é mais fácil de mudar de um lugar para outro, mas a gente que é agricultor, nascido no lugar, eu acho mais difícil (Entrevista Fernandes, 2013).

Ramos também acrescenta que “não é só uma terra que está em questão, está em questão a nossa vida também. Uma ligação entre pais e filhos, uma vida inteira” (Entrevista Ramos, 2013). O morador fala isto ao exemplificar o caso de um vizinho, em que no mesmo estabelecimento vivem três gerações de uma mesma família.

Ainda, sobre os interesses - que são como as pessoas projetam seus futuros - dos entrevistados que responderam a pergunta sobre a perspectiva na agricultura, todos afirmaram ver o futuro de suas famílias nesta atividade. O morador Fernandes explica que

[...] vê futuro porque o crescimento da população mundial cada vez vai exigir mais, os preços dos produtos também estão bons, só calculando pelos preços das terras. Antes se valorizava o que tinha na cidade, hoje não, hoje estão valorizando aqui. Agora quem está na cidade está comprando terra. Aqui mesmo no município a gente está vendo os empresários, vários que tem comércio no município, eles estão comprando um sítio para trabalhar nele. Esses empresários estão investindo em áreas boas (Entrevista Fernandes, 2013).

Pode-se perceber que será por meio destas expectativas na atividade rural que as opiniões entre os indivíduos atingidos se cruzam, porque este é o meio de vida comum a todos. Para Young (2000) as opiniões são definidas como “os princípios, valores e prioridades assumidos por uma pessoa na medida em que fundamentam e condicionam seu juízo sobre quais políticas devem ser seguidas” (YOUNG, 2000, p. 160). Por meio deste conceito se consegue explicar como pessoas com diversas crenças e opiniões se mantêm politicamente articuladas. No caso deste objeto em estudo, a articulação se dava no local por meio da associação ADAHBI.

Ao se tratar da *perspectiva*, Young (2000; 2006) desenvolve a ideia de que em grupos sociais nem sempre existem atributos comuns a todos os seus participantes e sim, se deve partir de uma lógica ligada à relação, “em que os

indivíduos seriam compreendidos como posicionados nas estruturas dos grupos sociais” (YOUNG, 2000, p. 161). No caso desta pesquisa se pode posicioná-los como agricultores familiares atingidos.

Além da profissão em si, o sistema econômico que envolve o contexto da agricultura acaba por posicionar os moradores, como no caso dos rendimentos, que incentivam a permanência na área rural. A família Soares explica que administram a agricultura como uma empresa, com custos e prejuízos. Também Kuhn afirma querer continuar com a produção “porque o dinheiro investido na agricultura, é um dinheiro que não tem muito a perder, dá mais retorno” (Entrevista Kuhn, 2013). E, por fim, Teixeira observa que

Eu sobrevivi até hoje da agricultura e eu acho que hoje não está ruim, mesmo que não ganhe rios de dinheiro, mas não está ruim não. Eu sou contra se deslocar para a cidade porque não se consegue emprego. E nós gostamos de trabalhar no sítio. E na verdade aqui estamos praticamente na cidade, daqui até lá são três quilômetros, nós estamos encostados na cidade, por isso para nós é difícil querer sair daqui (Entrevista Teixeira, 2013).

A questão do trabalho é outro ponto que influencia o posicionamento, como é o caso da visão de Freitas, que explica que “é o único meio da gente fazer uma coisa. Na cidade a gente não sabe nem trabalhar, na roça a gente sabe fazer. Não tem dinheiro de sobra, mas ao menos para viver dá” (Entrevista Freitas, 2013).

O fato de produzirem quase que totalmente o que consomem, também é um fator valorizado pelas famílias, como quando Barbosa explica que “a gente não fica rico na agricultura, mas a gente tem de tudo trabalhando um pouco. Precisa de uma carne a gente tem, a gente tem as coisas. Até mesmo a violência, nós estamos muito longe da violência” (Entrevista Barbosa, 2013).

Outro fato levantado nas entrevistas é o pouco estudo dos moradores, como quando Souza fala que se “nós sairmos daqui, nós não estudamos para fazer algo, sempre trabalhamos, desde quando começamos a tirar leite com a mão, até agora que tem ordenhadeira” (Entrevista Souza, 2013).

Uma das preocupações que aparece nas falas dos moradores é a escassez na quantidade de terras, sentida naquela região. Dizem que os que possuem terra para vender, desejam fazê-lo pelo preço de mercado, o que não é oferecido pela empresa concessionária. Esta inquietação é percebida na fala da família Alves

[...] com a vinda da obra vai diminuir a quantidade de terra disponível. A dificuldade de se comprar um pedaço de terra para repor, essa é a grande preocupação da maioria. O maior desespero de quem só mexe com lavoura é esse, porque você não vai conseguir comprar perto. Vai ter que comprar longe, do outro lado do município, vai ter que transportar máquina, isso é certo que vai acontecer. Nós, se conseguirmos comprar uma área para continuar com o gado estamos felizes, mas do vizinho jamais vamos conseguir comprar, por exemplo (Entrevista Alves, 2013).

Em entrevista com a direção da ADAHBI, foi citado que a empresa apresentou um caderno contendo sete classificações diferentes de preços para cada tipo de terra, entretanto, os valores estavam abaixo da pesquisa realizada pela própria empresa em meses anteriores. Esta ideia de desvalorização das áreas atingidas, devido ao relevo acidentado em alguns lugares, já apareceu na bibliografia de pesquisas realizadas sobre o processo. Enquanto a empresa procura desvalorizar algumas áreas, os moradores exaltam a qualidade dos estabelecimentos. Como é constatado na fala de Ramos.

Aqui são terras produtivas. Existem áreas que se diferenciam nos preços, por exemplo, a nossa realidade é uma, talvez em Capanema seja valor um pouco menor. Já aquelas áreas que serão atingidas de Capitão, aqueles caras nunca mais vão comprar outra área de terra igual a que eles têm, porque eu conheço as áreas e aquilo é um chão. Até o valor que a associação está pedindo eles não querem pagar e os preços estão muito altos para comprar. Nem o valor real das terras aqui eles não chegaram. E a gente vai deixar de lado o social, os amigos, se tiver que sair da propriedade. Tem terra para comprar, mas é difícil porque os grandes produtores dominam os preços e se você acha, acha pouca terra. Terra hoje está valendo ouro porque está escassa. Quando aparece um falando que quer vender um pedaço, tem cinco ao redor querendo comprar, porque está dois mil sacos um alqueire (Entrevista Ramos, 2013).

Ainda, se percebem questões relativas ao psicológico de cada morador. É o sentimento de pertencimento àquela comunidade rural, que também influencia o posicionamento das famílias. Isto pode ser verificado na fala de Pinheiro, ao explicar que “caso nos colocarem na cidade, nós vamos ficar loucos” (Entrevista Pinheiro, 2013). Paiva ressalta que “a gente gosta disso, aqui é tudo natural, na cidade não, a gente come a carne que a gente conhece, sabe o quê come” (Entrevista Paiva, 2013). Nestas duas falas é observada a comparação entre cidade e campo. Sabe-se que comumente se compara o que se gosta com aquilo que não se gosta, como aparece nas falas dos entrevistados.

Ramos explica que “aqui é a nossa raiz, a gente cresceu dentro disso, a gente vive dentro disso. A gente aprendeu a trabalhar aqui, viveu a vida inteira disso,

tem amor por esse trabalho e por esse chão” (Entrevista Ramos, 2013). Outra questão que envolve este sentimento de pertencimento ao lugar, diz respeito à criação dos filhos. Segundo os agricultores entrevistados é mais fácil educar as crianças na área rural. Vargas destaca que “para criar filhos é muito mais fácil, não vou dizer que na cidade seja um desrespeito, mas facilita muito mais no interior por causa do exemplo da família que está perto” (Entrevista Vargas, 2013).

Ainda sobre este assunto, ao serem perguntados se gostariam que seus filhos seguissem a profissão de agricultor, nove das famílias entrevistadas responderam que sim, oito que não, três responderam que não sabem ainda e, em cinco casos, esta pergunta não se aplicou pois os filhos já seguiram outras profissões ou a família não possui filhos. Para exemplificar, citamos a fala de Vargas, que explica que “o mais velho não quer sair da propriedade, quer trabalhar na roça, morou na cidade e não quer saber de voltar. Aqui tem o convívio com as pessoas e a confiança no interior é bem diferente” (Entrevista Vargas, 2013).

Soares ressalta que quer os filhos na área rural “porque a gente vê um futuro bom para eles, a agricultura hoje é uma base que gira dinheiro” (Entrevista Soares, 2013). A família Ribeiro inclui os filhos nos seus projetos, “tudo que a gente fez, os estudos dos filhos, tudo isso saiu daqui e ainda temos projetos de melhorar a propriedade em conjunto com eles” (Entrevista Ribeiro, 2013). Outro morador, Fernandes, enaltece o talento que já aparece nas crianças “a gente vai tentar formar todos, os dois piás gostam de trabalhar com o trator, o mais novo já toca a ceifa com dez anos, se deixarmos” (Entrevista Fernandes, 2013).

Por outro lado, alguns moradores não pensam nesta possibilidade para os filhos, como é o caso da família Rodrigues, que explica que os filhos “vão se formar e trabalhar. Um já está quase formado em veterinária e o outro por enquanto fala em fazer educação física” (Entrevista Rodrigues, 2013).

Dezesseis dos entrevistados prevêm que algum membro da família continuará a trabalhar no estabelecimento, depois que estes não puderem mais trabalhar. Apenas um respondeu que não, que nenhum membro vai manter o estabelecimento. Outras cinco famílias não sabem. E, em três casos, esta pergunta não se aplicou, por não possuírem filhos.

Grande parte dos que responderam afirmativamente, já possui algum filho trabalhando na unidade de produção ou possui filhos adolescentes que se



interessam em ajudar. Como é o caso de Teixeira cujos dois filhos já trabalham com o pai ou Ribeiro, que explica

A ideia deles é um dia ter um cantinho no sítio, para trabalhar e morar, o que a gente está melhorando é em conjunto com eles, a ideia é que todos toquem juntos. E aqui estamos a dez minutos da cidade e temos asfalto até perto, a gente sai 1.500 metros e já tem asfalto (Entrevista Ribeiro, 2013).

Outros moradores manifestam a necessidade de se planejar financeiramente para que os filhos consigam viver na unidade de produção também, como é o caso de Vargas, que possui dois filhos adolescentes. Ele explica que sua vontade é de que os filhos assumam o estabelecimento futuramente

[...] na verdade esse planejamento que a gente falou de fazer é pensando nos filhos, entende? Para eles seguirem e ter renda, porque para eles ficarem tem que ter dinheiro. Mesmo no interior precisamos ter dinheiro e se não me organizar os filhos não ficam, vão embora (Entrevista Vargas, 2013).

Todo este contexto ajuda a posicionar os moradores, fazendo com que sua perspectiva social seja relacionada à profissão de agricultor, como quando falam que pretendem que os filhos dêem seguimento à unidade de produção.

Outra questão que posiciona os entrevistados diz respeito à escassez de terras rurais no município de Capitão Leônidas Marques, os quais sentem um maior medo de não conseguirem adquirir um estabelecimento próximo, o que aumenta a ansiedade. Muitos afirmaram ser favoráveis à permuta de terras, entretanto, até o momento, a empresa não demonstrou esta possibilidade.

Uma questão verificada na bibliografia, diz respeito à valoração econômica realizada para a indenização das famílias. Vários autores citam que não são apenas as necessidades básicas dos agricultores que estão ameaçadas e sim, a questão “subjéctiva e simbólica, identitária, afetiva e cultural” (PEREIRA E PENIDO, 2010, p.258).

Os cuidados com estas questões parecem pouco considerados no processo. Sabe-se que o social precisa ser ponderado, mas na prática não se observou nenhuma ação neste sentido no estudo em questão, a não ser as audiências públicas realizadas há alguns anos e as reuniões da ADAHBI. Nenhuma ação foi proposta pela empresa e as únicas informações que os moradores possuíam,

vieram de reuniões da associação de moradores ou de vizinhos que assistiram estes encontros.

Para Pereira e Penido (2010) este tipo de construção provoca a desterritorialização dos moradores, o que resulta na precarização da vida dos atingidos. A partir do início das indenizações, o principal ponto observado na realização da primeira diz respeito à segurança alimentar. Um morador do canteiro de obras que foi reassentado não tinha plantado sequer um alimento na nova área. Considerando o contexto de agricultores familiares, os quais produzem a maioria dos seus alimentos, este fator é relevante. Sem contar que se trata na maioria, de agricultores com pequenas áreas de terra, que não possuem renda fixa e nem sempre contam com reservas que possam supri-los em caso de necessidade.

Ampliando para o contexto do processo de implantação de uma hidrelétrica, é preciso considerar que ele está integrado ao sistema econômico vigente, assim como, outros empreendimentos. Em meio a isto, a concessionária possui destaque, por ter sido legitimada pelo Estado, por meio da concessão que autoriza a exploração da água para geração de eletricidade.

No local de estudo isto não foi diferente. A Neoenergia dita as regras, como, por exemplo, não permitir o acesso ao documento que planejou os critérios de indenização das famílias. Os representantes da ADAHBI tentaram conseguir o documento por meio do IAP, mas até o final de 2013, não tiveram este acesso, o qual deveria ser público.

Neste sentido, percebeu-se o uso autoritário do DUP. Em outros locais onde se construíram hidrelétricas, nem sempre este documento era divulgado e usado para intimidar a resistência dos moradores. Têm-se notícias de obras que conseguiram o DUP em meio ao processo de negociação e não antes do processo começar, como foi o caso da Baixo Iguaçu.

Inclusive, Locatelli (2011), em seu estudo na Bacia do Rio Uruguai, citou que o DUP era usado no local como último recurso, quando toda a negociação e diálogo já haviam se esgotado. O que não foi observado na área de estudo, pois desde o início a empresa detinha o DUP e, inclusive, citava nas conversas e reuniões o que significava possuir este documento, como forma de intimidar a resistência dos moradores.

#### **4.5 Problemas gerados pela incerteza da concretização da obra**

Ao indagar os moradores sobre suas posições quanto à implantação da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, doze famílias se posicionaram contrárias ao empreendimento, outras sete se manifestaram indiferentes, cinco famílias disseram ser favoráveis e uma família preferiu não responder.

Segundo Young (2000; 2006), é possível duas pessoas compartilharem de igual perspectiva social, mas podem viver a experiência de seus posicionamentos de maneira diferente. Esta ideia é notada no item em que “a perspectiva social é o ponto de vista que os membros de um grupo mantêm sobre os processos sociais em função das posições que neles ocupam” (YOUNG, 2000, p. 164).

Desta forma, das doze famílias que se posicionaram contrárias ao empreendimento, entre a perspectiva levantada destaca-se a questão do transporte público para os filhos estudarem que hoje é considerado excelente:

[...] eu penso que se a gente não sair é lucro, porque nós estamos em cima do asfalto aqui, o escolar passa na frente da casa, daqui dois anos a minha filha vai começar a faculdade. Tem o escolar que leva até a cidade e lá pega outro ônibus pra ir até Cascavel, então ela não vai precisar sair de casa para estudar. E aqui dá para dizer que estamos praticamente morando na cidade e onde a gente vai, será que vai ter tudo isso? (Entrevista Fernandes, 2013).

Destaca-se ainda, a relação com o lugar e com os vizinhos que pode ser perdida:

As nossas raízes estão aqui, igual o homem da novela Saramandaia, criamos raízes. A gente acostuma com o lugar, queira ou não queira, mas aqui a gente conhece todo o pessoal, a gente convive com eles, um ajuda o outro. Caso a gente sair daqui, teremos que recomeçar tudo de novo, vai saber como vamos ser recebidos, como lidar com as pessoas e se posso confiar ou não? A mesma coisa que nem você vir de lá de Pato Branco e vir aqui, você vai saber como vai ser recebida? Uma coisa que fico pensando o que vai ser o dia que eu sair, aonde vamos, teremos vizinhos. Aqui tudo tem o dedinho nosso, que a gente conseguiu com o suor, às vezes chorando de dor trabalhando, mas é nosso independente de qualquer outra coisa (Entrevista Fernandes, 2013).

Esta relação que pode ser perdida é percebida ainda na entrevista de Farias, quando o morador cita que é contrário ao empreendimento “porque ele liquida a atividade agrícola da comunidade. É como se desse um tiro na asa de uma pomba, não deixa a pomba sair porque ela não consegue voar, mas não consegue sobreviver no local daquele jeito” (Entrevista Farias, 2013). O morador faz esta

comparação pois, no caso dele e de alguns vizinhos, será atingido em média metade do estabelecimento sendo que existem dúvidas se a empresa irá indenizar a área toda. Caso fiquem apenas com metade do estabelecimento, a produção de leite atual não se mantém devido à falta de área para cultivo de pastagem para os animais, o que aumenta a insegurança nos moradores que estão em situação semelhante.

Outra fala que remete ao lugar é a preocupação de um filho com o pai que reside na área há mais de 50 anos. Tomazine explica que é contra porque no local existem muitos vizinhos com idade já avançada,

[...] meu pai mesmo tem 70 anos e desses, 50 anos praticamente morou lá. Quando esse pessoal vai conseguir ter vizinhos e fazer amizades como as que possuem hoje? Psicologicamente o que vai acontecer? Eu me preocupo com esse pessoal que não tem mais idade, não tem mais como construir uma casa, depende totalmente dos outros, como vão fazer? Eu gostaria de trazer os meus pais para a cidade, mas eles não gostam, todo dia ele mexe com o gado, então a gente não sabe o que fazer, não tem como trazer para cá (Entrevista Tomazine, 2013).

Young (2000; 2006) explica que grupos que reagem a injustiças possuem interpretações refinadas acerca de suas situações. Como é o caso da família Alves, que possui consciência da sua situação. Ao falar da olaria que possuem na beira do Rio Iguaçu explicam que

[...] esse direito mineral que vai ser alagado, nós temos o projeto tudo legalizado, quando a gente fez todo esse projeto não se falava em usina, antes se falava em direito minerário, hoje em concessão. Tivemos que assinar um termo de renúncia do direito minerário, isso já faz dois anos, tivemos que assinar se não interromperiam as atividades. Hoje eu não vejo expectativa de que vamos conseguir tocar a nossa vida, melhorar de alguma forma. E se for perguntar se alguma vez esteve a venda essa propriedade?! Nunca esteve a venda. A gente se criou ali, tudo que a gente fez foi em cima dessa propriedade (Entrevista Alves, 2013).

Entre as sete famílias que se manifestaram indiferentes ao serem indagadas sobre a construção da hidrelétrica, destaca-se a visão de Ribeiro ao explicar que “não é contra, porque o progresso tem que existir, só que somos contra os valores que estão propondo, porque temos que ter uma compensação, não temos terra para vender, a gente espera uma melhoria” (Entrevista Ribeiro, 2013). Vargas opina que se for para permanecer com as mesmas condições ele não quer que o empreendimento se concretize, “mas se é para deixar melhor, caso for bom para

nós, eu sou a favor. Sair pior que estamos então é melhor ficar. Não sou contra, desde que ninguém saia perdendo” (Entrevista Vargas, 2013).

Os seis moradores favoráveis constroem sua perspectiva baseados na ideia de que todos precisam de energia, como se manifestou Borba ao ser entrevistado. Outra posição é a de Marques, que explica ser favorável à usina porque “o desenvolvimento precisa acontecer, o que está sendo problema é o valor, a definição da quantidade que vai ser atingida dentro da comunidade e o que ela vai fazer com o restante da comunidade” (Entrevista Marques, 2013).

Para o representante do MAB se trata de “uma usina de violação de direitos, que vai gerar problemas sociais, isso que está para acontecer. Com a conivência do aparato do Estado, dos poderes, do judiciário, do legislativo, do executivo” (Entrevista representante MAB, 2013).

O representante da FETRAF/SUL acredita que não era necessário fazer mais uma usina na região, porque a Itaipu gera com excedente a energia necessária. Além disso, a liderança comenta as fontes alternativas de energia, explicando que

[...] tem outras formas de buscar energia, eu acho que não teria necessidade de fazer mais esse processo de desapropriação de área, no sentido de criar um problema social e o ganho, o lucro dessa geração de energia não ficar no Brasil. São empresas multinacionais, no caso a Copel tem 30% só, na verdade é um patrimônio que vai fora e a gente não teria mais necessidade de construir usinas aqui, já tem energia sobrando. E o principal não é ter energia sobrando e sim construir outras fontes de energia, essa é a minha posição (Entrevista representante FETRAF/SUL, 2013).

Outra questão a ser analisada é que “as perspectivas podem ser vivenciadas de um modo mais ou menos autoconsciente” (YOUNG, 2000, p. 164). Isto pode ser observado nas respostas dos moradores sobre os pontos positivos e negativos da vinda da hidrelétrica. No geral, as famílias citam que para o município existem pontos positivos, mas para os moradores não.

Dentre os pontos positivos está o movimento no comércio e turismo, uma maior geração de impostos e, é claro, a geração de energia. Do total, 15 moradores não observam pontos positivos para eles e sim, somente para as cidades. Por exemplo, para Kurtz, o ponto positivo é que terá “dinheiro para a prefeitura. Estão reformando a quadra de esporte que é uma coisa boa que vai ficar. Também o reflorestamento que vão fazer” (Entrevista Kurtz, 2013). Ribeiro acredita que para os

moradores não existem pontos positivos, “mas para o município vai trazer mais renda e o turismo, vamos ter duas barragens no município” (Entrevista Ribeiro, 2013).

Já, entre os pontos negativos citados, estão as alterações no percurso das estradas, pois a formação do lago vai demandar o aumento do trajeto a ser percorrido. Ainda, o fato de não existirem terras no preço que a empresa oferece, ou seja, o valor não compraria metade das áreas que os produtores possuem, sem contar que a notícia da chegada da usina, segundo os moradores, inflacionou o preço das terras na região. Além do inconveniente de ter que mudar, ocasionando a perda dos laços comunitários, bem como, as incertezas para com o novo local.

Soares cita que um ponto negativo é o fato de que a hidrelétrica “ocupa muitas áreas mecanizadas que vão se tornar improdutivas” (Entrevista Soares, 2013). Outra questão levantada por alguns moradores é o crédito. Para explicar melhor este ponto cita-se a fala de Silvério:

[...] eu se for a Capanema, tudo que eu precisar, eu arrumo com os meus vizinhos, crédito para tudo se precisar. Que tal se eu vou para outro município, até eu conquistar isso aí? É complicado né?! Vai querer comprar fiado já não vendem. E hoje se eu quiser ir lá em Capanema e quiser gastar mil reais fiado, eles me vendem (Entrevista Silvério, 2013).

Outro ponto negativo citado diz respeito aos bens dos estabelecimentos como a água, por exemplo. Paiva explica que “a água fica 24 horas correndo e nasce ali debaixo do morro, não tem veneno, eu tenho sentimento por isso. Nunca mais vou ter, porque depois a água é tudo de rua, cheia de cloro, aqui tudo é natural” (Entrevista Paiva, 2013).

A preocupação com a possibilidade de alteração do clima é um ponto levantado por Dias. Outra questão negativa citada por este mesmo morador é a vinda de trabalhadores de fora “vai vir três mil e pouco peões para trabalhar. Vai piorar a saúde, assim já é um caos e agora vem mais gente, o município não está preparado para isso” (Entrevista Dias, 2013). O morador lembra ainda da segurança, pois, o fato de aumentar o número de pessoas nas comunidades rurais pode trazer prejuízos para quem reside naquele local, principalmente por não conhecerem esses trabalhadores.

Uma questão que merece destaque nesta pesquisa está ligada à espera. Como não existem datas definidas, os moradores podem passar anos esperando por algo que pode não acontecer.

Ao se indagar sobre desde quando os entrevistados sabem que a usina pode ser construída, cinco afirmaram que ouvem comentários há mais de 50 anos, que muito antes da construção da Usina Salto Caxias já se falava neste projeto. Outros cinco acreditam que há 15 anos existem boatos sobre a construção da Hidrelétrica Baixo Iguaçu. Nove moradores afirmaram saber desde 2004 da possibilidade de construção do empreendimento. Três acreditam ouvir comentários há menos de 10 anos e um entrevistado sabe do empreendimento há pouco tempo, mais exatamente, alguns meses. Para ilustrar destaca-se a fala de Tomazine:

[...] desde 2004 e até hoje não se sabe ao certo o que vai acontecer com a gente, se eles vão indenizar tudo ou não. A empresa não demonstra esse interesse em indenizar tudo e a gente fica preocupado com isso. Por exemplo, tem gente que tem quatro alqueires e vai atingir dois, o cara vai viver de que forma em cima de dois alqueires? E a empresa não demonstra interesse em indenizar tudo, mas vai ficar inviável (Entrevista Tomazine, 2013).

O que mais preocupa os moradores é a indenização oferecida, como se percebe na fala de Vargas, “a empresa avaliou e ofereceu preços muito baixinhos, bem menos que o preço de mercado (...) eles vêm de longe e estão com os preços fora da nossa realidade” (Entrevista Vargas, 2013). Também, a indefinição sobre a compra total ou parcial das áreas, nos casos de atingir somente parte do estabelecimento.

Entre as respostas mais comuns destacam-se as que citam preocupações sobre onde as famílias vão morar, pois suas infraestruturas serão atingidas. Paiva diz que a maior preocupação é “não ter para onde ir, porque se vem a barragem, nós vamos para onde? Você tem sentimento pelo que plantou aqui” (Entrevista Paiva, 2013). Silveira explica que “me preocupa bastante o fato deles chegarem e desapropriarem a gente e não termos condições de ter nada, um acerto para nos colocar depois. E se a gente perde esse pedaço da propriedade e não tem onde se colocar depois? (Entrevista Silveira, 2013)”.

Outra preocupação frequente diz respeito à indenização de funcionários e arrendatários, pois, até aquele momento, a empresa não havia se posicionado. Como discorre Silvério:

o que mais preocupa é eu ficar desempregado por causa dessa usina e de repente não ganhar nada. Isso me preocupa, porque eu estou bem empregado. Emprego que nem eu tenho aqui é difícil e se não tivesse a obra, eu podia me aposentar aqui (Entrevista Silvério, 2013).

De modo geral, esperar pelas obras significa, para dez famílias, não saber o que fazer (investir ou não, ficar ou sair), pois não existe a certeza da concretização da obra. Outras oito famílias responderam no sentido de perceber a espera como um atraso de vida e de negócios, pois deixaram de investir, o que causou desmotivação em relação ao trabalho. Outras cinco citaram problemas de saúde ocasionados por esta espera, como: nervosismo, depressão e ansiedade. Um morador citou que seu pai faleceu esperando a obra. Outras cinco famílias citaram a preocupação com o valor da indenização, pelo fato de não comprarem metade do que possuem, segundo os entrevistados.

Nas respostas de três famílias se destaca a ideia de aguardar pelo que vai acontecer. Um morador cita que não regulamentou a documentação das terras por causa da usina, apesar de fazer 15 anos que comprou a propriedade. Outras duas respostas citaram o medo de ficar na rua.

Duas respostas se encaixam na categoria das famílias que não modificaram suas rotinas por causa da possibilidade de construção da barragem. Um entrevistado afirmou que “foi trabalhando, porque para viver tem que trabalhar”.

Faz-se necessário explicar que existem mais categorias do que o número de entrevistados, pois algumas respostas possuíam duas ideias diferentes. A fim de contabilizar as ideias, elas foram separadas nas diferentes categorias que surgiram ao longo do processo de análise do conteúdo.

Para exemplificar algumas categorias se destaca a fala da família Alves, que explica a espera como “uma falta de rumo. É como você ter um negócio, mas não se sabe quando vem o comprador e quanto ele vai te pagar, mas você tem que vender, mesmo não estando à venda” (Entrevista Alves, 2013). Ribeiro também explica que “uns vizinhos pararam de evoluir para esperar pela barragem, muita coisa foi deixada de construir” (Entrevista Ribeiro, 2013).

O sentimento mais citado é de angústia pelo futuro incerto. Sentimento este citado pela família Ramos. Para o casal esperar pela obra significa:



[...] uma angústia, muita angústia, você fica sem saber o que fazer. Muita gente fala assim – vocês vão perder tudo isso aí, não vão ganhar nada, deixam a gente, sabe, pra baixo. A pressão psicológica, tudo isso prejudica bastante. Você trabalhou em cima daquela terra, sofreu, bateu sol em cima de você, agora eles querem te dar 20 mil reais, isso é errado! Não dá para aceitar uma coisa dessas. Quando eu comprei aquilo já paguei um absurdo (Entrevista Ramos, 2013).

Para Kuhn a espera pela obra prejudicou a vida das famílias da comunidade, “prejudica porque a gente deixou de fazer muita coisa, porque não sabia se podia fazer ou não fazer, por isso tem um prejuízo sim. Deixa de investir muita coisa porque não sabe como vai ser indenizado, se vale a pena ou não” (Entrevista Kuhn, 2013).

Já, ao citarem os problemas de saúde, se destaca a resposta da família Fernandes:

[...] quando falam na barragem eu não consigo, eu já tive depressão pós parto e na mesma época a finada mãe ficou doente e os meus filhos todos pequeninhos, a gente trabalhando junto com o finado pai. Foi terrível, isso em 2002, 2004 por aí. Pra mim na questão de saúde, quando fala em barragem e negociações eu fico transtornada, eu não tenho mais o controle do sistema nervoso. Eu tento, mas tem aqueles dias que dá aquela baixa. Fico transtornada porque vai tirar a gente de onde nasceu, o que a gente conseguiu de trabalho com a máquina ajudou bastante a gente (Entrevista Fernandes, 2013).

A preocupação de alguns moradores com relação aos vizinhos e parentes mais velhos voltou a aparecer nesta parte das entrevistas. De modo geral, parece que os mais velhos possuem maior resistência à mudança, por terem residido por muitos anos na mesma área. O que se pode perceber nesta fala:

Quando fizeram o levantamento socioeconômico em 2007, naquela época tinham pessoas que choravam, casais de 60 a 70 anos que choravam porque não sabiam o que iam fazer. Imagina agora que se passaram todos esses anos, gente que não fez mais investimentos, gente que não sabe mais o que fazer. Eu acho complicado isso aí (Entrevista Tomazine, 2013).

A preocupação com os vizinhos pode ser percebida também na fala das famílias Pinheiro e Souza. A família que os vizinhos se referem residia na área onde está instalado o canteiro de obras, por isso foi a primeira e única família que na época tinha sido indenizada. Para Pinheiro,

Esse vizinho que aceitou a indenização apenas aceitou porque estava com medo de ficar na rua. E foi o único que aceitou até agora. Ofereceram 140

mil e se ele não aceitasse iam colocar ele na lei, por isso ele ficou com medo de ficar na rua. Falaram de colocar a lei para tirar, porque a prefeita falou que estava desapropriada a terra. Caso o pessoal não saísse por bem, ia sair por mal (Entrevista Pinheiro, 2013).

Outro morador, Souza, esclarece melhor o fato do primeiro vizinho a ser indenizado. Segundo ele, a empresa comprou uma terra para o seu tio, mas com o dinheiro dele próprio não conseguiria comprar, só conseguiu porque tinha 50 mil reais de herança de outra terra que também foi atingida. Entretanto “ele morava em oito alqueires e aqui conseguiu comprar quatro. Ele está perto de se aposentar, por isso aceitou. Sem contar que tem que gastar com a terra, calcário, fazer murundus (Entrevista Souza, 2013)”.

Ao serem indagados sobre a atuação da concessionária da Hidrelétrica Baixo Iguaçu, algumas famílias falaram da falta de abertura da empresa para o diálogo, no sentido de que a empresa não observa a realidade dos preços de terras da região. Indignação que aparece em diferentes partes das entrevistas e nas falas da maioria dos entrevistados.

Entre os problemas elencados pelos entrevistados está a falta de critérios claros para as indenizações. “A preocupação é que não tem critério, não tem uma norma, nem data de quando vamos receber. Eles combinaram uma coisa em Curitiba e quando vieram com a proposta deles, vieram com outra proposta” (Entrevista Dias, 2013). Segundo o entrevistado, os integrantes da associação não aceitaram essa nova proposta por julgarem os valores muito abaixo do preço do mercado regional.

O representante do MAB comenta que a estratégia da empresa tem sido procurar as famílias individualmente. Na revisão bibliográfica realizada, se percebe que este tipo de ação já foi descrito em outras pesquisas sobre o tema, como forma de enfraquecer o movimento coletivo e tentar resolver a questão na esfera individual. O líder esclarece que

Nessa política a empresa vai verificar caso a caso quem tem direito, que direito tem, e se não tem direito, então vira um critério de disposição da empresa, para quem ela acha que tem que reconhecer direito que é atingido ela reconhece, quem ela acha que não, não faz, então não existe critério. Eles devem ter apresentado um roteiro ao IAP do que seria a indenização justa, que teria o critério da indenização, do reassentamento, mas não apresenta quanto vai ser a indenização, quem é o público do reassentamento, qual vai ser o direito dos arrendatários, dos meeiros, dos filhos, dos proprietários, para a agroindústria, pra extração de minério, de areia, de argila, teria que ter um termo de acordo para garantir esse critério.

Normas e ações, apontamentos do que vai ser, mas não tem nenhum documento que assegure isso. Aliás, os documentos que eles propõem são documentos que discutem princípios (Entrevista representante do MAB, 2013).

Sobre a questão dos critérios, aparece a temática que mais desperta a atenção de todos os envolvidos: os preços. Sobre este assunto, é unânime a opinião de que a empresa está mal informada quanto aos valores do local.

Até os moradores que querem vender não vendem por esses valores oferecidos. Em Capanema a situação já é bem diferente, mas se nós ganhar 60, 70 contos não vamos conseguir comprar nem a metade das nossas terras. Teriam que negociar por cidade, não desfazendo Capanema, mas são situações diferentes (Entrevista Teixeira, 2013).

O representante do MAB elucida que o valor da terra oferecido pela Neoenergia está abaixo do preço de mercado. “Está em 48 mil reais o alqueire, que foi o que a empresa propôs na justiça, mas a juíza concedeu um reajuste de 30%, que chegou a 60 e poucos mil” (Entrevista representante do MAB, 2013). A liderança acrescenta que com o valor de 60 mil, para se recolocar em condições iguais, em terras produtivas, não se encontra outro estabelecimento neste preço, naquela região.

Outra questão relevante lembrada pelos entrevistados, diz respeito aos impactos nas comunidades rurais e na cidade. Segundo Tomazine, a empresa só pensa no financeiro. “Não estão preocupados com o social, já está vindo gente aos montes e não fizeram nenhuma infraestrutura na cidade, posto de saúde, segurança” (Entrevista Tomazine, 2013).

O fato de a empresa ter entrado com o pedido via judicial é criticado. Isto é alvo de críticas porque representa a falta de diálogo entre a empresa e os moradores, como quando Marques explica que “vieram negociar uma vez, mas depois teve a reunião em Curitiba e falaram que iriam negociar de novo. Em vez disso, depositaram em juízo sem negociar, isso onde é o canteiro” (Entrevista Marques, 2013).

Pode-se perceber um sentimento de desamparo e impotência que aparece em diferentes falas dos entrevistados. Tomazine enaltece que se sente desamparado pelos órgãos que podiam dar apoio, “nós temos aqui a prefeitura que nos apoia muito, mas eu acho que nessa área de usina teria que se criar um órgão

regulador, para olhar para aquelas pessoas que vão ser atingidas” (Entrevista Tomazine, 2013).

O morador explica que na região possuem a experiência da usina Salto Caxias. Diz que tem gente que foi atingido uma vez e vai ser atingido novamente, por isto, até conhecem um pouco do processo, mas não são todos os moradores que entendem o desenrolar de uma obra desta natureza. O morador se manifesta no sentido do desamparo que sentem quanto aos órgãos públicos:

Tudo bem, energia o Brasil precisa, mas eu acho que tem que ter um órgão regulador. A ANEEL dá todos os benefícios para a empresa fazer, pra quem ganha a licitação, mas essas terras? Esse povo atingido? Quem está apoiando? Como é organizado? A empresa vai lá e faz o que quer e não tem justiça. A juíza é obrigada a decretar para eles a utilização das terras, mas que lei é essa? Nós não pagamos nossos impostos? Não somos mais donos? Os caras entraram na justiça e a juíza liberou porque existe uma lei dizendo que ela tem que fazer isso, mas onde que estão as condicionantes? Onde vamos buscar apoio? E da Licença Prévia nada se cumpriu. Caso tivesse cumprido estaria ótimo, porque lá nas condicionantes dizia que já tinha que ter feito escola, investido na segurança, a saúde já tinha que ser melhorada. Depois as pessoas vão vir e como vão ser atendidas no hospital? Não fizeram nada, o que eles querem é nos tirar e não fazer nada. Você acha que vão fazer depois? Eu acho que precisava existir um órgão regulador para isso. Uma lei, uma proteção às pessoas atingidas (Entrevista Tomazine, 2013).

O representante do MAB também cita os órgãos envolvidos na implantação de hidrelétricas. Para a liderança o modelo atual de geração de energia no Brasil não está para garantir direitos das populações atingidas e, sim, serve para garantir a implementação do projeto, independente dos impactos ambientais e sociais: “Não tem interesses locais, não tem interesses regionais, os interesses são de fora, essa lógica do desenvolvimento, do capital em crise, de buscar as bases vantajosas mais rentáveis, isso que prevalece” (Entrevista representante do MAB, 2013).

Para o líder do MAB, o que está em jogo são os interesses das grandes corporações, as transnacionais, que podem ser também empresas brasileiras, explica o entrevistado. A lógica de atender o modelo em que o Brasil exporta matéria prima, esta é a lógica do desenvolvimento, “tudo que vier de infraestrutura vai ser para atender essas demandas, isso não dialoga absolutamente em nada com o desenvolvimento regional, com o interesse das famílias que vão ser atingidas, com qualquer coisa nesse sentido” (Entrevista representante do MAB, 2013).

Esta afirmação parece expressar a cena instaurada no local, onde os interessados, moradores atingidos pela implantação, pouco sabem do que vai

acontecer, sendo que isto ocorre de forma intencional. A empresa, além de não divulgar critérios de negociação, para não colocá-los em debate, também evita divulgar informações sobre o andamento do processo e, muito menos, sobre o cumprimento das condicionantes das licenças, que deveriam nortear todo o andamento do processo.

#### **4.6 As perdas**

Como já mencionado, Young (2000; 2006) explica que as experiências culturais de povos que passam por situações de injustiças, lhes atribuem interpretações apuradas sobre sua própria situação. Pensando nisto é que se buscou observar este modo de olhar o processo social, evitando perguntas estruturadas, por exemplo, que poderiam restringir as respostas dos entrevistados.

Ao perguntar se eles se sentiam prejudicados pela obra, os entrevistados responderam no sentido de que se sentem prejudicados pelos valores oferecidos, que são baixos e, também, o fato de terem ficado estagnados por um período, sem investir na unidade de produção devido às incertezas em relação ao futuro, já citadas anteriormente.

O representante do MAB também acredita que os moradores já são prejudicados antes mesmo do início do empreendimento, pois as pessoas envolvidas precisam dedicar muito tempo para acompanhar o desenrolar do processo. Também explica que

[...] do ponto de vista da produção, a sua condição de trabalho, de investimento, perspectiva, isso vai sendo abortado, então eu acho que já existem prejuízos latentes. E mesmo sociais e psicológicos, que são a preocupação, a angústia. Tem relatos de gente que já está em processo avançado de depressão, gente que não consegue mais dormir, está com ansiedade em fase aguda. Então são várias coisas que as próprias famílias relatam que estão vivendo (Entrevista representante MAB, 2013).

Na opinião do representante da FETRAF/SUL, os agricultores também já foram prejudicados. Cita, como exemplo, o canteiro das obras, “ninguém tinha avisado eles, então tem o prejuízo moral, de desrespeito às famílias, tem uma terra e os caras de certa forma invadem. Vão construir uma usina sem indenizar, sem pagar” (Entrevista representante FETRAF/SUL, 2013). Segundo a liderança, a

empresa entrou nos estabelecimentos sem avisar, derrubaram cercas, o gado ficou solto e a população estava alheia ao que estava acontecendo.

A maioria dos entrevistados citou problemas psicológicos como ansiedade e depressão, ocasionados pela preocupação com a usina. Borba explica que se sente prejudicado “mais por ficar parado, aqui a gente sofre mais porque não sabe o que fazer. Amanhã mesmo começo tratamento com um psiquiatra” (Entrevista Borba, 2013). Tomazine explica, no mesmo sentido, de que neste período todos ficaram sem uma definição,

[...] psicologicamente, financeiramente, a gente é prejudicado. Eu não deixei de investir, de trabalhar, até arrendei um pedaço, mas tem gente que parou. Teve gente que ficou esperando se definir, por exemplo, que já gostaria de ter ido para o Mato Grosso porque tem os familiares lá, estão esperando. Imagina cinco anos assim, é um atraso de vida para a pessoa (Entrevista Tomazine, 2013).

Kurtz cita os problemas relacionados à ansiedade,

[...] disseram que fevereiro ou março a gente tinha que sair daqui, agora estamos em julho e não deram satisfação pra gente. Aqui de nós nunca ninguém foi na lei, aqui ninguém tem advogado, imagina chegar lá como réu, nunca brigamos, chegar dentro de um fórum é complicado. Eu acabei vendendo a criação, onze cabeças de gado porque eram para nos pagar até o fim do mês, e se fossem dar 30 dias não dava tempo de arrumar um negócio para o gado, que falaram que era 30 dias o prazo (Entrevista Kurtz, 2013).

Pinheiro explicou que “eles deixam o pessoal até depressivo, porque eles vêm ameaçando. Dizem que uns não tem mais direito, que tem direito de tanto e se não quiser vai para a lei” (Entrevista Pinheiro, 2013). Como se pode constatar, grande parte dos problemas parece ser causada pela falta de informação, de diálogo e de definições quanto ao processo, o que acaba gerando preocupações nos moradores.

Para reforçar esta questão psicológica e das perdas financeiras, destaca-se ainda a fala de Ramos.

Psicologicamente a gente já foi prejudicado, porque deixa a gente inseguro. Eu já deixei de fazer vários serviços naquela área, deixei de calcariar, fazer alguma mudança, já era para ter colocado calcário faz dois, três anos, e com isso deixa de produzir, você vai ter prejuízo com isso. Você deixa de investir, deixa de ganhar (Entrevista Ramos, 2013).

E ainda, um morador contou sobre a situação da única família indenizada no período e que já havia mudado. Segundo Souza,

nosso vizinho que já vendeu para eles, não plantou um pé de salada, um pé de tempero, porque aqui nós plantamos nas hortas. Ele não plantou nada, ficou seis meses sem comer isso, teve que comprar o tempero, a salada, não tinha nenhum pé de milho. E também outro que tem vacas, ele foi vendendo, foi vendendo para não se apurar, porque diz que em 30 dias era para sair de cima da terra, por isso foram vendendo, mas até hoje não apareceu ninguém, os 30 dias estão compridos para eles (Entrevista Souza, 2013).

Young (2000; 2006) ao trabalhar com a perspectiva social busca captar a sensibilidade da experiência do posicionamento em um grupo, sem especificar o conteúdo que resulta na união. Como nesta fala de Souza, os moradores observam o que aconteceu com o morador que já teve que mudar e, de certa forma, projetam os futuros problemas que eles próprios podem vir a passar.

Ao se falar das garantias, vários moradores citaram o EIA-RIMA, entretanto, muito deles ironizam o Estudo Ambiental no sentido de que o documento é perfeito, pois prevê reassentamento e indenização de arrendatários, mas, na prática, não se tem observado a mesma conduta que estava prevista no papel.

Quando Farias explica que “no EIA-RIMA estão todas as garantias, tudo parece positivo” (Entrevista Farias, 2013), fala usando tom de ironia, talvez questionando, indagando se o que está no Eia-Rima será cumprido. Pinheiro, ao falar das garantias diz acreditar que:

a única forma de resolver é conversando e eu acho que eles estão começando essa usina totalmente errada, porque não vieram conversar com a gente. O orçamento dessa obra é 1,6 bilhões, quanto vão investir desse dinheiro com o pessoal? Quanto em infraestrutura? Vamos discutir. E o lucro dessa usina gerando energia, quanto lucro essa empresa vai ter? Vamos colocar no papel, deve ter gráficos de rentabilidade. Porque uma usina dessas no mínimo 40, 50 anos vai gerar energia e querem expulsar o povo daqui por 40 mil reais o alqueire de terra? O que nós mais queremos é um pedaço de terra para trabalhar (Entrevista Pinheiro, 2013).

O mesmo morador também demonstra ter ciência do problema que estão enfrentando ao lembrar da inflação do mercado imobiliário que já acontece na região, ocasionada pela notícia de que a usina será construída. Pinheiro explica que:

Com o boato da usina aqui na nossa região, as terras já subiram mais de 30%, só por causa do boato. Vai ter 355 famílias procurando terra e vamos dizer que você é uma proprietária de terra, claro que você vai reagir com

tantas famílias te procurando para comprar, claro que vai reagir. E com esse preço a gente não se coloca aqui, nós vamos ter que ir lá para o Mato Grosso, vamos ter que começar uma vida nova (Entrevista Pinheiro, 2013).

Pode-se perceber que alguns problemas levantados pelos moradores são semelhantes aos revisados na bibliografia sobre o tema. O que diferencia um pouco é a característica da região sudoeste do Paraná, onde 87,67% dos estabelecimentos rurais possuem gestão e produção conduzida pela agricultura familiar (IBGE, 2007), conseqüentemente, as questões de pertencimento à terra e a segurança alimentar, merecem destaque.

#### **4.7 As relações comunitárias**

No contexto da agricultura familiar, as relações comunitárias são fundamentais, por isto este item buscou reunir as perguntas que investigaram esta questão. Sobre as trocas entre vizinhos, quinze famílias entrevistadas responderam ainda manter alguma tradição de troca entre os moradores próximos às suas residências, sejam trocas de alimentos ou de serviços.

Entre as trocas de alimentos, as mais lembradas foram as permutas de frutas e carnes. Freitas explica que quando “carneia” um animal, os vizinhos costumam vir ajudar, então, retribui a ajuda com pedaços de carne. O mesmo acontece quando um vizinho precisa de milho, emprestam e depois devolvem. Pinheiro lembra também das trocas de ramas de mandioca, para diversificar as plantações, bem como, as trocas de galinhas, para mudar as raças.

Marques explica que “com a vizinhança é tudo junto, quando um precisa de um favor, de uma corrida, o outro ajuda. Quando alguém carneia a gente troca carne, a mesma coisa com feijão, quando alguém colhe troca por outro produto” (Entrevista Marques, 2013). Ramos relembra que antigamente esta prática era mais comum. Porém, ainda hoje “em caso de necessidade e de doença quando um vizinho precisa nós ajudamos. Há pouco um vizinho aqui fez uma cirurgia na coluna e todos nós cuidamos da lavoura dele e se a gente precisar um dia, ele faz por nós também” (Entrevista Ramos, 2013).

Outras trocas que ainda são comuns nas comunidades rurais estudadas são as permutas de serviços, sendo que 17 famílias disseram ainda manter este



costume. Souza afirma que os vizinhos se ajudam “tem a associação do trator e se torna baratinho a hora máquina para plantar e colher, agora já tem 51 associados. Trocamos hora máquina para fazer silagem, pegamos as máquinas de um, trocamos dias de serviços” (Entrevista Souza, 2013). Rodrigues ressalta que “se o vizinho precisa do trator nós trabalhamos para ele, depois ele trabalha para nós. Nós damos o óleo quando ele vem trabalhar para nós. A gente faz silagem e troca bastante hora de serviço aqui” (Entrevista Rodrigues, 2013). Outra família, os Sauer, explica que sempre que necessitam viajar a Curitiba para visitar os filhos, os vizinhos cuidam da casa e tratam os animais.

Neste sentido, a mudança da vizinhança é um dos problemas elencados, como explica Pinheiro “porque vamos perder essa relação, nós nos conhecemos desde criança, qualquer coisa que a gente precisa corre até o vizinho, depois vai ser outra vida. Tem que fazer novas amizades” (Entrevista Pinheiro, 2013). Sauer relata a incerteza já abordada anteriormente, ao falar que “não faço a mínima ideia, eles só falam que se um dia ele sair daqui, ele queria morar perto de nós e nós também. Já faz trinta anos que nós moramos um no lado do outro, deixamos até a chave quando saímos, são de muita confiança” (Entrevista Sauer, 2013).

Um morador lembra-se da cooperativa, a qual faz parte, “vão sair algumas pessoas, vão embora, então vai diminuir bastante os associados. A cooperativa com certeza vai ser prejudicada, porque vão perder muitas áreas, pode dar uns 5 a 10% no volume de cereais a menos que serão entregues na cooperativa” lembra Kuhn (2013). O morador acredita que seus vizinhos irão se desassociar da cooperativa devido à logística, pois, provavelmente, vão residir longe do local de entrega dos cereais.

Outra questão lembrada diz respeito à comunidade Barra do Quietto, a qual será atingida. Vargas explica que “até a comunidade vai mudar, muda bastante ali em baixo, porque vai ser atingido o comércio, o pavilhão da comunidade, a estrada que está próxima do rio, não vai mais ser possível passar ali” (Entrevista Vargas, 2013). Borba também acredita que várias estradas ficarão embaixo da água, diz que alguns vizinhos podem ficar até sem acessos para a unidade de produção.

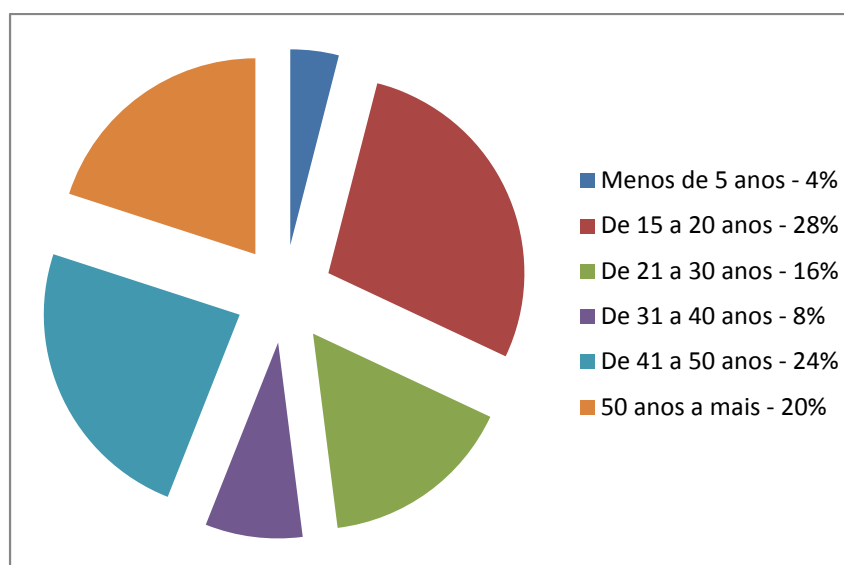
Neste quesito - relações comunitárias - vários entrevistados citaram que possivelmente terão dificuldades quando se mudarem. Como relata Teixeira:

A primeira dificuldade é se entrosar em outro lugar, como eu vou conviver. Eu que há 50 anos estou aqui, tem que construir outra casa, construir tudo novo, tem que começar do zero, então é complicado. Aqui todo mundo se conhece e é uma família só. E o tempo que vamos ficar parados para levar o aviário para outro lugar? Por isso eu já estou torcendo para que não saia. Será que vão nos pagar pelo tempo que paramos a produção? (Entrevista Teixeira, 2013).

Além da convivência com os vizinhos no novo local, alguns moradores citaram sua preocupação com a qualidade da terra, pois perderão trabalho de anos na terra atual, como se pode compreender pela fala de Dias:

Desde 2007 começamos a fazer o plantio direto, depois disso nunca mais foi mexido nas áreas. Então, de repente, vamos pegar uma área que é mexida todo ano e vamos ter que recomeçar tudo de novo, esse valor eles não estão agregando. Tem que arrumar a terra, de repente precisa adubar e adaptar ela para produção. A mesma coisa hoje a nossa reserva que está na beira do rio, se tirar esses 10 alqueires, no que sobra não vai ter o reflorestamento, vamos ter que tirar mais 20% da área que nós temos para trabalhar para destinar a um novo reflorestamento, hoje toda a margem do rio já dá a nossa reserva legal (Entrevista Dias, 2013).

Para apresentar o tempo que estas famílias entrevistadas residem no local, foi produzida a Tabela 5.



**Gráfico 5 – Tempo, em anos, que as famílias entrevistadas residem na área a ser atingida pela Hidrelétrica Baixo Iguaçu**  
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

Entre as famílias entrevistadas, apenas uma reside a menos de cinco anos na unidade de produção; sete famílias residem de 15 a 20 anos; quatro, de 21 a 30 anos; duas famílias moram de 31 a 40 anos; no período de tempo entre 41 a 50

anos, seis famílias afirmaram residir no local e, por mais de 50 anos, cinco famílias disseram se enquadrar neste caso.

Ramos afirma fazer 45 anos que reside no local “eu sempre morei aqui e a esposa veio quando casamos. Agora já faz 13 anos que moramos juntos aqui, mas ela também é da comunidade. Na verdade a gente nasceu nessa comunidade” (Entrevista Ramos, 2013). Caso parecido é o da família Barbosa, “eu vim de Santa Cruz do Sul com seis meses de idade e sempre morei aqui. Quase 50 anos nessa propriedade que era do meu pai, porque foi meu pai que veio e criou a gente aqui” (Entrevista Barbosa, 2013).

A informação de que a maioria das famílias reside há bastante tempo nas áreas é confirmada pelo fato de que 23 das famílias entrevistadas repetem as atividades dos pais ou avós. Inclusive, grande parte dos estabelecimentos são heranças de família, repassadas de uma geração à outra, o que torna a questão de pertencimento ao local e as relações comunitárias ainda mais intensas. Uma observação interessante é a de que vários casais, ao contar um pouco do tempo que residem no local, expressam que se conheceram em comunidades rurais próximas ou até mesmo que eram vizinhos.

#### **4.8 A participação no processo**

Sobre o quesito da participação no processo de implantação da hidrelétrica, os entrevistados percebem o tema de forma bastante limitada. A maioria entende a participação como o envolvimento que possuem com a ADAHBI. Isto ocorre, talvez, pela falta de abertura para o diálogo por parte da empresa. Ou ainda, pela concentração dos trabalhos na diretoria da associação dos atingidos. A participação no movimento é importante, entretanto, apenas os participantes da coordenação parecem possuir mais informações sobre o processo.

O representante da FETRAF/SUL também citou em sua entrevista que percebe dificuldades na participação social. Explica que conhece os movimentos e como eles se organizam, “no momento que as pessoas não sentem necessidade, elas não se organizam, no momento que têm a necessidade ou quando tem um sofrimento, elas acabam se organizando, foi isso que eu vi lá” (Entrevista representante FETRAF/SUL, 2013). “Em uma reunião tinha 600 pessoas, na

segunda reunião que eu fui tinha mais de 400 pessoas, então as pessoas acabam participando, mas participam em função da necessidade e não pela consciência” (Entrevista representante FETRAF/SUL, 2013). Consciência esta citada como a de classe, em defesa do coletivo de moradores, quis esclarecer o entrevistado.

Os que apresentam maior conhecimento do processo participam da coordenação da ADAHBI, mas não são todos os diretamente envolvidos que possuem conhecimento de causa. Pode-se perceber pela resposta à pergunta - Como é a participação dos moradores nas decisões da Usina? – do entrevistado Marques:

A participação é boa, todas as reuniões que nós fizemos na comunidade teve muita participação. Eu fui escolhido para ser um representante da comunidade e estou indo em todas as reuniões. O que eu estou passando para a comunidade eles estão entendendo e estão dando apoio para mim e para a ADAHBI. Eu quando volto das reuniões converso com a maioria do pessoal (Entrevista Marques, 2013).

Entretanto, outro integrante da direção da ADAHBI parece ter mais conhecimento e compreende o que é perguntado. Tomazine explica como aconteceu a participação no processo desde o início:

A gente fez tudo, deu todo o apoio, quando tinha que fazer o cadastro socioeconômico a gente acompanhou. Porque a gente acreditava que não adiantava ser contra, por isso apoiamos. Quando começou partir para as negociações vieram com os preços lá embaixo e daí acabou a relação. A gente reúne os moradores, nessa última reunião teve mais de 600 pessoas e todo mundo com o mesmo pensamento, apoiando os nossos atos. Agora a empresa não quer mais participar das reuniões, eles querem individualizar para enfraquecer a associação. Agora eles vão, tentam comprar uma terra, para deixar os outros com medo. É essa história deles entrar na justiça logo de cara eu acho que foi para criar um medo nos atingidos. Daqui pra frente eles vão oferecer o que quiserem e o povo vai aceitar, porque a maioria não sabe como funciona na justiça. Até uns ficaram doente por causa dessa história de chamar na justiça, porque o cara vê o preço da terra dele e não consegue se colocar nem na cidade. Você sabe quanto está o preço do lote na cidade aqui? Aqui no centro, 500 mil reais o lote, na rua atrás da principal. O cara tem que vender um monte de alqueire pra comprar um lote na cidade, para você ver como estão as coisas (Entrevista Tomazine, 2013).

Todas as outras respostas foram ligadas à participação na associação, demonstrando que os moradores não percebem que sua participação deveria ir além da participação na associação, chamando políticos, promotores de justiça, juízes, representantes do IAP e sindicatos para o debate, com o intuito de reunir forças no sentido de serem ouvidos. Pode-se concluir que toda a participação no processo

acontece por meio da ADAHBI e este é o canal que a maioria dos moradores possui para se informar sobre as novidades referentes à construção.

Entretanto, no período de aplicação das entrevistas, a associação havia rompido relações com a empresa e, portanto, não havia mais diálogo entre as mesmas. O principal motivo pareceu ser o descumprimento de um acordo que a empresa realizou em Curitiba, de rever as propostas dos preços de terras. Segundo os entrevistados, a empresa não cumpriu o que havia acordado e, para piorar a situação, indenizou um morador que “cedeu” a terra para a concretização do canteiro de obras, história relatada anteriormente neste mesmo capítulo.

Para Pinheiro, estar na associação representa ter força perante a empresa:

Um sozinho brigar contra uma empresa dessas não tem chance. Nós temos que na verdade se unir, abraçar um ao outro pra conseguir o objetivo da associação, que é colocar todo o pessoal bem. Porque aqui já teve a usina Salto Caxias que foi a Copel, ali o pessoal se colocou super bem. Essa empresa diz que é uma multinacional, ela não tem a preocupação com o povo, ela tem preocupação só com o dinheiro. Essas empresas multinacionais querem explorar o povo e às vezes esses recursos, esse lucro, nem fica no próprio país, por isso ela não tem tanta preocupação com o social. Porque se fosse uma empresa como a Copel que é nacional ela sabe que se pagar bem esse dinheiro vai ficar girando, podemos comprar uma geladeira, um congelador, que vai dar lucro para a Copel, volta para ela. Já a empresa multinacional quer sugar o povo, sugar nossa água, nossa riqueza e aplicar lá no exterior. Pra mim não pode se chamar nem de empresa, porque a empresa teria que sentar e dialogar, não só vir através da justiça e do papel pressionando o povo. Tanto é que tem coisa na justiça dizendo que eles podem entrar na nossa propriedade. A gente às vezes nem dorme de noite de preocupado, quem não fica preocupado de estar morando ali e quererem derrubar a tua casa, dizendo que você não é dono (Entrevista Pinheiro, 2013).

No que diz respeito à referência que a população tem da Hidrelétrica Salto Caxias, usina localizada acima do local onde acontecerá a implantação da Baixo Iguaçu, o representante do MAB aponta ser um equívoco. Inclusive a empresa Neoenergia utiliza esta referência como forma de acalmar a possibilidade de resistência dos moradores.

Relatos confirmam que funcionários da Neoenergia chegaram a falar em reuniões de que toda a indenização ocorreria nos moldes da Salto Caxias. O que o representante do MAB ressaltou como um equívoco se considerar uma exceção como regra, ou seja, apresentar esta usina como referência, desconsiderando o fato de que os direitos foram conquistados por movimentos após diversas lutas.

A liderança explica que:

Concebem que a garantia de direitos na Salto Caxias foi uma benevolência da empresa e não uma conquista da organização e da luta. Então isso é muito fácil para quem só vê, mas desconhece que tem uma construção histórica, que tem uma trajetória de organização, de luta, de mobilização, que foi o que garantiu isso. Então eu acho que são os principais fatores que talvez façam as pessoas se perderem um pouco na referência, porque a Salto Caxias é uma referência positiva, vizinha daquela obra, mas é a exceção, não é a regra. (...) Sem contar que majoritariamente a população tem uma formação cristã no geral, então essa ideia do bem e do mal é muito forte. Em que ela é convencida de que ninguém fará o mal a ela se ela não incomodar ninguém. Por isso os moradores passam a uma condição mais passiva de aceitar, quando são convencidos passam a confiar, mas no outro lado não é uma relação com esse tipo de princípios (Entrevista representante MAB, 2013).

Esta observação sobre a Usina Salto Caxias é relevante, pois, com isso, se pode concluir que os moradores e até mesmo a ADAHBI se mantiveram um tanto quanto passivos na fase da Licença Prévia, justamente por terem como referência esta obra vizinha. Ainda que os entrevistados relatem que alguns dos atingidos da Salto Caxias tiveram problemas, como a desestruturação de suas famílias e até mesmo a perda de terras por dívidas, a maioria dos vizinhos saiu favorecida do processo. Ampliaram consideravelmente suas áreas de produção, melhoraram suas infraestruturas e, até mesmo os reassentamentos feitos pela Copel, são vistos com bons olhos naquela região. Esta referência positiva acabou por aumentar a confiança dos moradores na Neoenergia, a qual vinha fazendo promessas de que seguiria os moldes realizados pela Copel na Usina Salto Caxias.

Depois da crise instalada, com o recebimento da Licença de Instalação, representantes da ADAHBI afirmaram que começaram a discordar da concessionária, quando esta apresentou preços abaixo dos catalogados em pesquisa realizada pela própria empresa meses antes, para a indenização das terras. Ou seja, isto gerou desconfiança sobre as verdadeiras intenções da empresa, visto que a mesma protocolou uma pesquisa de preços e, meses depois, propõe pagar menos do que seus próprios funcionários haviam pesquisado.

Naquele período de realização das entrevistas, Ramos, pertencente à diretoria da ADAHBI, afirmou que a associação que “está segurando a casa em pé. Eu acho que se não fosse a associação eu já tinha vendido. Na realidade está todo mundo agarrado na associação, estamos todos tentando segurar para a gente conseguir algo bom para todo mundo” (Entrevista Ramos, 2013).

Uma questão levantada na revisão bibliográfica deste estudo é que muitas empresas, neste tipo de processo, acabam colocando diversos funcionários para

negociar as indenizações. O que ocorre é que, enquanto um empregado promete algo para o morador em uma reunião, na próxima reunião de negociação, participa outro funcionário, que não sabe o que havia ficado acertado anteriormente. Neste sentido, Vargas identificou o mesmo problema no local.

O que eu sei é que nunca vem o mesmo representante da empresa. A Neoenergia não tem um representante que sempre vai negociar, mandam um uma vez, o próximo que vem já não sabe o que o outro falou antes. Enrolado mesmo. Ninguém esclarece o que é certo ou errado. Um vem, outro dia vem outro, falam uma coisa, prometem, quando vê já não é a mesma coisa (Entrevista Vargas, 2013).

Por outro lado, enquanto 24 dos moradores apoiaram a associação, um entrevistado demonstrou desconfiança quanto à ADABHI. Para Rodrigues “a associação que fundaram é mais um golpe da própria empresa, colocaram a raposa cuidar do galinheiro. Pelo que eu vi, a intenção dessa associação no começo era tomar a terra do agricultor” (Entrevista Rodrigues, 2013).

Segundo relatos, anteriormente, cerca de dois anos atrás, o MAB estava participando da organização da ADAHBI. Depois, os moradores optaram por continuar com o processo de construção da associação, sem contar com a participação mais incisiva dos membros da diretoria regional do movimento. Em junho de 2013, voltaram a recorrer à ajuda do MAB e grande parte dos moradores se dizia parte do Movimento. De acordo com o representante do MAB, a bandeira do local são os múltiplos direitos, inclusive o direito das populações melhorarem minimamente suas condições de vida.

Segundo ele, ao contrário do que se dizia de que a obra traria o desenvolvimento, para o entrevistado esta é uma visão muito conservadora e rasteira, que não percebe o desenvolvimento como uma lógica que envolve os sujeitos (Entrevista representante MAB, 2013). O que vai ao encontro do que foi observado em campo, ou seja, que quase inexitem espaços de diálogo dos moradores com a empresa, reduzindo, desta forma, a participação no processo.

Pode-se concluir que várias das situações pesquisadas na bibliografia se repetiram na pesquisa de campo realizada com os moradores. Como, por exemplo, Zhouri e Oliveira (2010) constataram que o setor elétrico construía uma visão que procura esvaziar a resistência dos moradores atingidos e a importância dos locais atingidos. Isto também foi possível observar neste estudo, quando vários moradores

citavam discordar sobre a forma como a empresa pretendia cotar suas unidades de produção.

Sem contar que os agricultores manifestaram que as áreas de pastos eram consideradas de menor valor pela concessionária, sendo que a produção de leite é uma das principais atividades daquela região. Por isto, ficou o questionamento, por parte dos moradores, de como uma área de pasto pode ser considerada de menor valor se são destas áreas que advém grande parte dos rendimentos dos pequenos produtores locais?

Os conflitos de interesses nos locais acontecem, principalmente, pelas diferentes formas de apropriação das terras. Por tal motivo, percebeu-se a “ativação da memória coletiva como instrumento de luta na afirmação da legitimidade da ocupação histórica da terra” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2010, p.455). Isto se observou na prática quando os moradores faziam uso de suas histórias para justificar a importância daquele local e por qual motivo mereciam ser justamente indenizados. Muitos recorrem ao tempo em que residem no local, à luta dos pais para conseguirem adquirir a área ou à história de imigração até a região.

Entre as variadas formas de apropriação do espaço natural, observou-se, por exemplo, agricultores familiares, empresários rurais, produtores de tijolos com a argila da beira do rio, etc. Sem contar as modificações realizadas no espaço por causa da demora do projeto, como observado na pesquisa de Zhouri e Laschefski (2010) e que se repetiu nesta investigação. Alguns proprietários deixaram de investir, de tratar a terra, de reformar infraestruturas devido ao anseio da chegada da hidrelétrica.

As autoras também concluíram que os sujeitos que passam por conflitos, como no caso da ameaça de deslocamento, percebem a necessidade de rever seus projetos e as potencialidades das áreas em que vivem. Inclusive, reconhecem as vantagens das unidades de produção que antes pareciam não valorizar. Muitos dos entrevistados desta pesquisa chegaram a afirmar que reconhecem que suas áreas são pequenas, por isto tem uma produção limitada, mas que a facilidade de acesso devido à proximidade da cidade e da família, acaba por ter um valor imensurável.

Este reconhecimento parece maior naquelas famílias que estão melhor informadas sobre o mercado imobiliário da região. Algumas que pesquisaram os preços sentiram dificuldades devido ao alto custo das terras e a longínqua localização das mesmas. No caso de Capitão Leônidas Marques, principalmente,



vários produtores citaram a falta de terras e, por isto, revêem as potencialidades de seus estabelecimentos atuais.

Seis anos atrás, o Banco Mundial (2008) já tinha chegado a conclusões parecidas com as que apareceram neste estudo. Por exemplo, a falta de um sistema adequado para resolver os conflitos, a ausência de critérios claros para a compensação social e a insuficiência de profissionais da área social nos órgãos ambientais (BANCO MUNDIAL, 2008).

A ausência de diálogo encontrada em campo não é novidade. Outros autores, como Pereira e Penido (2010), já observaram a problemática em seus objetos de estudo. O não cumprimento de condicionantes das Licenças também foi levantado pelas mesmas autoras e o fato apareceu no processo da Baixo Iguaçu. Na hidrelétrica de Irapé, Pereira e Penido (2010) perceberam que as condicionantes aprovadas eram postergadas, indicando o não cumprimento da legislação ambiental. Apareceram problemas como a não implementação das normas para os reassentamentos das famílias, a falta de qualidade das terras, a inexistência de água nas áreas, as infraestruturas precárias, a demora em iniciar o reassentamento e a distância entre eles, o que restringiu o convívio social.

Também, na Baixo Iguaçu percebeu-se o não cumprimento de todas as condicionantes da Licença Prévia. Uma delas que diz respeito aos critérios das indenizações. A associação dos moradores não conseguiu ter acesso ao plano de pagamento e reassentamento dos moradores, como citado anteriormente.

Sabe-se que o licenciamento ambiental de uma hidrelétrica funcionaria como um direcionador dos rumos do conflito e, segundo Fleury (2011) as licenças seriam a síntese das negociações técnicas e políticas, feitas antes de sua emissão. Entretanto, o que se vê na prática, assim como outros estudos já observaram, é um descaso com o processo licitatório. Tanto, que o representante do MAB, em entrevista para esta pesquisa, chegou a afirmar que os órgãos públicos, em conjunto com a iniciativa privada proprietária das concessões, formam um aparato para garantir o andamento das construções de hidrelétricas, apesar de todos os empecilhos ambientais e sociais.

Por meio de Matiello (2011) verificou-se que em 1974, o canteiro de obras da Itaipu já estava em processo de instalação sendo que os moradores que seriam desapropriados nem sequer sabiam do fato. No caso do objeto em estudo, de certa forma, a história se repete, porque o canteiro de obras estava sendo implantado e

grande parte dos moradores não tinha certeza se teria que sair do local, pois suas áreas não tinham sido marcadas até então.

Neste resgate da história da Itaipu, a autora constatou que os atingidos consideravam injustos os preços pagos pelas terras, sem contar que os critérios da indenização não eram claros. Estas duas observações também se repetiram nas entrevistas com os atingidos pela Baixo Iguaçu.

A falta de esclarecimentos prestados aos moradores também, se repetiu neste objeto em estudo, o que é preocupante, pois a instalação da Hidrelétrica Baixo Iguaçu acontece, praticamente 40 anos depois da Itaipu e em outro período da história política brasileira. Em 1974 o contexto era o fim da ditadura e, agora, os conceitos de desenvolvimento utilizados deveriam contar com alternativas mais democráticas e participativas. O que Matiello (2011) concluiu em sua tese se repete neste estudo, que os projetos continuam sendo conduzidos de forma autoritária e tecnocrática, pois as licenças, que deveriam nortear os rumos da construção, simplesmente não são cumpridas e as empresas conseguem outras licenças mesmo sem cumprir condicionantes das licenças anteriores.

Como exemplo de condicionante da Licença Prévia que parece não ter sido cumprido, pois a ADAHBI e o MAB não conseguiram o documento, o item 19 da LP ordena:

Elaborar e apresentar ao IAP documento com a definição dos critérios de reassentamento e desapropriação das propriedades impactadas pelo empreendimento, incluindo as áreas de atividades de extração de areia, basalto, argila e pedreiras impactadas e contendo informações a respeito da condução dos processos de negociações (IAP, 2008).

Esta condicionante é um exemplo de determinação que deveria ser cumprida antes da próxima licença. Entretanto, a Licença de Instalação foi expedida antes mesmo da realização do planejamento sobre os critérios de reassentamento e desapropriação. Este é um exemplo de descaso com o processo licitatório e talvez, pela falta de fiscalização, o licenciamento acaba não cumprindo seu papel inicial de nortear os rumos do conflito.

Diversos aspectos observados em campo, como o fato dos empreendedores priorizarem a negociação em particular com cada família, dificultando as lutas dos movimentos sociais, anteriormente já haviam sido observados em outras pesquisas, como na dissertação de Rossato (2008).

Igualmente ao que França (2012) observou sobre a alteração das redes de solidariedade comuns entre os agricultores, sendo que estas mudanças já são sentidas pelos moradores entrevistados. Muitos possuem receio de mudar por não conhecerem os vizinhos, pois hoje, suas relações são baseadas na confiança construída há mais de 15 anos. Sem contar o risco da insegurança alimentar, conclusão que França (2012) chegou, e que pode ser verificada no caso do primeiro morador foi indenizado ao ceder sua terra para a construção do canteiro de obras.

Esta pesquisa vai ao encontro dos estudos de Vainer (2008), no sentido de que o autor acredita que a única forma de superar as concepções que se baseiam no direito do empreendedor, e não nos direitos das populações atingidas, é entender a natureza do processo social deflagrado pela implantação da hidrelétrica. Tentou-se desta forma ampliar a noção de impacto social para dar conta da complexidade deste objeto, e, por meio da perspectiva social, buscou-se o olhar do principal envolvido, o morador atingido. Entender o processo como mudança social implica considerar que há dimensões que não são estritamente econômicas e materiais e, sim, que existem perdas resultantes da desestruturação de relações e da perda de valores.

Outra questão que apareceu nos resultados das entrevistas foi a determinação de quem serão os atingidos. Parece consenso de que os não proprietários também possuem direitos. Não se sabe se por desconhecimento dos moradores ou por estratégia da empresa em limitar a vinda de novos moradores para o local, mas o fato é que as pessoas não têm noção de quem possui direito à indenização.

Apesar da indenização dos arrendatários e ocupantes não estar prevista na legislação, com o passar dos anos, a série de ações julgadas sobre casos semelhantes tornou este tipo de indenização quase uma regra, pois se trata de pessoas que vivem há muitos anos no local e, alguns, possuíam inclusive, direitos de propriedade. Ou ainda, casos de arrendatários que residem na terra e construíram ao longo dos anos toda a infraestrutura necessária ao seu trabalho.

Há anos Vainer (2008) já esclarecia que a falta de título legal da terra não é justificativa para excluir alguém do censo e posterior compensação. Esta foi uma evolução do conceito de atingido, em que se reconheceu os direitos dos não proprietários. Também, na revisão bibliográfica da CMB (2000), já apareciam como

atingidos as pessoas que sofreram deslocamento físico ou modificação dos modos de vida.

Segundo Vainer (2008), em 1992, a Eletrobrás já considerava a mudança social, levando em conta questões culturais, sociais, econômicas e territoriais nos seus planejamentos ambientais. Mesmo passados todos esses anos, o que se viu em campo foram famílias preocupadas pois poderiam perder suas infraestruturas e ficar sem rumo, por depender de terras arrendadas que viriam a ser inundadas pela construção.

Em sua pesquisa, Vainer (2008), concluiu que os problemas não estão na falta de conceitos e estudos, mas na resistência das empresas ao querer empregar concepções ultrapassadas. E o que se viu neste estudo não foi diferente, passados seis anos da pesquisa de Vainer e vinte e dois anos dos projetos da Eletrobrás - que viriam modernizar algumas concepções -, a discussão destas garantias parece ter parado no tempo e a concessionária, de certa forma, se utiliza da desinformação dos moradores para não reconhecer seus direitos.

Além do exposto nas pesquisas, o Decreto nº 7.342, de 26 de outubro de 2010, instituiu o cadastro socioeconômico para a identificação, a qualificação e o registro da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica (BRASIL, 2010). No Artigo 2º é citado quem deverá estar contemplado no cadastro socioeconômico. Entre os contemplados encontram-se, por exemplo, quem teve a “perda de propriedade ou da posse de imóvel localizado no polígono do empreendimento” (BRASIL, 2010). No caso de posse de imóvel, este conceito ultrapassa a ideia de que apenas os proprietários teriam direitos, quando o decreto diz que será cadastrado quem tiver “perda de fontes de renda e trabalho das quais os atingidos dependam economicamente, em virtude da ruptura de vínculo com áreas do polígono do empreendimento” (BRASIL, 2010). Nessa ruptura de vínculo também caberiam os arrendatários e funcionários.

O que se pode concluir é que a jurisprudência prevê a indenização dos arrendatários. O Decreto de lei citado acima prevê o cadastramento de formas alternativas de uso das terras, entre outros fatos que forcem as empresas a contemplarem esses moradores em seus processos de indenização. Entretanto, em nenhum momento até a realização da pesquisa de campo, a Neoenergia tinha se posicionado sobre o assunto, acentuando assim, a ansiedade dos moradores não proprietários daquela região.

Também no estudo da Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, Brasil (2010), as lideranças políticas recomendaram que as instituições públicas envolvidas em qualquer fase da implantação de barragens realizem ampla divulgação, por meio dos veículos de comunicação de massa e internet e que os órgãos ambientais fiscalizem e, no caso de haver necessidade, intervenham para assegurar o caráter público da comunicação social.

Esta recomendação não foi observada neste objeto de estudo, pois não foi encontrada nenhuma ação por parte da empresa que viesse a esclarecer o processo, sem contar que nem a empresa, nem o IAP, dispuseram informações sobre o projeto na internet.

Apesar do Decreto, na época, ter sido considerado um avanço na legislação no que tange aos atingidos, na prática não se observou o cumprimento das recomendações e, muito menos, a fiscalização para obrigar a empresa a se adequar.

O cenário parece não ter mudado se comparado com outros estudos de hidrelétricas implantadas anteriormente. As definições de quem será atingido e a forma de indenização ainda são decisões tomadas pela concessionária, ao menos, até o momento da realização desta pesquisa de campo.

#### ***4.9 A perspectiva social dos atingidos***

Neste capítulo buscou-se investigar a perspectiva social construída pelos envolvidos no processo de implantação da hidrelétrica Baixo Iguaçu. Entre os principais aspectos levantados estão as incertezas em relação à área que será atingida e a falta de marcações no terreno que deixam dúvidas sobre a permanência ou não das famílias no local. Também, o receio das famílias que devem ter somente metade de suas áreas atingidas da possibilidade de não serem indenizadas pela área total, pois, muitas das unidades de produção vão se tornar inviáveis economicamente, por se tratarem de áreas pequenas que, se divididas, inviabilizam o trabalho com o gado leiteiro, por exemplo.

O desconhecimento da área atingida gerou insegurança nos moradores que acabaram por estagnar a produção, com medo de perder o que teriam investido. Deixaram de reformar infraestruturas, construir casas, financiar máquinas

necessárias à produção, tratar com calcário as terras, o que, conseqüentemente, diminuiu os ganhos com a produção.

A espera das famílias merece destaque na pesquisa, pois várias foram as conseqüências citadas nas entrevistas, como a angústia pela falta de definições por mais de dez anos (muitas famílias relatam tempo maior, mas a configuração atual do projeto foi datada em 2004). Neste período, as famílias ribeirinhas passaram por vários estudos, participaram de audiências públicas, dedicaram tempo para saber dos acontecimentos, deixaram de projetar melhorias nos estabelecimentos porque as terras seriam alagadas e sofreram com as especulações sobre o andamento ou não do processo.

Além da falta de marcação das áreas, outro aspecto aumenta a angústia das famílias que esperam pela obra, algumas delas não estão computadas nos estudos ambientais. Dois exemplos de comunidades que dizem possuir problemas de marcação da futura área de alague e área de preservação permanente são as comunidades de Alto Caçula, de Capitão Leônidas Marques, e comunidades da cidade de Planalto. Nos dois casos, os moradores relatam que hoje o rio já sobe mais do que a previsão dos estudos ambientais, principalmente, rios e sangas que os ribeirinhos acompanham há anos em épocas de enchentes. O fato de não terem marcado estas terras é visto como problema pois não permite que os moradores se planejem e, sem saber se poderão ficar na área, é difícil projetar o futuro.

Uma observação que se faz necessária, é a existência de algumas diferenças entre os agricultores familiares e os empresários rurais. Uma delas é que os empresários rurais não residem nas áreas atingidas e, sim, moram na área urbana, por isso as questões de pertencimento ao local e as relações entre a vizinhança não foram citadas por eles. Por outro lado, as relações comunitárias para os agricultores familiares são lembradas como perdas que podem vir a sofrer e como causa de insegurança. Isto acontece, pois é entre os vizinhos que eles trocam serviços e alimentos, conseguem crédito quando precisam fazer uma compra e convivem diariamente, baseando estas relações em anos de confiança.

Neste sentido, a primeira dificuldade citada por muitos dos entrevistados é a questão de entrosamento em outro lugar, pois, 96% dos entrevistados residem há mais de 15 anos nas unidades de produção. Também, é vista como um problema, a relação com o lugar a qual, pode ser perdida. Na área de estudo, muitos dos

estabelecimentos são heranças de família e, em alguns deles, chegam a residir três gerações diferentes.

Nas questões relacionadas ao fator psicológico, observa-se nas entrevistas, o sentimento de “receio do novo”, no sentido de que tudo será diferente e que a adaptação poderá ser difícil. Por outro lado, a maioria dos entrevistados citou planos para a mudança. Aparece também, o sentimento de desamparo que sentem pelos órgãos públicos de modo geral, tanto o IAP como a justiça.

O receio da adaptação no novo local - que pode afetar diretamente os rendimentos, pela demora em se adequarem a uma nova área - é uma preocupação levantada principalmente pelos produtores de leite que dependem do pasto e de infraestruturas como a estrebaria e a sala de ordenha, por exemplo. Um morador que possui uma olaria e outro que é proprietário de aviários, também levantaram a mesma preocupação, porque toda a infraestrutura dos estabelecimentos precisará ser reconstruída.

Ao se abordar questões físicas, características daquela região, destaca-se a escassez de terras que é sentida no local. Isto resulta em preocupações sobre o local em que as famílias vão morar, pois suas infraestruturas serão atingidas e a região carece de áreas disponíveis e com preços compatíveis às indenizações. Outro ponto levantado é a qualidade da terra. Segundo os proprietários, perderão trabalhos de anos, como, por exemplo, as áreas com plantio direto.

Entre as questões econômicas pode-se citar que os valores das indenizações oferecidos pela empresa, são considerados muito baixos pelos moradores. Outro ponto, é a questão do crédito no novo lugar, pois, atualmente, grande parte dos agricultores faz uso de opções de pagamento a prazo, e este tipo de pagamento é baseado em anos de confiança entre o comércio local e os moradores. Há ainda, a dificuldade que alguns poderão ter para negociar, devido ao fato de possuírem pouco estudo e, algumas vezes, não saberem negociar.

Pode-se concluir que os valores recomendados pela CMB (2000) parecem não serem compatíveis com os problemas que envolvem os locais atingidos por este tipo de obra, sendo que a equidade, a sustentabilidade, a eficiência, o processo decisório participativo e a responsabilidade ajudariam a construir processos de indenização e reassentamento mais justos.

Sem contar, a ausência do direito das populações atingidas, em questionar a necessidade da construção de uma hidrelétrica no local, considerando as

necessidades energéticas das regiões. É o caso da usina de Belo Monte que, apesar da luta contra sua construção, acabou sendo instalada sob o rótulo de “desenvolvimento do Brasil”. O intuito com relação a este tipo de obra seria o de propor processos abrangentes, capazes de dar conta das dimensões sociais, ambientais e econômicas do desenvolvimento.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão a que se chega é que a implantação da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu gerou uma perspectiva social comum entre os moradores atingidos. Esta perspectiva parte de uma visão bastante negativa do processo e, ainda, resulta em problemas sociais concretos como a indenização ou não do morador; a forma como será indenizado e quando isto ocorrerá; o valor da indenização; a manutenção de sua condição familiar; entre outros.

A perspectiva social dos atingidos é construída a partir de sentimentos de ansiedade e insegurança, em que aparecem as desvantagens do processo. Os moradores percebem que a implantação da hidrelétrica pode trazer prejuízos econômicos, psicológicos e sociais, sendo que apenas o tempo de espera da implantação já prejudicou as famílias, as quais, deixaram de investir devido às incertezas sobre o pagamento justo de suas terras e benfeitorias.

Na construção da perspectiva social dos moradores atingidos está a incerteza em relação à área que será atingida. Como o local não foi delimitado, desconhecem a possibilidade de ficar ou não na área, sem contar, a inviabilidade econômica que algumas unidades de produção podem vir a passar devido à redução de tamanho das terras. A questão da terra propriamente dita modificou a rotina das famílias, pois deixaram de investir em infraestruturas, de financiar máquinas e de tratar os solos, o que, conseqüentemente, diminuiu os ganhos com a produção.

Na perspectiva social também aparece o sentimento de desamparo que sentem com relação aos órgãos públicos como o IAP e a Justiça. Ainda, questões práticas como a falta de terras naquela região e a qualidade destas áreas. E ainda, estradas que ficarão embaixo da água, extinção de comunidades rurais, alterações no clima que podem ocorrer e medo da escassez de água nas novas áreas.

Outra questão é a desconfiança quanto aos estudos ambientais previstos para a área atingida. Os moradores ribeirinhos afirmam conhecer o rio e desconfiam de que as áreas de alagado serão maiores daquelas previstas pela empresa.

Sobre as relações sociais que podem ser perdidas, observou-se ser um ponto problemático, porque é a partir da confiança, baseada em anos de convivência, que os moradores se relacionam, conseguem crédito, trocam alimentos e horas de serviço.

Quanto à noção de quem será atingido, os moradores se posicionam no sentido de que todos os que residem no local, proprietários ou não, devem ser indenizados ou remanejados para novos estabelecimentos. Entretanto, a empresa não se posiciona sobre a questão, parece que a falta de esclarecimento serve de estratégia para limitar a vinda de novos moradores para a área e, por outro lado, aumenta a ansiedade de famílias arrendatárias e funcionárias, às quais ficam com medo de perderem suas infraestruturas e suas relações de trabalho.

No breve estudo sobre a maneira de produção da agricultura familiar, pode-se concluir que a terra é muito mais que o provento financeiro da família. Ela representa a base estrutural de toda a organização familiar, na qual, por meio da divisão do trabalho, se garante a subsistência, a reprodução, a educação dos filhos e a constituição do significado de vida para estas famílias. Por isso, constata-se a necessidade de se ampliar os estudos sob o viés social da perda da terra.

Também, a preocupação com a segurança alimentar foi percebida na prática e é levantada nas falas dos envolvidos, porque sendo a agricultura familiar de subsistência, este é um problema real que surge depois da mudança dessas famílias.

A vinda de trabalhadores de fora também pode causar problemas de segurança, sem contar que o atendimento na área da saúde pode vir a ser prejudicado devido ao aumento da demanda.

Ao se tratar das questões econômicas, apareceram os valores de indenização incompatíveis com a realidade, a falta de critérios para a indenização e o tempo que poderão ficar sem rendimentos devido à adequação da infraestrutura necessária para cada tipo de produção. Estes pontos constroem o drama vivido atualmente pelas famílias envolvidas na construção da Hidrelétrica Baixo Iguaçu.

Este estudo vislumbra que uma das alternativas seria a consideração da perspectiva social dos principais interessados, ou seja, os moradores atingidos, os quais apresentam os problemas locais e, conseqüentemente, os caminhos para a resolução destes. Desta forma, poderiam ser promovidos mecanismos para resolução de conflitos, que permitissem a participação dos diferentes grupos de interesse, garantindo assim, espaços que pudessem trazer ideias para a melhor resolução dos problemas, entre estes, o processo indenizatório.

A necessidade de disponibilização via online, de todos os estudos e planejamentos que envolvem o processo, nos sites do IAP e da concessionária foi

outro fator preponderante que foi observado. Fato que não ocorre hoje e que permitiria a melhor informação dos atores envolvidos. Caso isto fosse uma exigência legal, beneficiaria a participação de um conjunto de pessoas, atualmente, não participantes do processo.

Quanto à questão dos licenciamentos, percebeu-se a necessidade de reestruturação das funções dos órgãos ambientais responsáveis que hoje, parecem cumprir a função de licenciar os projetos, independente dos riscos sociais que possam gerar. Talvez, a contratação de uma maior quantidade de funcionários da área social fosse uma alternativa para o melhor acompanhamento do processo de indenização e mudança das famílias atingidas. Sem contar que seria necessário um acompanhamento *in loco* mais intenso dos acontecimentos, pois os relatórios das concessionárias não podem ser considerados fontes confiáveis para consulta dos processos que dizem respeito aos moradores atingidos.

Na análise, apareceram disparidades ao se comparar a perspectiva social das lideranças com a dos moradores atingidos. Os representantes de movimentos sociais e instituições possuem uma perspectiva ampla, ou seja, conseguem analisar o cenário econômico mundial em que o Brasil está inserido e a forma como a geração de energia entra neste contexto, sendo que esta perspectiva de forma ampliada, não é percebida nas falas dos moradores entrevistados.

Esta pesquisa ainda é preliminar e seria importante dar continuidade à investigação, pois assim, poder-se-ia investigar todo o processo social de mudança dos moradores atingidos e sua adaptação nas novas unidades de produção. Como exemplo de assuntos que poderiam ser investigados pode-se citar o sentimento de perda e as reconstruções do sentimento de pertencimento ao novo local após a mudança. Sem contar, a questão econômica que poderia ser tema de trabalho científico, a fim de entender quais perdas econômicas as famílias sofreram e quais seriam os critérios justos para este tipo de compensação.

Outra observação que se faz necessária, é que durante este estudo, o processo de instalação da usina não estava finalizado. Foi investigado o momento logo após o recebimento da Licença de Instalação e o início das negociações para a indenização das famílias atingidas. Percebeu-se que já, naquele momento, o ambiente estava tenso, pois apareciam as incertezas em relação ao futuro dos moradores. Logo após, foi acompanhada, por meio da imprensa e das lideranças

dos movimentos sociais, a forma como o processo estava acontecendo e percebeu-se que os conflitos ficaram ainda mais acirrados.

Aconteceram protestos, invasões do canteiro de obras, bem como, foram realizadas reuniões com a participação de mais de 500 moradores atingidos. Ainda, foram realizadas reuniões fechadas da diretoria, a qual representava os moradores perante à empresa, a fim de definir os critérios e os preços das terras para a indenização dos atingidos.

Neste sentido, considera-se que seriam interessantes novos estudos para acompanhar a mudança dos interesses dos moradores atingidos ao longo do processo, bem como, as mudanças de opiniões e interesses das lideranças e dos movimentos sociais. Também, analisar como o movimento de resistência deu andamento no processo de negociação com a empresa e de que forma conseguiu influenciar as definições da concessionária.

Considerando a amplitude de processos que este tipo de obra exige, percebe-se que existe uma necessidade de mudança nos procedimentos, por parte das concessionárias. Sem contar, a necessidade de maior responsabilização do sistema político para com os moradores atingidos.

Talvez, uma alternativa para se evitar abusos das concessionárias, seria a criação de um organismo público responsável pela organização e fiscalização da indenização das famílias. Ou ainda, ampliar a instrumentalização do órgão estadual responsável pela fiscalização – neste caso o IAP – para que desempenhe seu papel de modo mais eficaz.

A contratação de maior quantidade de profissionais da área de ciências sociais como assistentes sociais, psicólogos, economistas, administradores; ou de outras áreas como engenheiros agrônomos, poderia contribuir para o avanço na fiscalização dos processos de implantação de hidrelétricas, principalmente quando se aborda os impactos sociais deste tipo de empreendimento.

Seria necessária a normatização dos critérios de indenização, respeitando as diferenças de cada local e o modo de viver de cada população. Acredita-se que com a normatização, poder-se-ia deixar definido o público que deveria ser indenizado; a fase que deveria ocorrer a indenização; a marcação das áreas; bem como, a divulgação desta marcação, para que assim, fosse minimizada a ansiedade na população diretamente impactada.

Também, seria necessário normatizar a forma de indenização das famílias. Por exemplo, poderia se dar a opção aos moradores, da troca de unidades de produção, ou seja, em troca do estabelecimento atingido, o morador poderia escolher uma área que possuísse, no mínimo, iguais condições a sua. Desta forma, a empresa evitaria custos com impostos, que resultam em perdas reais para morador atingido, em caso de indenizações com dinheiro, por exemplo.

Infelizmente, pode-se concluir que nos últimos anos, pouco mudou no cenário de implantação de hidrelétricas, pois, em várias situações pesquisadas na bibliografia que aborda o tema, os problemas encontrados com a implantação da Usina Baixo Iguaçu, se repetiram.

Finalmente, parece que o caminho é o de reconhecimento dos múltiplos direitos da população atingida, bem como a contestação da real necessidade de implantação da hidrelétrica, para assim se pensar em alternativas que se direcionem a um verdadeiro desenvolvimento regional que envolva os sujeitos protagonistas do processo.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

BANCO MUNDIAL. **Relatório N° 40995-BR Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil: Uma Contribuição para o Debate**. 2008. Disponível em [http://uc.socioambiental.org/sites/uc.socioambiental.org/files/Brazil\\_licenciamento\\_SintesePortugueseMarch2008.pdf](http://uc.socioambiental.org/sites/uc.socioambiental.org/files/Brazil_licenciamento_SintesePortugueseMarch2008.pdf)>. Acesso em: 02 jul. 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARON, Sadi. **Usina hidrelétrica – UHE Foz do Chapecó: estratégias, conflitos e o desenvolvimento regional**. 2012. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2012.

BRASIL. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. **Comissão Especial “Atingidos por Barragens” Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07 Sumário executivo**. Brasília: Ministério da Justiça, 2010. Disponível em [http://portal.mj.gov.br/sedh/cddph/relatorios/sumarioexecutivoaprovadoemplenario\\_22\\_11\\_10.pdf](http://portal.mj.gov.br/sedh/cddph/relatorios/sumarioexecutivoaprovadoemplenario_22_11_10.pdf)>. Acesso em: 02 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei N° 3.365, de 21 de junho de 1941. **Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública**. Rio de Janeiro, RJ, Diário Oficial, 18 JUL. 1941.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei N° 12.986, de 2 de junho de 2014. **Transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH; revoga as Leis nos 4.319, de 16 de março de 1964, e 5.763, de 15 de dezembro de 1971; e dá outras providências**. Distrito Federal, DF, Diário Oficial, 03 JUN. 2014.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Energia 2030**. Brasília: MME e EPE, 2007. Disponível em [http://www.epe.gov.br/PNE/20080512\\_10.pdf](http://www.epe.gov.br/PNE/20080512_10.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Programa de Aceleração do Crescimento**. 2011. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/pac/pac-2/pac-2-relatorio-5>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Tradução Instituto de Investigación Científica de Economía Agrícola de Moscú Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS (CMB), WORLD COMMISSION ON DAMS. **Dams and Development: a new framework for decision making**. London: Earthscan, 2000.

FLEURY, Lorena Cândido; ALMEIDA, Jalcione. **Sobre rios, usinas e pessoas: relações sociedade-natureza a partir do conflito ambiental em torno da usina hidrelétrica de Belo Monte – PA, Brasil**. 35º Encontro Anual da Anpocs. 2011. Disponível em [http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=859&Itemid=353](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=859&Itemid=353) >. Acesso em: 08 jun. 2013.

FRANÇA, Georgeana Barbosa de. **Crise de energia e governança ambiental: articulações de redes e territórios nas dimensões global e local**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. Brasília: Liber Livro, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

HANNIGAN, John A.. **Sociologia Ambiental: a formação de uma perspectiva social**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

IBGE. **Censo Agropecuário 2007: Resultados preliminares**. 141 p., Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

LI. **Licença de Instalação da Usina Hidrelétrica UHE Baixo Iguaçu**. Nº 77034820. Curitiba: IAP, 2013.

LOCATELLI, Carlos Augusto. **Comunicação e barragens. O poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó (Brasil)**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

LP. **Licença Prévia da Usina Hidrelétrica UHE Baixo Iguaçu**. Nº 77034820. Curitiba: IAP, 2008.

MAGENTA, Matheus; VARGAS, Rodrigo. País teve 62 apagões graves só neste ano. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 nov. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/inde15112009.htm>>. Acesso em: 20 set. 2014.

MATIELLO, Catiane. **Narrativas tecnológicas, desenraizamento e cultura de resistência: história oral de vida de famílias desapropriadas pela construção da usina Hidrelétrica de Itaipu**. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MOVIMENTOS DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Decreto assinado pelo presidente Lula cria cadastro de atingidos por barragens**. Disponível em <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/decreto-assinado-pelo-presidente-lula-cria-cadastro-atingidos-por-barragens>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **História do MAB: 20 anos de organização, lutas e conquistas**. Disponível em <<http://www.mabnacional.org.br/historia>>. Acesso em: 01 jul. 2013.

PEREIRA, Doralice Barros; PENIDO, Marina de Oliveira. **Conflitos em empreendimentos hidrelétricos: possibilidades e impossibilidades do (des)envolvimento social**. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (orgs.). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

RIMA. **Relatório de Impacto Ambiental da UHE Baixo Iguaçu**. Curitiba: Sociedade da Água Consultoria Ambiental Ltda., 2008.

ROSSATO, Alexania. **A recepção de rádio e televisão por jovens do Movimento dos Atingidos por barragens: as representações da classe popular**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

ROTHMAN, Franklin Daniel. **A expansão dos projetos de barragens e mineração na Zona da Mata. Articulando as lutas de resistência a favor da agricultura familiar**. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (orgs.). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SÁ, Luís Carlos; GUARABYRA, Guttemberg. 1977. **Sobradinho**. In: Pirão de Peixe com Pimenta. São Paulo: Som Livre, 1977.



SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Amartya Sen; tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVÁ FILHO, Arsênio Oswaldo. **Problemas intrínsecos e graves da expansão mineral, metalúrgica, petrolífera e hidrelétrica nas Amazônias**. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (orgs.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SILVA, Rene Gonçalves Serafim; SILVA, Vicente de Paulo da. **Os atingidos por barragens: reflexões e discussões teóricas e os atingidos do assentamento Olhos D'água em Uberlândia-MG**. *Sociedade & Natureza, Uberlândia*, n.3, p. 397-408, set/dez. 2011.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos**. Curitiba: UTFPR, 2008.

VAINER, Carlos. **Conceito de "Atingido": uma revisão do debate**. In: Franklin Daniel Rothman. (Org.). *Vidas Alagadas - conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa: UFV, 2008.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. *Processos Sociais Agrários*. Caxambu: 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*. nº 21. 2003. Disponível em <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/238/234>>. Acesso em: 02 jul. 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and democracy**. New York: Oxford University Press, 2000.

YOUNG, Iris Marion. **Representação política, identidade e minorias**. São Paulo: Lua Nova, 2006.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. **Desenvolvimento e conflitos ambientais. Um novo campo de investigação**. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (orgs.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. **Desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais** (Introdução). In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. *A insustentável leveza da política ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. **Quando o lugar resiste ao espaço. Colonialidade, modernidade e processos de territorialização**. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (orgs.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. **Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos**. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. *A insustentável leveza da política ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

## ANEXOS

I – Roteiro da entrevista com os moradores atingidos pela Hidrelétrica Baixo Iguaçu:

### PERCEPTIVA SOCIAL DA IMPLANTAÇÃO DA HIDRELÉTRICA BAIXO IGUAÇU

Entrevistado:.....

Telefone: ..... Data: .....

Município da área atingida: .....

Localidade da área atingida: .....

Reside na área atingida: ( ) Sim; ( ) Não; Caso não reside onde? .....

É proprietário? ( ) Sim; ( ) Não; Caso não, qual a relação com a terra? ( ) Ocupante;

( ) Arrendatário; ( ) Funcionário; Outros: .....

#### Composição da família (mora no local atingido ou junto com o proprietário)

Nome	Sexo (M/F)	Idade	Relação com o chefe (A)	Estado civil (B)	Tempo de trabalho (C)	Escolaridade (D)
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						

(A)	(B)	(C) Tempo de trabalho	(D) Escolaridade
1 Resp/Chefe	1 Casado	1 Tempo integral na UP	0 Não alfabetizado
2 Cônjuge	2 Solteiro	2 Tempo-parcial: trabalha fora e dentro da UP	1 Primeira série – 1º Grau
3 Filho	3 Viúvo	3 Tempo-parcial na UP + Trab. Doméstico	2 Segunda série – 1º Grau
4 Filha	4 Divorciado	4 Tempo-parcial na UP + Estuda	3 Terceira série – 1º Grau
5 Genro	5 União Estável	5 Tempo integral fora UP	4 Quarta série – 1º Grau
6 Nora	6 Outros	6 Somente trabalho doméstico	5 Quinta série – 1º Grau
7 Neto (a)		7 Somente estuda	6 Sexta série – 1º Grau
8 Pai		8 Criança menor de 7 anos	7 Sétima série – 1º Grau
9 Mãe		9 Idoso: apenas tempo-parcial na UP	8 Oitava série – 1º Grau
10 Avô		10 Desempregado	9 Primeira série – 2º Grau
11 Avó		11 Não trabalha (deficiente ou inválido)	10 Segunda série – 2º Grau
12 Irmão		12 Outro (qual? Especificar)	11 Terceira série – 2º Grau
13 Irmã			12 Graduação incompleta
14 Trab. contratado			16 Graduação completa
15 Arrendatário			17 Especialização
16 Outros, qual?			18 Mestrado
			19 Doutorado

Área Total (ha)	Área (ha)					
	Própria	Em Parceria		Arrendamento		Outra forma
		De Terceiro	P/ Terceiro	De Terceiro	P/ Terceiro	

### Estrutura Fundiária

### Atividades de produção comercializadas:

O que planta/cria	Área (ha)/ Quantid.	Destino da Produção (quantidade e unidade)		
		Venda e/ou Comércio	P/ Consumo Familiar	P/ Consumo Animal
Fumo				
Mandioca				
Milho				
Soja				
Trigo				
Batatinha				
Cana Açúcar				
Feijão				
Eucalipto				
Leite				
Pastagem				
Gado				
Galinha				
Porco				

**Outras atividades de consumo (vegetal e animal)? Ex. pomar; caça; pesca?**

**Máquinas:** .....

**Benfeitorias:** .....

**Membros que recebam benefícios sociais?** ( ) Sim; ( ) Não; ( ) Não sabe/ não respondeu.  
Caso sim, que tipo? ( ) Aposentadoria; ( ) Pensão; ( ) Auxílio doença; ( ) Bolsa de estudo; ( ) Bolsa família; ( ) Outro benefício: .....

**Quais outras fontes de renda a família contou nos últimos anos (Exemplificar: aluguel, arrendamento, herança, repasse de familiares que trabalham fora, etc.)?** .....

### Participação social da família na comunidade local e/ou no município

Especificação	Participa	
01 Associação comunitária de produtores e/ou agricultores	1-( )Sim	2-( )Não
02 Cooperativas (créditos, eletrificação, produção, etc.)	1-( )Sim	2-( )Não
03 Sindicato de trabalhadores	1-( )Sim	2-( )Não
04 Associação de mulheres/ clube de mães	1-( )Sim	2-( )Não
05 Associação vinculada à igreja (pastoral, canto, etc.)	1-( )Sim	2-( )Não
06 Clube de futebol, bocha, etc. ligado ao lazer	1-( )Sim	2-( )Não
07 Outros tipos de entidade:	1-( )Sim	2-( )Não

**Como se organiza o trabalho na unidade de produção. Quem faz o quê (homens, mulheres, jovens, crianças, idosos)?**

**Caso tenha algum membro que trabalha fora da unidade de produção. O que fazem e onde?**

**Contrata mão de obra externa para atividades na propriedade?**

**Investimentos na unidade de produção ou propriedade desde 2004:**

**Teve algo que pensou em comprar/investir/modificar e não fez por causa da Usina?**

**Tempo que reside no local?**

**Repetem atividades dos pais e avós?**

**Trocas entre vizinhos - alimentos?**

**Trocas entre vizinhos - serviços?**

**Relações entre vizinhos – como vai ser depois da usina?**

**O que será atingido pela Baixo Iguaçu? Considerar além de terras (bens).**

**Qual é a sua posição quanto à implantação? ( ) Favorável; ( ) Contrário; ( ) Indiferente; Por quê?**

**Pontos positivos?**

**Pontos negativos?**

**Desde quando sabe que essa usina pode ser construída?**

**O que o preocupa mais?**

**O quê significa esperar pela obra? Como sua família vê esta espera?**

**Vocês se sentem prejudicados pela obra? Como vocês foram prejudicados e como ainda podem ser prejudicados?**

**Quais são as garantias que foram dadas?**

**Como pretende ser indenizado?**

**E se a empresa não concordar?**

**Acha que vai mudar pra onde?**

**Como vai ser no novo local?**

**O que você costuma fazer aqui vai fazer também na nova morada/propriedade?**

**E os filhos? Vão com vocês ou têm outros destinos?**

**Atuação da empresa Neoenergia:**

**Associações de moradores? Clubes de bocha, festas? Como vai ser na nova localidade?**

**Dificuldades que podem encontrar?**

**Seus vizinhos possuem a mesma opinião que o senhor sobre a Usina? ( ) Sim; ( ) Não; ( ) Não Sei. Justifique:**

**Os interesses dos moradores são parecidos? Explique:**

**Como é a participação dos moradores nas decisões da Usina?**

**Como é a participação dos moradores na associação?**

**Como a associação organiza esta discussão com os moradores e com a empresa?**

**Como as lideranças da associação enxergam este processo? Vocês concordam com eles? No que vocês divergem?**

**Perspectiva na agricultura? Vê futuro da família nesta atividade? ( ) Sim; ( ) Não; ( ) Não sabe/ não respondeu; Por quê?**

**O Senhor gostaria que seus filhos seguissem a profissão de agricultor: ( ) Sim; ( ) Não; ( ) Não sabe/ não respondeu; ( ) Não se aplica; Por quê?**

**Existe algum membro da família que o Senhor prevê que continuará a trabalhar em sua propriedade depois que você não puder mais trabalhar nela? ( ) Sim; ( ) Não; ( ) Não sabe/ não respondeu; ( ) Não se aplica; Quem?**

**Alguém de sua família gostaria de mudar para a cidade? ( ) Sim; ( ) Não; ( ) Não sabe/ não respondeu; Se sim, apontar a razão pela qual o (s) membro (s) pretende (m) mudar para cidade:**

**Observações:**

**Observações: material predominante utilizado na construção da moradia, condições gerais:**

**Pesquisa sobre as pessoas que SAÍRAM da propriedade, considerar também as pessoas que SAÍRAM E RETORNARAM a propriedade.  
(do último ao primeiro que saiu)**

<b>FILHOS (AS)</b>	<b>1°</b>	<b>2°</b>	<b>3°</b>	<b>4°</b>	<b>5°</b>	<b>6°</b>	<b>7°</b>	<b>8°</b>
Nome								
Idade atual – anos								
Sexo (M/F)								
Estado civil (B)								
Ano que saiu								
Idade que saiu								
Destino de saída (Tab. 1)								
Residência atual (Tab. 1)								
Porque saiu da residência (Tab. 4)								
Grau de Instrução ao sair (D)								
Grau de Instrução atual (D)								
Continua estudando (S/N)								
Atividade que trabalha (Tab. 3)								
Ano de retorno a região								
Ano de retorno ao município								
Ano de retorno ao meio rural								
Ano retorno a propriedade								
Por quê retornou (Tab. 2)								

(B)

Cód.	Estado Civil
1	Casado
2	Solteiro
3	Viúvo
4	Divorciado
5	União Estável
6	Outros

TAB. 1

Cód.	DESTINO E RESIDÊNCIA
1	Comunidade do município
2	Sede do município
3	Cidade da região
4	Outra cidade do Estado
5	Cidade de outro estado
6	Meio rural outro município
7	Faleceu
8	Permanece no local de destino
9	Retornou ao estabelecimento

TAB. 2

Cód.	POR QUE RETORNOU
1	Perdeu o emprego
2	Estava ganhando pouco
3	Para exercer outra atividade na região
4	Não quis ficar longe da família/amigos
5	Para ser agricultor
6	Aposentou
7	Faliu
8	Outro

TAB. 3

Cód.	SETOR DE ATIVI//
1	Indústria
2	Comércio
3	Serviços Auxiliares (*)
4	Construção Civil
5	Transf. Artesanal
6	Transporte/Comunic
7	Serviço Público
8	Serviços Pessoais (**)
9	Agricultura
10	Outro
11	Não se aplica

TAB. 4

Cód.	PORQUE SAIU
1	Trabalhar
2	Estudar
3	Casar
4	Acompanhamento
5	Outro

(\*) Exemplos de Serviço auxiliar: Veterinário, Advogado, Agrônomo, Técnico, etc.

(\*\*) Exemplos de Serviços pessoais: Trabalho doméstico, Jardineiro, Barbeiro, etc.

II – Roteiro da entrevista com lideranças:

**PERCEPTIVA SOCIAL DA IMPLANTAÇÃO DA HIDRELÉTRICA BAIXO IGUAÇU**

**Entrevistado:** .....

**Telefone:** ..... **Data:** ..... **Município:** .....

**Profissão/ cargo:** .....

Como está acontecendo a implantação da Hidrelétrica Baixo Iguaçu? Qual o contexto?

Quais são as bandeiras levantadas no local?

Como você percebe o que está acontecendo com os moradores atingidos?

Como você percebe o posicionamento dos moradores?

Como você vê o posicionamento da empresa?

Qual é o posicionamento do MAB?

Como o MAB tem atuado? Ou pretende atuar no caso?

Como percebe as questões de valores?

Qual é a sua posição quanto à implantação? Por quê?

Quais os pontos negativos?

Vê algum ponto positivo?

Sugere mudanças no andamento do processo?

Desde quando sabe que essa usina pode ser construída?

Você acredita que os moradores já foram prejudicados pela obra? De que forma?

O que o preocupa mais?

Os interesses dos moradores são parecidos?

Como é a participação dos moradores nas decisões da Usina?

Como é a participação dos moradores no MAB?

Hoje, quais são as lutas do MAB?

Alguma outra informação pode ser importante para essa pesquisa?

Observações:



### ***Termo de consentimento livre e esclarecido***

Este termo deve constar de duas vias. Uma via ficará com a pesquisadora e outra com o/a informante.

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “A perspectiva social dos moradores atingidos pela implantação da Hidrelétrica Baixo Iguaçu”.

A participação na pesquisa é voluntária e não acarreta recebimento de qualquer vantagem financeira, ou pagamento de qualquer espécie.

As informações prestadas serão utilizadas somente para as finalidades da pesquisa.

Você poderá, a qualquer momento, desistir, recusar e/ou retirar este consentimento, informando a pesquisadora, sem nenhum prejuízo, bem como, se desejar, solicitar que os dados fornecidos sejam retirados do material da pesquisa.

Todas as informações prestadas, bem como o anonimato, estarão protegidas pelo sigilo dos pesquisadores.

A pesquisa não envolve riscos ou danos a saúde, nem constrangimentos de qualquer natureza.

A estudante responsável pela pesquisa é Francine Herpich, pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UTFPR, Nível Mestrado, Campus Pato Branco. Telefone: (46) 9918-8404; e-mail: [francine.herpich@gmail.com](mailto:francine.herpich@gmail.com). A orientadora é a Eng. Agr., Dr. Desenvolvimento Rural, Norma Kiyota, Pesquisadora do IAPAR.

Ao assinar este termo, você DECLARA, que foi devidamente esclarecido/a sobre o projeto de pesquisa e que concorda em participar da mesma fornecendo informações.

Nome completo do/a participante:

---

Assinatura do participante:

---

Nome completo do/a pesquisador: Francine Herpich

Assinatura do/a pesquisador:

---

Local e Data:

---